

Articulação de orações: pesquisa e ensino

2ª EDIÇÃO

Violeta Virgínia Rodrigues (org.)



Articulação de orações: pesquisa e ensino

2ª EDIÇÃO

Violeta Virginia Rodrigues (org.)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Roberto Leher

CENTRO DE LETRAS E ARTES

Decano: Flora de Paoli Faria

FACULDADE DE LETRAS

Diretora: Eleonora Ziller

Vice-Diretora: Cláudia Fátima Morais Martins

Diretora Adjunta de Ensino de Graduação: Cláudia Fátima
Morais Martins

Diretora Adjunta de Articulação e Infraestrutura Acadêmica:
Christine Nicolaidis

Diretor Adjunto de Administração e Finanças: Jorge Luis
Fernandes Barbosa

Diretora Adjunta de Cultura e Extensão: Karen Sampaio Braga
Alonso

Diretora Adjunta de Pós-Graduação e Pesquisa: Maria
Mercedes Rivero Quintans Sebold

© 2016, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Todos os direitos reservados

Faculdade de Letras da UFRJ

Cidade Universitária - Ilha do Fundão

21.941-590 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: 21 2598-9770

www.portal.letras.ufrj.br

Projeto Gráfico e Capa

Helena Gomes Freire | IGEAD

www.igead.com.br

Diagramação

Helena Gomes Freire | IGEAD

www.igead.com.br

Revisão

Violeta Virginia Rodrigues

A791ro Articulação de orações: pesquisa e ensino /
organização: Violeta Virginia Rodrigues. - Rio de Janeiro:
UFRJ, 2017.

210 p.: il., tabs., grafs. color; 23 cm.

ISBN: 978-85-93916-00-7.

Inclui bibliografia.

1. Língua portuguesa – Sintaxe. 2. Língua portuguesa – Orações.
3. Língua portuguesa – Gramática. 4. Língua portuguesa – Cláusulas. 5. Funcionalismo (Linguística). I. Rodrigues, Violeta Virginia, 1965 - . II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras.

CDD 469.5

Nota à segunda edição

O livro *Articulação de orações: pesquisa e ensino*, lançado em 2010, teve sua primeira edição esgotada em 2014, mesmo não sendo comercializado por nenhuma grande editora, o que motivou a feitura desta segunda edição em forma de e-book agora em 2016.

Todos os autores de artigos participavam àquela altura do Projeto “Uso(s) de conjunções e combinação hipotática de cláusulas”, que propunha não só uma revisão do tratamento dado pela Gramática Tradicional à classe das conjunções como também aos períodos compostos tanto por coordenação quanto por subordinação.

Segundo Barreto (1992, p. 282), no que se refere às conjunções, “pode-se afirmar não haver uma separação nítida entre conjunções coordenativas e subordinativas, mas um contínuo que vai da coordenação à subordinação por excelência, havendo, em cada grupo de conjunções, os protótipos, isto é, as que preenchem as características básicas de cada grupo.” Para comprovar a afirmativa de Barreto (1992), a investigação do(s) uso(s) das conjunções utilizou principalmente o “corpus” do Projeto VARPORT, constituído de textos escritos e orais do português brasileiro e europeu, tomando por base os pressupostos teóricos funcionalistas, aporte teórico norteador das pesquisas reunidas no presente volume.

As investigações tanto de diferentes tipos de cláusulas quanto de diferentes articuladores que as encabeçam, desenvolvidas no âmbito do Projeto *Uso(s) de conjunções e combinação hipotática de cláusulas*, desenvolvido de 2008 a 2013, evidenciam alguns usos de articuladores de cláusulas não considerados pela abordagem tradicional. Demonstram, ainda, o quão frutífero é o estudo da sintaxe que contempla os níveis textual e contextual identificando as relações estabelecidas entre

as cláusulas pelo resultado da articulação de umas com as outras e não, simplesmente, pela presença de um determinado articulador.

As investigações continuaram e geraram um novo Projeto denominado *Cláusulas hipotáticas: uso(s) de articuladores*, que, a partir de reflexões e críticas sobre a abordagem tradicional concernentes aos procedimentos sintáticos, viu, na abordagem funcionalista, uma nova possibilidade de análise para a articulação de cláusulas. Adotando os conceitos de coordenação, subordinação, hipotaxe e parataxe, prioriza as relações hipotáticas no português - tanto as explícitas quanto as implícitas, considerando, também, o fenômeno do *desgarramento* nas cláusulas hipotáticas. Para tanto, os elementos que funcionam como articuladores - conjunções, preposições, advérbios, locuções prepositivas e conjuntivas - são abordados como possíveis indicadores dessas relações. As análises das relações estabelecidas entre as orações têm recebido sucessivas críticas, principalmente, por se restringirem, em sua grande maioria, apenas ao nível sentencial e, ainda, por condicionarem, muitas vezes, a identificação da relação ao tipo de introdutor das estruturas. No âmbito da subordinação adverbial, normalmente, vincula-se o conteúdo semântico da oração à presença de um determinado conectivo. O fato de os alunos de Ensino Fundamental e Médio, ainda hoje, serem levados a memorizar listas de conjunções e de suas respectivas circunstâncias comprova tal situação.

Muito oportuna, portanto, esta segunda edição de *Articulação de orações: pesquisa e ensino* no mesmo ano em que encerramos o Projeto *Cláusulas hipotáticas: uso(s) de articuladores*, desenvolvido de 2013 a 2016.

Esperamos que a (re)divulgação dos estudos aqui reunidos possa contribuir de forma consistente tanto para a descrição linguística quanto para o ensino de língua materna no que concerne aos uso(s) dos articuladores e à articulação de cláusulas.



Violeta Virginia Rodrigues
(organizadora)

Prefácio

Há tempos vem crescendo a demanda por obras que tratem de aspectos da língua portuguesa considerados problemáticos não só pelos próprios pesquisadores como, principalmente, pelos profissionais do magistério. Dentre as lacunas de que se ressentem esses profissionais nas descrições da língua portuguesa está o tratamento da maneira como as orações se articulam para a organização de um texto coeso e coerente.

A presente coletânea é mais uma iniciativa relevante no sentido de contribuir para o preenchimento dessa lacuna, evidenciando, já em seu título, a preocupação em dar um tratamento que esteja centrado nos dois pilares do estudo de uma língua: a pesquisa sobre a sua caracterização e seu funcionamento, e o seu ensino. Organizada de forma consistente e criteriosa pela Prof^a Dr^a Violeta Virgínia Rodrigues, a coletânea proporciona o contato com textos que — oriundos de pesquisas realizadas dentro do projeto *Uso(s) de conjunções e combinação hipotática de cláusulas*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro — focalizam, de maneira clara e objetiva, a complexidade da língua configurada na microestrutura da organização das orações no texto, pela combinação hipotática entre as orações, com ou sem a presença de conectivos.

Elegendo o funcionalismo como o modelo mais eficaz para as análises empreendidas e para sua consequente aplicação ao ensino, os textos apresentados neste livro contribuem, sem dúvida, para a renovação das visões tradicionais sobre alguns aspectos do processo de subordinação em português, propiciando um estudo reflexivo da hipotaxe adverbial e das estratégias e procedimentos afetos a esse tipo de articulação de orações. Além de revisar conceitos dentro dessa temática, há aqui também

a preocupação de, por um lado, apontar o tratamento que se costuma dar ao assunto nos manuais didáticos e, por outro, subsidiar o professor de português para uma abordagem mais esclarecedora do processo de articulação de orações, abordagem essa que seja também mais adequada e pertinente aos objetivos do ensino da língua.

Dessa forma, os estudos aqui apresentados abrem-se em benefício de um público diversificado, abrangendo pesquisadores, professores, formadores de professores e, ainda, autores de material didático, atendendo, assim, à demanda na área da sintaxe, mais precisamente na maneira como as orações se combinam para a construção de um texto.

O leitor certamente encontrará, neste livro, uma fonte para atualização de seus conhecimentos sobre esse aspecto tão importante da gramática do português, bem como um estímulo à reflexão, com o intuito de realizar discussões que se transformem em novas pesquisas sobre essa e outras questões relacionadas ao uso da língua, em suas diferentes materializações.

Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG)

Sumário

- 13 Apresentação
- 17 Justaposição: processo sintático distinto da coordenação e da subordinação?
Maria de Lourdes Vaz Spezapria Dias
Violeta Virginia Rodrigues
- 39 Correlação na perspectiva funcionalista
Ivo da Costa do Rosário
Violeta Virginia Rodrigues
- 59 Subordinação adverbial ou hipotaxe circunstancial?
Violeta Virginia Rodrigues
- 83 A hipotaxe por justaposição em construções proverbiais
Maria de Lourdes Vaz Spezapria Dias
- 101 Uso(s) das orações condicionais
Vanessa Pernas Ferreira
Violeta Virginia Rodrigues

117 Por uma classificação a partir das relações entre orações: o caso da conjunção quando

Vanessa Pernas Ferreira

135 Multifuncionalidade da partícula como no português contemporâneo

Ivo da Costa do Rosário

151 Articulação e tipos semânticos de verbo das orações subordinadas adverbiais modais em português

Anderson Godinho Silva

165 Um enfoque funcional para a integração das cláusulas consecutivas

Evelyn Cristina Marques dos Santos

185 Como os livros didáticos abordam as cláusulas relativas?

Elenice Santos de Assis Costa de Souza (in memoriam)

207 Sobre os autores

Apresentação

Este livro congrega os resultados das pesquisas desenvolvidas e algumas ainda em curso no âmbito do Projeto *Uso(s) de conjunções e combinação hipotática de cláusulas* que se vincula à linha de pesquisa *Língua e sociedade: variação e mudança* do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Inicialmente, denominado *Para uma descrição da língua padrão: o uso das conjunções subordinativas*, o projeto teve sua criação motivada pelos resultados obtidos por Rodrigues (1999). A autora, ao comparar os usos dos articuladores sintáticos na linguagem jornalística com o quadro de conjunções apresentado pelas gramáticas normativas de Língua Portuguesa, constatou que houve redução em relação às conjunções regularmente apresentadas pelas gramáticas no Português do Brasil, o que permitiu formular a hipótese de que há diferenças entre o que a gramática normativa prescreve como norma culta padrão e o que o falante efetivamente usa na sua comunicação cotidiana.

Para se comprovar tal hipótese, fez-se necessária uma revisão do tratamento dado pela Gramática Tradicional à classe das conjunções e aos períodos compostos tanto por coordenação quanto por subordinação bem como a outras formas de estruturação sintática não acolhidas no bojo de sua análise, tais como: a correlação e a justaposição.

Segundo Barreto (1992, p. 282), não há, no que concerne às conjunções, uma evidente distinção entre conjunções coordenativas e subordinativas, e sim um *continuum* que vai da coordenação à subordinação, podendo se estabelecer, em cada grupo de conjunções, os protótipos, isto é, aquelas que preenchem as características básicas de cada grupo.

Assim, na fase atual do projeto, os pressupostos teóricos funcionalistas tornaram-se necessários às análises empreendidas, destacando-se, sobretudo, no Brasil, os trabalhos de Barreto (1999) e Decat (2003) como motivadores da perspectiva teórica adotada.

Barreto (1999) destaca o fato de que o estudo das conjunções com base na perspectiva funcionalista está em curso e que os itens conjuncionais do Português provêm da reinterpretação de outras classes gramaticais ocorrida tanto no latim quanto na própria Língua Portuguesa. Segundo essa pesquisadora, a maior parte das conjunções portuguesas vem experimentando, ao longo do tempo, processos de gramaticalização ou discursivização. Em outras palavras, a gramaticalização é um processo que ocorre continuamente na história da maioria dos itens conjuncionais da Língua Portuguesa.

Decat (2001, p. 123) assinala, por sua vez, a possibilidade de ocorrer um “esvaziamento semântico” de algumas conjunções ou locuções conjuntivas e que esse esvaziamento pode ser observado não só na língua oral, em que é mais comum, mas também na língua escrita.

No Funcionalismo norte-americano, Hopper & Traugot (1993) contribuem com o questionamento da dicotomia parataxe *versus* hipotaxe, segundo a qual a parataxe incluiria todos os tipos de justaposição, e a hipotaxe, todos os tipos de dependência.

Hopper & Traugott (1993), ao estabelecerem graus de integração entre as orações na perspectiva da gramaticalização, apropriam-se das noções de parataxe e hipotaxe e acrescentam a subordinação como uma terceira categoria.

Nessa nova perspectiva, parataxe implica independência relativa, ou seja, o vínculo entre as orações depende apenas do sentido e da relevância da relação entre elas, e a hipotaxe implica dependência entre um núcleo e margens, mas não encaixamento da margem em um constituinte do núcleo. Já subordinação implica dependência completa entre núcleo e margem(ns) e, portanto, encaixamento de toda a margem em um constituinte do núcleo.

Ao contrário do que ocorre no encaixamento, em que uma cláusula está integrada estruturalmente/sintaticamente em outra, na articulação ou combinação, as cláusulas não estão sujeitas à integração sintática e se relacionam com o aspecto organizacional do discurso. Portanto, cláusulas combinadas podem modificar ou expandir, de alguma forma, a informação contida em outra cláusula, estabelecendo, dessa forma, uma relação circunstancial. Justifica-se, assim, a inserção do termo *combinação hipotática de cláusulas* no próprio título do projeto. Para uma melhor compreensão da combinação hipotática de cláusulas, os estudos desenvolvidos por Halliday (1997; 1985; 1994) mostraram-se imprescindíveis.

Os artigos que serão brevemente apresentados a seguir são desdobramentos dos estudos realizados no âmbito da Iniciação Científica, das Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado já defendidas ou em andamento que integram o projeto *Uso(s) de conjunções e combinação hipotática de cláusulas* sucintamente descrito e que adota uma perspectiva funcional-discursiva.

Os 10 (dez) artigos que constituem este livro, portanto, tratam ora do(s) uso(s) do(s) conectivo(s), ora dos procedimentos sintáticos envolvidos na articulação de cláusulas na perspectiva funcionalista. O primeiro artigo faz uma releitura do conceito de justaposição nas gramáticas tradicionais e defende a tese de que esta seja interpretada como um procedimento sintático. O segundo apresenta o conceito de correlação e a hipótese de ela ser analisada como processo de estruturação sintática distinto, inclusive no Funcionalismo. O terceiro artigo evidencia a inadequação da nomenclatura *subordinação adverbial* aplicada aos casos de hipotaxe adverbial. O quarto artigo, utilizando construções proverbiais, analisa-as como casos de hipotaxe. O quinto aborda as orações condicionais, mostrando sua força argumentativa. O sexto artigo evidencia a multifuncionalidade da conjunção *quando* na articulação de orações. Nessa mesma linha, o sétimo apresenta a multifuncionalidade da partícula *como*. O oitavo artigo trata da articulação das orações modais vinculadas ao tipo semântico do verbo. No nono, as cláusulas que manifestam a relação de consequência são estudadas na perspectiva funcional. No último e décimo artigo, analisam-se livros didáticos para mostrar o tratamento dado às orações relativas.

Tendo em vista o hiato existente entre a pesquisa desenvolvida nas universidades e o ensino de Língua Portuguesa nas escolas, espera-se, com este volume, contribuir para a minimização dessa distância entre a pesquisa e o ensino, evidenciando, assim, o quão frutífero pode ser esse diálogo. Espera-se, ainda, desmistificar a ideia corrente de que os pesquisadores/professores universitários não se preocupam com o ensino, sendo suas pesquisas e trabalhos desvinculados da realidade da sala de aula. Prova disso é a existência de outros projetos que, tal como este aqui apresentado, pressupõem, direta ou indiretamente, em seu cerne, a preocupação com o ensino de Língua Portuguesa.



Violeta Virginia Rodrigues
(organizadora)

Justaposição: processo sintático distinto da coordenação e da subordinação?

Maria de Lourdes Vaz Spezapria Dias¹
Violeta Virginia Rodrigues²

Em sentido lato, justaposição, segundo o *Houaiss – Dicionário eletrônico da Língua Portuguesa*, é um substantivo feminino que, em sua primeira acepção, significa o “ato ou efeito de justapor(se) e, na segunda, situação de adjacência ou contiguidade em que se encontram duas coisas, sem que nada as separe”.

Com base na noção de justaposição, em sentido amplo, só que agora aplicada ao âmbito do período composto, emprega-se essa nomenclatura para se referir à possibilidade de se colocarem orações umas ao lado das outras. Sendo assim, haveria a possibilidade de isso ocorrer no período composto tanto por coordenação quanto por subordinação, e esse parece ser o tratamento dado pela Gramática Tradicional aos casos que envolvam justaposição. Essa mesma concepção é veiculada pelo *Dicionário de linguística*, de Dubois et al. (1973, p. 456), a seguir reproduzida:

A parataxe é um processo sintático que consiste na justaposição das frases sem explicitar, seja por uma partícula de subordinação, seja por uma partícula de coordenação, a relação de dependência que existe entre elas, num enunciado, num discurso, ou numa argumentação (...).

1 ¹Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2 ²Professora Associada de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Partindo da análise de cinco gramáticas de linha tradicional, como as de Bechara (1992), Cunha e Cintra (1985), Kury (2002), Luft (2002) e Rocha Lima (1998), constata-se que (i) a justaposição é associada à coordenação, mais especificamente, às coordenadas assindéticas; (ii) aplica-se aos casos de algumas orações substantivas que não são introduzidas por conjunções integrantes como prescreve a tradição gramatical; (iii) para codificar os casos de orações que não estão nem na forma desenvolvida nem na reduzida. Os exemplos a seguir ilustram cada uma dessas possibilidades.

(i) As orações coordenadas podem estar:

a) simplesmente justapostas, isto é, colocadas uma ao lado da outra, sem qualquer conectivo que as enlace:

Será uma vida nova, / começará hoje, / não haverá nada para trás.
(A. Abelaira, QPN, 19)

(Cunha & Cintra, 1985, p. 581)

(ii) A subordinada substantiva justaposta ocorre quando:

b) encerra palavras de natureza pronominal ou adverbial intimamente relacionadas com os relativos, mas sem que venham referidos a antecedentes: quem, quanto, por que, como, quando, onde, que, qual:

Não sabemos quanto comprou.
quem
por que
como
quando
onde
que
qual

(Bechara, 1992, p. 116-117)

(iii) A circunstância de tempo ainda pode assumir forma de oração JUSTAPOSTA. Isto acontece unicamente em casos assim:

Não o vejo/ há duas semanas.
Faz quase meio século,/ deixávamos o nosso país.

(Rocha Lima, 1998, p. 284)

O quadro a seguir exemplifica as caracterizações que se podem encontrar nas cinco gramáticas consultadas.

GRAMÁTICO	Ausência /presença de conector	Observações
<p>BECHARA (1992, p. 219)</p>	<p>Coordenação: quanto à ligação, as orações podem ser conectivas ou sindéticas e justapostas ou assindéticas.</p> <p>Subordinação: no caso das substantivas, diz serem justapostas quando funcionarem como aposto, encerrarem uma interrogação indireta com “quem, quanto, por que, como, quando, onde, que, qual”, quando tiverem palavras de natureza pronominal ou adverbial ou relacionadas com os relativos, mas sem que venham referidos a antecedentes.</p> <p>Quanto às adjetivas, refere-se às orações adjetivas conectivas e justapostas.</p>	<p>Conectivas – ligadas à anterior por palavras especiais de conexão, chamadas conectivos.</p> <p>Justapostas – não se ligam à anterior por palavras especiais de conexão.</p>
<p>CUNHA & CINTRA (1985, p. 581)</p>	<p>Coordenação: afirma que as orações coordenadas podem estar simplesmente justapostas, isto é, colocadas uma ao lado da outra, sem qualquer conectivo que as enlace (assindética).</p>	

KURY
(2002, p. 65; 72;
80)

Coordenação: estabelece-se por justaposição, colocação lado a lado, sem conectivo, separadas as orações independentes coordenadas por pausa, que se indica na escrita por vírgula, ponto-e-vírgula ou dois-pontos - as assindéticas.

Subordinação:

No caso das substantivas, distingue as justapostas das puramente justapostas.

Justapostas ou assindéticas, não conjuncionais, sem conectivo – introduzidas por pronome indefinido, pronome ou advérbio interrogativo ou exclamativo.

Puramente justapostas – inteiramente desprovidas de conectivo, são as orações que se seguem a dois pontos, após um verbo declarativo (dizer ou sinônimo).

Chama de adjetivas justapostas às introduzidas por um pronome indefinido sem antecedente e que vêm sempre regidas da preposição “de”.

Ex.: Não vemos os defeitos [de quem amamos.]

Os manuais não costumam referir-se aos dois tipos de orações adjetivas desenvolvidas por ele citados: as relativas e as justapostas.

<p>LUFT (2002, p. 51; 64)</p>	<p>Coordenação: por justaposição, suprimindo-se a conjunção, substituída esta por uma pausa (vírgula, na escrita), o que origina as coordenadas assindéticas.</p> <p>Subordinação: no caso das substantivas, são justapostas as orações que seguem um verbo “dicendi” (objetivas diretas quando o verbo for transitivo direto).</p>	
<p>ROCHA LIMA (1998, p. 267; 284)</p>	<p>Subordinação: no caso das substantivas, afirma que as justapostas juntam-se à principal sem mediação de conectivo e têm forma de oração independente; dá como exemplos a objetiva direta (no discurso direto) e a apositiva.</p> <p>No caso das adverbiais, aponta que a circunstância de tempo pode assumir forma de oração justaposta.</p>	

Quadro 1: Justaposição no âmbito da GT

Como se pode perceber pelo quadro 1, em todos os gramáticos estudados, a justaposição não é vista como um mecanismo sintático por meio do qual as orações se relacionam, mas como um artifício formal para caracterizar sua estrutura.

Dentre os gramáticos, Bechara (1992) e Luft (2002) são os que mais explicitamente expõem seu ponto de vista sobre a justaposição. Bechara (2003), por exemplo, refere-se ao fato de as conjunções coordenativas e subordinativas poderem se apresentar, na expressão de nossas ideias, *simples e enfáticas ou correlatas*, como em *não só... mas também*. Segundo o autor, as expressões correlativas aditivas, comparativas e consecutivas levaram Oiticica (1942, 1952) a colocar, ao lado das coordenativas e subordinativas, mais dois tipos diferentes - as correlativas e as justapostas.

Para Bechara (1992), coordenadas e subordinadas, como tipos de oração, não estão no mesmo plano da correlação e da justaposição. Coordenação e subordinação dizem respeito ao valor sintático de dependência e independência em que se acham as orações dentro do contexto; correlação e justaposição referem-se ao modo de se ligarem entre si essas mesmas orações. Assim, de acordo com ele, quanto ao valor sintático, há orações dependentes e independentes; quanto à ligação, há orações coordenadas, subordinadas, correlatas e justapostas. Portanto, os termos “coordenadas” e “subordinadas” atendem por tradição ao valor sintático das orações, segundo o autor.

Luft (2002, p. 47), por sua vez, afirma que

não há motivo para classificar a correlação e a justaposição como processos especiais de composição do período. Não que não existam; mas não passam de tipos especiais de conexão que se estabelecem dentro da coordenação e da subordinação.

Embora não haja muitos estudos que discutam o estatuto de mecanismo sintático da justaposição, todos são unânimes em citar Oiticica (1942, 1952) como o precursor e defensor dessa premissa.

Além da proposta de Oiticica (1942, 1952), chama a atenção a classificação das orações de Ney (1955), em que a justaposição é tratada como procedimento sintático tanto quanto a coordenação e a subordinação, além, é claro, da correlação. Portanto, a justaposição é, segundo o autor, o quarto processo sintático. O quadro 2, a seguir, mostra a classificação proposta por Ney (1955), que, em alguns aspectos, aproxima-se da de Oiticica (1942, 1952).

PERÍODO SIMPLES:
constituído de uma só oração

PERÍODO COMPOSTO:
coordenação, subordinação, correlação e justaposição.

• **PERÍODO COMPOSTO POR COORDENAÇÃO:**
coordenadas assindéticas e sindéticas

<p>COORDENADAS SIN- DÉTICAS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. aditivas 2. adversativas 3. alternativas 4. conclusivas 5. explicativas
<p>• PERÍODO COMPOSTO POR SUBORDINAÇÃO: oração principal + subordinada</p>	
<p>SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. subjetivas 2. predicativas 3. objetivas diretas 4. objetivas indiretas 5. complementar
<p>SUBORDINADAS AD- JETIVAS</p>	
<p>SUBORDINADAS AD- VERBIAIS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. finais 2. conformativas ou modais 3. temporais 4. condicionais 5. concessivas 6. causais 7. concomitante 8. frequentativa
<p>• PERÍODO COMPOSTO POR CORRELAÇÃO</p>	
<p>ORAÇÕES CORRELA- TAS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. aditivas 2. comparativas <ul style="list-style-type: none"> de igualdade <ul style="list-style-type: none"> qualitativas quantitativas qualitativas-quantitativas modais de superioridade de inferioridade 3. consecutivas

Quadro 2: Classificação das orações, segundo Ney (1955)

De acordo com a proposta do referido autor, as orações justapostas podem ser: 1) intercaladas, 2) apostas e 3) adverbiais.

Segundo Ney (1955, p. 62), na justaposição, há declaratividade total, sem uso de conectivo; todavia, as orações não são independentes no sentido, como se observa nos três exemplos fornecidos pelo próprio autor, a seguir reproduzidos:

- Ex.: 1. O viúvo teve uma única preocupação: deixar a música.
2. Não se pode dizer, atalhou o vigário, que isso seja obra de satanás.
3. O mestre concluíra a obra, há dez meses.

No primeiro exemplo, o período *deixar a música* funciona como aposto e constitui, por isso, uma oração *justaposta apostas*. No segundo, *atalhou o vigário* é uma oração *justaposta intercalada de citação* porque se insere entre a primeira oração - *Não se pode dizer* - e a segunda - *que isso seja obra de satanás*. No terceiro, *há dez meses* é uma oração *justaposta adverbial* porque veicula uma ideia de tempo.

Para Ney (1955, p. 137), então, a justaposição como processo de composição do período caracteriza-se pela total ausência de conectivo entre as orações, sendo a oração justaposta dependente apenas no sentido. Isso porque, para ele, na coordenação, as declarações são autônomas, havendo conectivo expresso ou subentendido.

A fim de sustentar sua argumentação, o autor apresenta mais dois exemplos de justaposição, explicando-os:

4. Digo-lhe apenas isto: Anacleto desistiu do casamento.
5. O Casimiro, redarguiu o velho, só irá comigo.

De acordo com sua análise, no exemplo 4, a oração *Anacleto desistiu do casamento* é um simples aposto do objeto direto *isto* e, no exemplo 5, *redarguiu o velho* é uma oração intercalada colocada entre dois termos da declaração principal – o sujeito e o predicado –, suspendendo-lhe a sequência como uma citação e, sendo assim, é denominada de *intercalada de citação*.

Ney (1955) menciona que Oiticica (1942, 1952) estabeleceu oito tipos de intercaladas – de citação, de advertência, de opinião, de escusa, de

exclamação, de exortação, permissiva e latente –, enquanto ele considera quatro - de citação, de advertência, de opinião e de exclamação.

Castilho (1988), ao apresentar os tipos de ligação sentencial, utiliza-se do conceito de sentenças complexas - duas ou mais sentenças que funcionam como constituintes de uma unidade maior, estruturando-se tais constituintes coordenada, subordinada ou correlatamente. Tais sentenças envolvem três tipos de relação intersentencial: (i) estruturas independentes ou coordenadas; (ii) estruturas dependentes ou subordinadas; (iii) estruturas interdependentes ou correlatas.

Os três tipos de relação intersentencial determinam a classificação das sentenças complexas em: sentenças complexas estruturadas por justaposição (justapostas e assindéticas); sentenças complexas estruturadas por coordenação (com nexos conjuncionais); sentenças complexas estruturadas por encaixamento (substantivas e adjetivas); sentenças complexas estruturadas sem encaixamento (adverbiais); sentenças complexas estruturadas por correlação.

Embora o autor não entre em detalhes sobre o conceito de justaposição, depreende-se, pela classificação proposta por ele, que há uma diferença entre orações justapostas e coordenadas assindéticas e que, no âmbito da coordenação, estariam as coordenadas sindéticas. Contudo, não há nenhuma explicação sobre isso.

Nesse sentido, percebe-se que a abordagem tradicional, em que apenas a coordenação e a subordinação são consideradas mecanismos de estruturação sintática de períodos compostos, não é suficiente para descrever o comportamento das orações.

Junte-se a isso, ainda, o questionamento levantado por vários estudos de cunho funcionalista sobre a relação sinonímica entre coordenação e parataxe e subordinação e hipotaxe, segundo a qual a parataxe incluiria todos os tipos de justaposição, e a hipotaxe, todos os tipos de dependência.

No âmbito do Funcionalismo, Halliday (1985) reconhece tipos diferentes de combinações de cláusulas, distinguindo em termos de grau de dependência a combinação paratática ou parataxe da combinação hipotática ou hipotaxe.

Na parataxe, o autor inclui coordenação, aposição (justaposição) e citação. Na hipotaxe, inclui as cláusulas relativas não-restritivas, cláusulas de fala relatada (discurso direto) e as do tipo tradicionalmente chamadas adverbiais, que não podem ser consideradas como um constituinte de outra cláusula. Depreende-se, pela proposta do autor, de um lado, as cláusulas que envolvem combinação – paratáticas e hipotáticas –, do outro, as que envolvem encaixamento – as subordinadas propriamente ditas. Em outras palavras: parataxe, hipotaxe e subordinação.

Hopper & Traugott (1993), ao estabelecerem graus de integração entre as cláusulas na perspectiva da gramaticalização, apropriam-se das noções de parataxe e hipotaxe, e acrescentam a subordinação como uma terceira categoria.

Nessa perspectiva, parataxe implicaria independência relativa, ou seja, o vínculo entre as cláusulas dependeria apenas do sentido e da relevância da relação entre elas; já a hipotaxe implicaria dependência entre um núcleo e margem(ns), mas não encaixamento da margem em um constituinte do núcleo. Por sua vez, a subordinação implicaria dependência completa entre núcleo e margem(ns) e, portanto, encaixamento de toda a margem em um constituinte do núcleo.

Ao contrário do que ocorre no encaixamento, em que uma cláusula está integrada estruturalmente/sintaticamente em outra, como no caso das substantivas e adjetivas restritivas, na articulação por combinação ou hipotaxe, as cláusulas não estão sujeitas à integração sintática e se relacionam com o aspecto organizacional do discurso. Portanto, cláusulas hipotáticas podem modificar, expandir, de alguma forma, a informação contida em outra cláusula, estabelecendo, assim, uma relação circunstancial, como é o caso das adverbiais.

Decat (2001, p. 135), apropriando-se dessas noções, afirma que, em Língua Portuguesa, é bastante frequente o uso de cláusulas articuladas por justaposição, citando como exemplo disso as orações reduzidas. Afirma, ainda, que a articulação hipotática de cláusulas é uma opção organizacional para o usuário da língua na construção de um discurso coeso e coerente. Assim, o relacionamento entre cláusulas se dá no nível do discurso e não apenas no sentencial, podendo apontar para dife-

rentes tipos de interdependência entre as cláusulas de um enunciado por meio de relações hipotáticas tanto explícitas quanto implícitas.

Nas relações hipotáticas explícitas, há um elo explícito dessa ligação, que pode ser chamado de **conectivo conjuntivo**, visto como marca da gramaticalização da hipotaxe. Já nas relações hipotáticas implícitas, o elo está implícito, ou seja, não há **conectivo conjuntivo**, pois a relação entre as cláusulas ocorre sem conectivo.

Sobre a nomenclatura “conectivo” e congêneres, é necessário fazer-se uma digressão com base na consulta de dicionários, gramáticas normativas, gramáticas históricas e trabalhos mais recentes, a fim de entender algumas das posições teóricas explicitadas neste estudo.

Buarque de Holanda (1986, p. 455) resgata o étimo latino *conjunctio* para mostrar que conjunção significa ‘união’, ‘encontro’. Um dos sentidos possíveis para o vocábulo, segundo o autor, é o gramatical: *palavra invariável que liga duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração*.

Camara Jr. (1985, p. 81) também define as conjunções como

vocábulos gramaticais que como conectivos estabelecem - a) uma coordenação entre duas palavras, dois membros de oração ou duas orações (conjunções coordenativas); b) uma subordinação entre duas orações, que constituem um sintagma oracional, em que uma, como determinante, fica subordinada à outra, principal, como determinado.

Notem-se, nessa definição, dois componentes diferentes em relação à anterior: 1) a noção de ‘conectivos’ e 2) a relação entre oração principal como ‘determinado’ e oração subordinada como ‘determinante’.

Outra questão que deve ser destacada é a de que, segundo Camara Jr. (1985),

as conjunções vêm a ser, portanto, dois grupos de conectivos de natureza e função diversa; há gramáticos que os classificam separadamente e consideram conjunções propriamente ditas apenas as coordenativas, opondo os conectivos coordenativos, ou conjunções, aos subordinativos, em que se incluem as preposições.

O autor ressalta ainda que “a polissemia é um fenômeno geral das conjunções subordinativas, cuja idéia de subordinação depende essencialmente do contexto”.

Dubois et al. (1973, p. 139) definem “conectivo” como “nome genérico do termo que estabelece conexão: pronomes e advérbios relativos, conjunções coordenativas e subordinativas, preposições”; retomam, por sua vez, a gramática tradicional definindo “conjunção” como

palavra invariável que serve para relacionar duas palavras ou grupos de palavras de função idêntica na mesma oração, ou ainda, duas orações da mesma natureza sintática ou de naturezas sintáticas diferentes. Reúne-se, assim, sob a mesma denominação dois tipos de palavras que exercem a função de conectivos ou de articulações lógicas do discurso. (Idem, p. 141)

Cunha (1990, p. 532) define as conjunções como sendo vocábulos gramaticais “que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração”. Distingue as que ligam elementos com a mesma função gramatical - **coordenativas** - daquelas em que uma oração determina a outra - **subordinativas**.

Em sua gramática, o autor chama a atenção para a polissemia conjuncional (cf. p. 543) e para o fato de esta terminologia envolver não apenas as conjunções propriamente ditas como também locuções conjuntivas do tipo *antes que, até que, dado que etc.*

Cunha & Cintra (1985, p. 567) apresentam um capítulo sobre as conjunções que tem por subtítulos *Conjunção coordenativa e subordinativa*. Neste, listam como conjunções subordinativas as causais, concessivas, condicionais, finais, temporais, comparativas, consecutivas e integrantes. Estas, segundo os autores, introduzem orações substantivas; aquelas iniciam orações subordinadas adverbiais.

Cunha & Cintra (1985) reservam um espaço para circunstâncias fronteiriças como *condição / concessão, fim / consequência*, aspecto denominado por eles de “polissemia conjuncional”.

No que concerne às locuções conjuntivas, os autores apresentam uma definição bastante abrangente: “conjunções formadas da partícula ‘que’ antecedida de advérbios, de preposições e de participios”.

Luft (1978) apresenta a classificação proposta pela NGB, em que preposições aparecem separadamente das conjunções.

Bechara (1987, p. 159) procede tal como a NGB: caracteriza as conjunções subordinativas compreendendo dois grupos - o das integrantes e o das adverbiais. No que concerne à locução conjuntiva, define-a como um grupo de palavras com valor e emprego de uma conjunção. Eis alguns exemplos do autor: *para que, a fim de que, tanto que, por isso, por isso que*.

Said Ali (1969, p. 103) define conjunção como sendo uma “palavra invariável ou locução que se costuma pôr no princípio de uma oração relacionada com outra, a fim de mostrar a natureza da relação”.

Said Ali (1966) indaga: ***De que natureza será pois o valor da conjunção?*** Além disso, explica a significação do termo ***invariável*** quando aplicado às conjunções. Segundo ele, ***invariável*** é reminiscência do antigo sistema gramatical que dividia as palavras em flexivas e inflexivas.

Outra noção trabalhada por ele é a de proposição, que pode ser inicial ou sequente. A proposição inicial é aquela enunciada em primeiro lugar e que serve de ponto de referência à outra ou a outras. Já as proposições sequentes são precisamente as outras às quais se refere Said Ali (1966). Estas podem ser coordenadas ou subordinadas. No primeiro tipo de proposição, as conjunções são classificadas como coordenativas e estabelecem paralelismo sintático entre duas orações, no segundo, como subordinativas e apresentam uma oração como elemento integrante ou modificador de outra. Assim, depreende-se que as conjunções ocorrem, em geral, nas proposições sequentes.

Atente-se para a seguinte observação de Said Ali (1966, p. 220):

Não tem a conjunção valor de simples elo mecânico posto entre orações; mas serve à linguagem para evitar que duas proposições se apresentem ambas como iniciais. A partícula dá a uma delas o caráter de seqüente (...). Mas a conjunção faz mais: assinala a relação lógica em que a seqüente está para com a inicial. É pois uma partícula que exerce sua influência, não como o advérbio e a preposição sobre um vocábulo, mas sobre uma oração em conjunto.

Há que se notar, ainda, que o autor não desconsidera a possibilidade de preposições servirem como conjunção como, por exemplo, *segundo*. Atenta também para fatos bastante atuais como, por exemplo, o de *então* poder ser usado como correlato de *quando*, o que, às vezes, gramáticas sincrônicas não consideram.

Lemle (1984), adotando os pressupostos da Teoria Gerativa, distingue complementizadores (COMPL) de conjunções. A categoria complementizador ou complementador encontra-se sempre sintaticamente presente, embora nem sempre seja preenchida por um COMPL realizado foneticamente.

Lemle (1984) enumera como conjunções apenas *e, mas, porém, ou, pois*, o que aproxima sua análise à de Barbosa (1875). Isso porque as locuções conjuntivas subordinativas são analisadas por Lemle (1984) como sintagmas preposicionais, iniciados por uma preposição. Já os complementizadores correspondem, segundo a autora, às conjunções integrantes da Gramática Tradicional.

Carone (1988a, p. 52) denomina preposições, conjunções subordinativas e pronomes relativos de *palavras instrumentais*, o que de certa forma resgata a noção denexo e ordem estabelecida por Barbosa (1875).

Carone (1988b) alerta para o valor argumentativo de algumas dessas palavras instrumentais. Exemplo bastante elucidativo é o do *porque*, que pode ser tanto causal quanto explicativo. Em termos de valor argumentativo, a causa “é anterior ao fato” e a explicação “nós buscamos **a posteriori**”, segundo a autora.³

Azeredo (1990, p. 97) reserva a terminologia ‘conjunções’ apenas para as ‘subordinativas adverbiais’, inserindo preposições, as demais conjunções e os nominalizadores no grupo denominado por ele de *subordinantes*.

Abreu (1994, p. 22) não utiliza a tradicional distinção entre subordinação e coordenação. Para tratar deste conteúdo, adota a noção de articulação sintática – “mecanismos que ligam sintaticamente as sentenças umas às outras”. Essa articulação sintática pode ser de cinco tipos, a saber: 1) articulação sintática de oposição; 2) articulação sintática de causa; 3) articulação sintática de condição; 4) articulação sintática de fim; 5) articulação sintática de conclusão.

3 Contribuição importante a esse respeito oferece-nos o trabalho de Paiva (1995) sobre os “empregos do porque no discurso oral”.

O autor adota a terminologia *articuladores sintáticos*, termo mais genérico, na sua acepção, visto ser esta mais abrangente e permitir a incorporação das locuções prepositivas, evitando-se, portanto, incoerências terminológicas.

A Linguística Textual trabalha com a noção de conector, “palavra ou expressão que conecta, isto é, “liga” partes de orações, orações, períodos inteiros e até fragmentos de texto maiores que uma frase, estabelecendo uma relação semântica ou pragmática entre os elementos ligados”. Adotando essa acepção, funcionam como conectores conjunções, preposições, certos advérbios e as locuções equivalentes a essas classes, a saber, locuções conjuntivas, prepositivas e adverbiais.

Como se percebe, a nomenclatura conectivo conjuntivo acaba servindo para caracterizar os elementos que promovem ligação entre sentenças e que se comportam como uma conjunção. Tendo em vista a diversidade de itens linguísticos com essa propriedade, pode-se reforçar ainda mais a premissa de que o que importa é o tipo de proposição relacional que emerge da articulação das cláusulas, e não a marca lexical dessa relação.

Assim, a ausência de conectivo conjuntivo não impede o reconhecimento de uma relação hipotática existente na articulação de cláusulas, conforme demonstra Decat (2001, p.133) com os exemplos a seguir:

(1) aí eu deitei...eh apaguei a luz... acabei de estudar apaguei a luz
(NDO8F,30,1144-1145)

Paráfrase: Quando acabei de estudar, apaguei a luz.

(2) tinha que ter um assunto qualquer e eu peguei esse
(NDO7M,19,692-696)

Paráfrase: Porque tinha que ter um assunto, eu peguei esse.

Corroborando essa perspectiva, podemos observar mais de uma relação hipotática mesmo na ausência do conectivo, é o caso da estrutura *Sai costura, entra conforto*, veiculada por um *outdoor* há um tempo. Levando-se em conta o contexto e co-texto de uso dessa estrutura, pode-se fazer uma leitura hipotática tanto condicional (*Se sai costura, entra conforto*) quanto consecutiva (*Sai costura, logo entra conforto*), e não meramente como adição no âmbito da coordenação, em que teríamos

duas orações coordenadas assindéticas. A decisão sobre qual inferência/leitura será predominante só será possível no nível do discurso, para o que a análise tradicional é insuficiente.

Assim, o que vai determinar qual aspecto da proposição relacional é mais relevante é o contexto discursivo, bem como a função discursiva da cláusula hipotática adverbial, esteja ela justaposta ou com conectivo conjuntivo.

Também sob a abordagem funcionalista, no que se refere à relação que existe entre unidades que se articulam entre si, Mann & Thompson (1983; 1985) e Thompson & Mann (1987) chamam de proposições relacionais as proposições implícitas que constituem inferências que emergem da articulação de cláusulas e que servem para relacioná-las, quer estejam adjacentes ou não, podendo servir de base para outras inferências. Para Thompson & Mann (1987), então, a maneira como as cláusulas se articulam é um reflexo da organização discursiva como um todo, pois entre elas estariam as mesmas relações presentes na totalidade do discurso.

Para evidenciar a relevância da proposição relacional no contexto discursivo, Decat (2001, p. 122) se vale, ainda, dos exemplos que se seguem, em que (3) apresenta uma relação de condição, e (4), de tempo:

(3) ...claro que eu levava uns travesseirinhos quando não tinha
LEItô ônibus LEItô...essas coisas (NDO4F,15,272-274)

Paráfrase: Eu levava uns travesseirinhos caso não tivesse ônibus
leito.

(4) Então quando eu fui falar eu já tinha...já tava empregado
(NDO3M,12,428-430)

Paráfrase: Quando eu fui falar, eu já estava empregado.

Logo, a decisão de qual das inferências é predominante independe da análise tradicional da conjunção, que, como exemplificado, é insuficiente nesse aspecto. A perda da carga lexical por parte do conectivo conjuntivo vem não só corroborar a postulação de que a relação adverbial é dada pela proposição relacional que emerge entre as cláusulas, como também reforçar a relevância de uma análise que leve em conta tais inferências (cf. Decat 2001, p. 123-124).

A justaposição seria, assim, na abordagem funcionalista, uma forma de articulação de cláusulas em que há uma relação inferencial entre seus núcleos, e não apenas como um processo formal sem a presença de conectores. Com isso, o que se quer dizer é que a relação entre as cláusulas é explicitada sem conectivos, constituindo, então, uma relação entre dois ou mais núcleos próximos um ao outro, cuja relação semântica entre eles é dada por inferência (Hopper & Traugott, 1993, p. 172).

Assim como Decat (2001) utiliza o Funcionalismo como suporte teórico para seu estudo e usa a nomenclatura justaposição como sinônimo de redução, trabalhos mais recentes, usando a proposta funcional-discursiva de Decat (2001), fizeram a mesma relação que a autora fez entre cláusulas justapostas e cláusulas reduzidas. O trecho a seguir confirma isso:

Uma manifestação muito freqüente do fenômeno de articulação de cláusulas por justaposição em português são as estruturas com cláusulas não-finitas; ou, para usar um termo mais conhecido, cláusulas reduzidas.

(Decat, 2001, p. 35)

As cláusulas com forma nominal no infinitivo que são introduzidas por preposições/ locuções prepositivas diferenciam-se das prototipicamente reduzidas, segundo Marques & Matos (2006) e Matos (2007). A análise de algumas ocorrências de acordo com a perspectiva funcional-discursiva feita por Matos (2007), tendo como suporte os trabalhos de Decat (2001) e Neves (2003) e, especificamente, sobre os itens preposicionais, com base nos trabalhos de Barreto (1999) e Poggio (2002), permitiu-lhe descrever e comparar o comportamento das orações reduzidas de infinitivo no Português do Brasil e no Português Europeu. Nesse estudo, Matos (2007) detectou estruturas de infinitivo, com ou sem conectivo.

Os exemplos a seguir dão conta dos casos encontrados pela autora:

Infinitivo sem conectivo

1) *Estou aqui de passagem. Venho aqui [visitar as meninas do turismo que são muito simpáticas.]*

Infinitivo com conectivo

2) (...) *Todavia os jornaes que publicam este boato declaram que o não acreditam [por lhes parecer impossível que chegasse a tanto a cegueira daquelles officiaes.]*

3) *Vende... muitas pessoa aparece aqui [pra comprar o peixe.]*

Segundo Matos (2007), as justificativas para o aparecimento de elos prepositivos que conectam a cláusula adverbial reduzida de infinitivo à sua matriz são: a preposição pode ser de nível vocabular ou oracional a depender do contexto, conforme orientação de Poggio (2002); a preposição estendeu seu uso da função inicial de relacionar vocábulos para relacionar sentenças e, desde o latim corrente, a preposição tem se mostrado de extrema relevância na constituição das conjunções, segundo Barreto (1999).

Com base na análise de 1363 inquéritos orais e escritos dos séculos XIX e XX, entre os quais 748 são do português brasileiro, e 615 são do português europeu, a autora faz as seguintes considerações: optou-se por estudar as cláusulas reduzidas de infinitivo, visto que foi a forma nominal que apresentou maior susceptibilidade de estar ligada por um conectivo quando em estrutura satélite; o articulador sintático *para* apresentou-se, incontestavelmente, como o introdutor mais recorrente de uma cláusula adverbial reduzida de infinitivo seguido de *por, sem, ao, a fim de, a, depois de*; as cláusulas com a forma nominal no infinitivo, introduzidas por conectivos, deveriam receber tratamento diferenciado das prototipicamente reduzidas, considerando a visão funcional-discursiva.

Mais recentemente, Dias (2009) estudou as construções proverbiais justapostas, também motivada pelo trabalho de Decat (2001, p. 105). Neste estudo, a autora observa que a visão tradicional não contempla a relação adverbial que emerge em estruturas do tipo “*Casa de ferreiro, espeto de pau*” e “*De graça até injeção na língua*”, por se ater apenas ao nível sentencial.

A fim de compreender um pouco mais a crítica à tradição antes veiculada, as estruturas proverbiais analisadas por Dias (2009) permitem as paráfrases “*Embora a casa seja de ferreiro, o espeto é de pau*” e “*Se for de graça, tomo até injeção na língua*”. Por meio dessas paráfrases, é possível observar a relação circunstancial implícita nas construções matrizes: de concessão, no primeiro caso, e de condicionalidade, no segundo.

Portanto, em “*Casa de ferreiro, espeto de pau*”, construção utilizada por Dias (2009) como prototípica das proposições relacionais por ela estudadas, não existe subordinação, já que não há estruturas que façam parte sintaticamente uma da outra, e sim estruturas que são interdependentes entre si, do ponto de vista semântico. Assim, essas construções caracterizam-se por apresentarem uma relação hipotática entre suas partes com dependência entre o núcleo e a margem, mas sem encaixamento da margem no núcleo, numa interdependência funcional-discursiva.

A discussão promovida neste artigo permite evidenciar que as estruturas justapostas podem atuar tanto no nível oracional quanto no nível de sintagmas não oracionais e se caracterizam formalmente pela ausência de conectivo. A ausência de conectivo gera, por sua vez, uma superposição com as estruturas coordenadas assindéticas, de um lado, e com as reduzidas, de outro.

A hipótese de que a justaposição é um processo distinto da coordenação e da subordinação é bastante polêmica e, talvez por isso, não menos instigante. Contudo, ainda se faz necessário prosseguir com as pesquisas nessa área no intuito testá-la melhor, aprofundando a discussão, inclusive, em relação ao pressuposto do *continuum* oracional preconizado em vários estudos funcionalistas.

Enfim, no âmbito oracional, podemos definir a justaposição como um processo de articulação de cláusulas em que há uma relação inferencial entre seus núcleos. Isso equivale a dizer que a relação entre as cláusulas justapostas é explicitada sem conectivos, constituindo uma relação entre dois ou mais núcleos próximos um ao outro, cuja **relação semântica é dada por inferência** (cf. Hopper & Traugott, 1993, p. 172).

Referências bibliográficas

- ABREU, Antônio Suarez. *Curso de redação*. São Paulo: Ática, 1994.
- AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.
- _____. *Fundamentos de gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados à nossa lingua*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1875.
- BARRETO, Therezinha Maria M. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador: Faculdade de Letras, UFB, 1999. Tese de Doutorado, cap.3, p.166-184.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- _____. *Lições de português pela análise sintática*. 15ª ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1992.
- _____. *Moderna gramática portuguesa*. ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2003.
- BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação - confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática, 1988.
- CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1988.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1988.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português*

contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1990.

DECAT, Maria Beatriz N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, Maria Beatriz N. et al. (org.). *Aspectos da gramática do português*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

DIAS, Maria de Lourdes V. S. *A articulação hipotática em construções proverbiais justapostas*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras: UFRJ, 2009. Dissertação de mestrado.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold Publishers Ltd., 1985.

HOPPER, P. & TRAUGOTT, E.C. *Gramaticalization*. Cambridge: University Press, 1993.

HOUAISS, Antônio. *Houaiss – Dicionário eletrônico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ática, 2002.

LEMLE, Miriam. *Análise sintática*. São Paulo: Ática, 1984.

LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida*. 8ª ed., Porto Alegre: Globo, 1978.

_____. *Moderna gramática brasileira*. 15ª ed. São Paulo: Globo, 2002.

MANN, W. C. & THOMPSON, S. A. *Relational propositions in discourse*. Discourse processes. ISI, vol. 9:1, p. 57-90, 1983.

_____. *Assertions from Discourse Structure*. ISI/RS-85-155, 1985.

MARQUES, Evelyn & MATOS, Mayara Neres. *Orações reduzidas ou justapostas?* Comunicação apresentada na XXVIII Jornada Giulio

Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, 2006.

MATOS, Mayara Neres. *Orações adverbiais reduzidas de infinitivo*. Comunicação apresentada no V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG: Faculdade de Letras (FALE), fev./março de 2007.

NEVES, M. H. M. A extensão da análise dos elementos adverbiais para além da oração. *Revista da ANPOLL*, nº. 14 p. 125-137, São Paulo, 2003.

NEY, João Luiz. *Guia de análise sintática*. Rio de Janeiro, s. ed., 1955.

OITICICA, José. *Manual de análise léxica e sintática*. 6ª. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

_____. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.

PAIVA, Maria da Conceição de. Empregos de **porque** no discurso oral. *Delta*, v. 2, n.1, 1995. p.27-39.

POGGIO, R. M. G. F. *Processos de gramaticalização das preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

SAID ALI, M. *Difículdades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1966.

_____. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 6ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1966.

_____. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

THOMPSON, S. A. & MANN, W. C. *Rhetorical Structure Theory: A Theory of Text Organization*. ISI/RS Report 87-190: 2-82, 1987.

Correlação na perspectiva funcionalista

Ivo da Costa do Rosário¹
Violeta Virginia Rodrigues²

A revisão da literatura pertinente aos processos sintáticos, desde a tradição gramatical até correntes linguísticas mais recentes, motivou o resgate, no âmbito da tradição gramatical, da proposta de Oiticica (1942; 1952), pela qual a *correlação* é um mecanismo sintático diferente da coordenação e da subordinação.

O próprio Oiticica (1952, p. 02) chama a atenção para a necessidade de se empreenderem estudos sobre o tema.

(Quanto ao estudo da correlação), faço-o agora o mais completo que posso. Outros, futuramente, com mais lazer, alargarão as pesquisas, pois, neste assunto, deparam-nos os autores, floresta inexplorada.

Entende-se por *subordinação* o processo de hierarquização de estruturas em que as orações são sintaticamente *dependentes*; já a *coordenação* é definida como o processo em que as orações são sintaticamente *independentes* umas das outras, caracterizando-se pelo fato de implicarem paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos. Por *correlação* compreende-se o processo em que “duas orações são formalmente *interdependentes*, relação materializada por meio de expressões correlatas” (cf. Rodrigues, 2007, p. 227-231).

1 * Professora Associada de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2 * Doutor em Letras Vernáculas pela UFRJ e atualmente Professor de Língua Portuguesa da UFF.

No âmbito do chamado período composto, apesar de a Nomenclatura Gramatical Brasileira (doravante NGB) prever somente os processos sintáticos de subordinação e coordenação, encontram-se registros de estudos que discordam dessa conduta.

Tanto autores mais antigos, como Ney (1955), Chediak (1960), Melo (1978), quanto autores mais atuais, como Módolo (1999), Castilho (2004), Rodrigues (2007), concordam com a proposta de Oiticica (1942; 1952) de que a correlação é um processo autônomo de composição do período, ou seja, um procedimento sintático distinto dos demais.

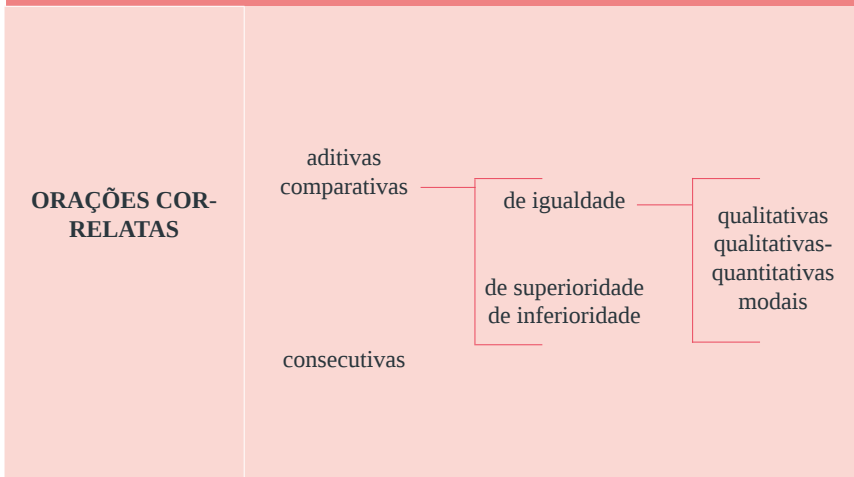
Ney (1955), tal como faz Oiticica (1942; 1952), inclui a correlação nos tipos de estrutura do período composto. Segundo ele, “na correlação há interdependência das declarações, e sempre dois conectivos claros ou subentendidos, ou somente um claro e outro subentendido através dos quais se faz a correlação” (cf. Ney, 1955, p. 61). Ele exemplifica essa assertiva com o período “Quintília mostrou-se-lhe tão graciosa, que ele cuidou estar aceito.” Ao analisar esse período, para sustentar sua proposta, o autor apresenta a seguinte argumentação:

Na primeira oração desse período, há um termo de correlação *tão* (denotativo gradativo) exigindo um segundo termo de correlação *que* na segunda oração; assim, dependem as orações uma da outra. Enunciada a primeira, a segunda se impõe para que se complete a declaração. A primeira depende da segunda, como a segunda depende da primeira. Nesse período não há oração principal, ambas são correlatas.

Ney (1955, p. 112) distingue as *correlatas que se prendem por conjunção* – as consecutivas, as comparativas de superioridade e as comparativas de inferioridade – das *correlatas implícitas*, em que os dois termos da correlação podem ser subentendidos. O quadro a seguir ilustra a proposta do autor.

CLASSIFICAÇÃO DAS ORAÇÕES CORRELATAS, segundo Ney (1955)

PERÍODO COMPOSTO POR CORRELAÇÃO



Quadro 1: Correlação em Ney (1955)

O quadro 1 reflete a classificação adotada por Oiticica (1952), com a qual Ney (1955) compactua. Entretanto, nota-se um descompasso entre o que este autor apresenta teoricamente e os exemplos analisados por ele. Ao comentar os exemplos listados a partir da página 112, o autor segue a taxionomia proposta por Oiticica (1952). Contudo, como já mencionado, discrimina em seu texto apenas os casos de correlatas ligadas por conjunção e de correlatas implícitas, isto é, do quadro 1 antes reproduzido, não se mencionam os casos das aditivas e das modais, embora figurem na *Teoria da correlação*, de Oiticica (1952).

Chediak (1960, p. 74), por exemplo, quando foi consultado à época da elaboração da NGB, declarou: “É lamentável que o Anteprojeto tenha excluído a correlação e a justaposição como processos de composição de período”.

O mesmo autor informa que, em 1958, o Departamento de Letras da Universidade do Rio Grande do Sul, solicitou a inserção da correlação

como processo de estruturação sintática diferente da subordinação e da coordenação (cf. Chediak, 1960, p. 213).

Melo (1978, p. 152) também entende a correlação como um processo de estruturação sintática distinto dos processos de subordinação e coordenação.

(A correlação) é um processo sintático irreduzível a qualquer dos outros dois (subordinação ou coordenação), um processo mais complexo, em que há, de certo modo, interdependência. Nele, dá-se a intensificação de um dos membros da frase, ou de toda a frase, intensificação que pede um termo.

De acordo com ele, a correlação engloba não só as orações *consecutivas* e *comparativas*, mas também as *equiparativas*³ e *alternativas* (cf. Melo, 1978, p. 152). O autor ressalta que, na língua oral, a intensificação, geralmente, é estabelecida por meio de um advérbio de intensidade, que constitui a primeira parte da correlação, podendo esta também ser expressa foneticamente por um esforço e alongamento acentuadamente maiores na produção da tônica, como em *Chovia, que era um desespero!*

Módolo (1999) considera a correlação um

tipo de conexão sintática de uso relativamente freqüente, particularmente útil para emprestar vigor a um raciocínio, aparecendo principalmente nos textos apologéticos e enfáticos, que se destacam mais por expressarem opiniões, defenderem posições, angariarem apoio, do que por informarem com objetividade os acontecimentos.

Também, explica-se a resistência em aceitar a correlação como procedimento sintático similar à subordinação e à coordenação devido à herança do paradigma estruturalista, calcado nas dicotomias saussurianas. Justifica-se, assim, por exemplo, a opção de Camara Jr. (1981) em defender opinião oposta a de Oiticica (1952), não só por sua filiação

3 A correlação equiparativa acontece quando se deseja estabelecer igualdade ou equivalência para o segundo termo, que fecha um pensamento deixado em aberto ou em suspenso no primeiro termo. São geralmente utilizadas com as expressões *assim... assim também, não só... mas também, senão também, assim como... assim*.

ao estruturalismo lingüístico, mas também por se guiar pela disposição binária dos conceitos de Saussure. Assim, a existência de um terceiro conceito na esfera da descrição lingüística, ou seja, a correlação, anulava a opção teórica dos estruturalistas pelas dicotomias.

Castilho (2004, p. 143), que adota a proposta de Oiticica (1952), entende que, na correlação, a cada elemento gramatical na primeira oração corresponde outro elemento gramatical na segunda, sem o quê o arranjo sintático se tornaria inaceitável. Segundo ele, a correlação pode ser *aditiva*, *alternativa*, *consecutiva* e *comparativa*. Normalmente, as duas primeiras, nas gramáticas tradicionais, são diluídas na coordenação e as duas últimas, na subordinação, o que Castilho (2004) não considera adequado devido às particularidades da correlação. O quadro de Rodrigues (2007:230), pelo qual se propõe uma sistematização do tratamento dado à correlação nas gramáticas tradicionais, comprova a tese de Castilho (2004).

GRAMÁTICO	Explicitação da nomenclatura ORAÇÕES CORRELATAS	Menção indireta à correlação
Bechara (1987:216-34)	—	—
Cunha (1990, p. 539) Cunha & Cintra (1985, p. 578-601)	—	Orações comparativas, consecutivas e, às vezes, proporcionais podem estar em correlação com um membro da oração principal.

Rocha Lima (1998, p. 259-84)	—	Menciona “fórmulas correlativas” e “expressões correlativas” (cf. orações subordinadas comparativas, proporcionais e coordenadas aditivas).
Luft (2002, p. 259-84)	Orações correlatas aditivas (cf. p. 46) Orações correlatas comparativas (cf. p. 46) Orações correlatas consecutivas (cf. p. 46)	Afirma que outros gramáticos consideram orações proporcionais correlativas (cf. p. 62).
Kury (2002, p. 62-109)	Orações consecutivas correlatas (cf. p. 98) Orações proporcionais correlatas (cf. p. 104)	Menciona: aditivas com correlação (cf. p.66) palavra ou locução correlativa (cf. p.91 – orações comparativas) comparativas quantitativas se acham em correlação com uma palavra intensiva da oração principal (cf. p.92)

Com base nas análises anteriormente mostradas, pode-se definir correlação como o processo de composição do período em que existe interdependência das orações. Caracteriza-se por suas orações ligarem-se por meio de dois conectivos e manifestarem intensificação, realce, ênfase. A primeira oração depende da segunda, assim como a segunda depende da primeira, motivo pelo qual não há oração principal no período composto por correlação, já que ambas as orações são correlatas. Veja-se o caso do exemplo retirado de Rodrigues (2001, p. 121):

(01) *Fico muito preocupada com isso, essas dificuldades de emprego, uma coisa horrível, mas enfim, tem iss... cinema, cinemas também*

também, havia cinemas melhores [do que há atualmente.]

Analisando-se o exemplo (01) por esse ponto de vista, tem-se que *havia cinemas melhores* é uma oração correlata comparativa e *do que há atualmente* é outra oração correlata comparativa.

Rodrigues (2007, p. 232-233) ratifica a proposta dos vários trabalhos antes arrolados ao considerar a correlação como um processo que se distingue dos demais. Para tanto, leva em conta os seguintes aspectos:

- a correlação apresenta conjunções que vêm aos pares, cada elemento do par em uma oração;
- no período composto por correlação, as orações não podem ter sua ordem invertida, isto é, não apresentam a mobilidade posicional típica das subordinadas adverbiais;
- as correlatas não podem ser consideradas parte integrante de outra, como ocorre com as substantivas e as adjetivas.

A autora, cotejando a abordagem tradicional com a de estudiosos das mais variadas perspectivas teóricas, propõe que a correlação em Português seja subdividida em correlação aditiva, correlação alternativa, correlação comparativa, correlação proporcional e correlação consecutiva.

Segundo Módolo (1999), Oiticica (1952) parte de uma visão funcional da sintaxe. Para ele, Oiticica (1952) foi um funcionalista *avant la lettre*, já que seu livro *Teoria da Correlação* foi publicado na década de 50, muito antes de o Funcionalismo ter se projetado como teoria linguística.

Módolo (1999) ressalta o interesse de Oiticica (1952) pelo componente semântico-pragmático, um dos aspectos principais de sua argumentação sobre a correlação oracional.

Abordando a ligação entre estrutura e função, o modelo funcionalista defende a ideia de que a estrutura relaciona-se à necessidade de cumprir determinadas funções. Sendo assim,

a linha mestra para entender a correlação é perceber que, em primeiro lugar, as orações se correlacionam funcionalmente, resultando depois uma disposição sintática, em que um termo da primeira oração encadeia-se com outro termo da segunda oração. Essa parece ser a posição de Oiticica.

(Módolo, 1999, p. 7)

Acatando-se a ideia de que, no Funcionalismo linguístico, a função se sobressai em relação à forma, ou ainda, de que a forma estaria a serviço da função, o falante, por vezes, necessita de um mecanismo sintático diferente da coordenação e da subordinação para veicular sua intenção comunicativa. Comparem-se os exemplos a seguir:

(02) João é rico e feliz.

(03) João não só é rico como também é feliz.

Os exemplos (02) e (03), apesar de veicularem conteúdos semânticos semelhantes, ou seja, a informação de que *João é rico e feliz*, apresentam estrutura distinta – (02) constitui um período simples e (03) constitui um período composto por correlação – e atendem a necessidades interacionais e pragmáticas também distintas. No exemplo (02), a conjunção coordenativa aditiva *e* liga dois sintagmas nominais coordenados entre si – *rico e feliz*, que funcionam como predicativos do sujeito - *João*. No exemplo (03), embora haja a união de predicativos referentes ao sujeito, agora em forma de oração, estabelece-se uma gradação enfática que vai do primeiro predicativo em forma oracional – *não só é rico* – até o segundo – *como também é feliz* –, expressos na superfície do período composto.

Comparando-se a estrutura correlativa com a não correlativa, nota-se que as orações correlatas parecem atender a necessidades discursivas bastante específicas quando cotejadas a outras estruturas semelhantes em termos sintáticos, o que se ilustrará mais adiante com as aditivas. Antes disso, é necessário, no âmbito do quadro teórico adotado, delinear brevemente o tratamento dispensado à correlação.

Assim, com base no Funcionalismo norte-americano, pretende-se, com este estudo, reforçar a hipótese de que as orações correlatas integram um processo de articulação sintática diferente dos processos de coordenação e subordinação, corroborando e, ao mesmo tempo, aperfeiçoando a proposta de Oiticica (1942; 1952), bem como a dos autores que partem de sua linha de análise.

Segundo Hopper & Traugott (1997), todas as línguas dispõem de mecanismos para ligar as cláusulas em períodos complexos. Entretanto,

esses mecanismos de ligação intersentencial, para os autores, diferem radicalmente de uma língua para outra, envolvendo desde construções justapostas razoavelmente independentes até construções retóricas dependentes e complexas.

Hopper & Traugott (1997) afirmam que é possível incluir as combinações oracionais no âmbito dos estudos de gramaticalização, entendida aqui como processo de mudança unidirecional, em que fatores como tempo, uso e cognição são correlacionados para se obter uma descrição linguística mais consistente. Assim, de acordo com esses estudiosos:

Se a gramaticalização for definida amplamente de forma a abranger as motivações e desenvolvimento das estruturas gramaticais em geral, então os processos de combinação de cláusulas claramente se enquadram no seu domínio, como Givón sugeriu.

(Hopper & Traugott, 1997, p. 168)

Os autores destacam o fato de que a distinção clássica entre os processos de subordinação e coordenação baseia-se, principalmente, em evidências de estudos sobre a modalidade escrita feitos a partir de línguas indo-européias. Parece mais coerente aos propósitos deste artigo, seguindo a perspectiva teórica funcionalista, considerar que os períodos complexos hierarquizam-se de diversas formas, podendo ser agrupados de quatro maneiras.

Hopper & Traugott (1997, p. 170) propõem os seguintes processos:

- *parataxe* ou independência relativa;
- *hipotaxe*, em que há um núcleo, e uma ou mais cláusulas que não podem ficar sozinhas e que são, por conseguinte, relativamente dependentes;
- *subordinação*, ou, em sua forma extrema, encaixamento; em outras palavras, dependência completa, em que uma margem está completamente incluída no constituinte de um núcleo.

A parataxe, segundo os autores, é menos integrada que a hipotaxe, que por sua vez, é menos integrada que a subordinação. Nos termos de Givón (1979), a maior integração semântica ou pragmática acarreta também maior integração sintática. Assim, a estruturação sintática estaria imbr-

cada com a própria carga semântica veiculada pelas sentenças da língua.

Apesar de Hopper e Traugott (1997) apresentarem um trabalho de grande profundidade teórica, parece que os autores não contemplam as construções correlativas oracionais, tal como as conhecemos em português. Afinal, ao propor os três processos de estruturação sintática (parataxe, hipotaxe e subordinação), eles deixaram de fazer menção a estruturas interdependentes, como são as orações correlatas.

As orações correlatas, conforme antes explicitado, apresentam características bem diferentes das tradicionais subordinadas e coordenadas. Isso traz implicações discursivas, afinal, “a combinação de cláusulas é a gramaticalização da organização retórica do discurso” (cf. Matthiessen & Thompson, 1988, p. 299).

Lehmann (1988, p.183-184) apresenta uma hierarquia de integração de orações, que pode ser esquematizada com o seguinte gradiente:

**PARATAXE → DÍPTICO CORRELATIVO → HIPOTAXE →
COSUBORDINAÇÃO → ENCAIXAMENTO**

Lehmann (1988) é um dos únicos autores considerados funcionalistas a agasalhar as chamadas orações correlatas no *continuum* de integração de orações. Para o autor, elas se situam entre a parataxe e a hipotaxe. O problema, contudo, é que não são tecidos comentários ulteriores sobre o fenômeno em destaque.

Diante dos poucos estudos já produzidos nessa corrente teórica, surge a necessidade de desbravarmos essa “floresta inexplorada”, como afirmava Oiticica (1952). Sem querer exceder os objetivos deste trabalho, serão utilizadas as construções aditivas para demonstrar essa possibilidade de análise.

Em Rosário (2009), verifica-se, em um *corpus* composto por 20 anúncios e 07 editoriais publicados no último quarto do século XX, a ocorrência de 184 construções aditivas, o que indica uma alta produtividade de tais construções, inclusive porque a ideia de adição é básica em qualquer língua e em qualquer contexto linguístico. Vejamos no quadro 3 tal distribuição:

	Coordenada		Subto- tal	Correlata		Subto- tal	TOTAL
	oracional	não- oracional		oracio- nal	não- oracional		
ANÚNCIO	41	53	94	-	-	-	94
EDITORIAIS	27	56	83	1	6	7	90
TOTAL	68	109	177	1	6	7	184

Quadro 3: Distribuição das construções aditivas

O quadro 3 possibilita importantes inferências. Porém, antes, veja-se um exemplo ilustrativo da subdivisão proposta por Rosário (2009):

- Coordenada oracional

(04) (...) mas não o suficiente para permitir uma boa produção agrícola e viabilizar a pecuária.

- Coordenada não-oracional

(05) Ele vem com um catálogo explicativo com a lista de prêmios, uma ficha de inscrição e dois cartões Smart Club.

- Correlata oracional

(06) *Não há cadáveres, nem sepultura.*

- Correlata não-oracional

(07) Das estatais está sendo exigido não apenas mais comedimento na fixação dos preços e tarifas como maior transparência nos negócios.

Os dados anteriores incitam a uma análise mais aprofundada com vistas à noção de marcação e iconicidade, duas noções metateóricas estreitamente relacionadas. Por marcação, entende-se não só a complexidade formal e a distribuição de frequência, mas também suas bases substantivas, que podem ser comunicativas, socioculturais, cognitivas e neurobiológicas. Por iconicidade, entendem-se as condições de natu-

ralidade ou um isomorfismo consistente entre o código sintático e seu *designatum* semântico ou pragmático.

A marcação, tal como desenvolvida no bojo dos estudos funcionalistas norte-americanos, é um conceito dependente do contexto. Isso significa dizer que uma estrutura pode ser marcada em um contexto, e não ser marcada em outro. Basicamente, existem três grandes critérios que podem ser utilizados para a distinção da estrutura marcada em relação à não-marcada. São eles:

- a) **Complexidade estrutural** – a estrutura marcada tende a ser mais complexa que a não-marcada.
- b) **Distribuição de frequência** – a categoria marcada tende a ser menos frequente.
- c) **Complexidade cognitiva** – a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa em termos de atenção, esforço mental e tempo de processamento.

Com relação aos dados analisados por Rosário (2009), pode-se afirmar que as construções correlatas são marcadas em relação às coordenadas. Em primeiro lugar, elas tendem a ser mais complexas em termos de estrutura. Afinal, vêm aos pares, de forma interdependente, como se observa nos exemplos (06) e (07). Em segundo lugar, elas são bem menos frequentes, conforme aponta o quadro 3. Por último, são mais complexas em termos cognitivos, já que demandam maior tempo e maior esforço mental de processamento.

As construções coordenadas aditivas são não-marcadas em relação às correlatas aditivas, já que são bem mais frequentes. De fato, a conjunção *e*, o articulador sintático básico da coordenação aditiva, bem reduzida foneticamente, tornou-se um item altamente polissêmico na língua, o que atesta um estágio avançado de gramaticalização.

Depreende-se, portanto, que as construções correlatas apresentam uma especificidade de sentido, se comparadas às coordenadas. Associando-se ao paradigma da não-sinonímia da forma gramatical (cf. Goldberg, 1995), pode-se afirmar que coordenadas aditivas e coordenadas correlatas apenas assemelham-se quanto à carga semântica da ideia de adição, já que se podem postular matizes semânticos diversos para as correlatas. Observe-se mais um exemplo:

(08) *A opção por medidas emergenciais, a qualquer título, já não mais se justifica, pois chegou o momento, isto sim, de resolver o problema da seca em definitivo, o que implica, como sublinhou o chefe do Executivo pernambucano, em uma tomada de consciência em torno do real potencial da região, não apenas a nível de Governo, mas também dos agricultores, dos empresários e do povo.*

O exemplo (08) não apresenta uma simples adição de argumentos. Ao contrário, verifica-se que os dados estão dispostos de forma bastante icônica. Ao enunciar o termo “Governo” e logo em seguida, “agricultores, empresários e povo”, o redator confere ao texto uma maior força argumentativa.

Assim, pode-se afirmar que, quando um locutor utiliza o par correlativo *não (só) ... mas também*, ele está tentando acrescentar, como é próprio desse operador, um outro elemento que vai na contra-expectativa da ideia de exclusividade, antes aceita pelo interlocutor.

No exemplo (08), o locutor parte do pressuposto de que a população acredita que a resolução para o problema da seca é de responsabilidade do governo. Com a intenção de quebrar essa expectativa do interlocutor, no caso, o leitor do jornal, o locutor amplia a responsabilidade para também os agricultores, os empresários e o povo. É nesse sentido que há uma quebra de expectativa. Tudo isso é codificado pelo uso do par correlativo *não (só) ... mas também*.

Certamente, a força ilocucional seria bem diferente se o locutor dissesse simplesmente: “Resolver o problema da seca implica, como sublinhou o chefe do Executivo pernambucano, em uma tomada de consciência em torno do real potencial da região a nível de governo, dos agricultores, dos empresário e do povo”. Estar-se-ia, sem dúvida, diante de um outro enunciado dotado de outra força discursiva.

Observe-se um outro exemplo:

(09) *Das estatais está sendo exigido não apenas mais comedimento na fixação dos preços e tarifas como maior transparência nos negócios.*

Barreto (1999, p. 209) organizou um extenso e profundo trabalho cujo objetivo foi traçar uma trajetória histórica dos itens conjuncionais.

Segundo a autora, “como já era empregado no latim em correlação com os advérbios comparativos: *asi, tale-, tantu-, tan*”. Por esse motivo, esta não é uma construção inovadora do português contemporâneo, ou seja, os pares correlativos instanciados pelo *como* podem ter sido gramaticalizados já há muitos séculos.

De acordo com Neves (2000, p. 742), “um tipo diferente de construções aditivas são as correlativas do tipo *não só... mas também* e *não só... como também*”. Elas ficariam, segundo a autora, entre as correlativas aditivas e as correlativas comparativas, como uma espécie de classificação híbrida. Essa afirmação é bastante pertinente, já que pode ser uma explicação plausível para a existência de uma construção *a priori* semelhante à outra já existente.

Ao analisar o par correlativo *não só... mas (também)*, evidentemente similar à forma *não apenas...como*, Guimarães (1987, p.123) afirma:

Sabemos (...) que *não só... mas (também)* é um operador cuja frequência não é muito grande e cujo uso parece se dar em textos de registro mais formal, ou com forte caracterização argumentativa. Nisto (...) diferiria da conjunção *e*, muito mais frequente, independente do registro e do tipo de discurso.

De fato, percebe-se que os pares correlativos aditivos são bem menos prototípicos do que *e*, que é a conjunção por excelência para a indicação da noção de adição, mais neutra do ponto de vista semântico. Isso pode ser explicado pela especialização de sentido desenvolvida ao longo do tempo, por conta de necessidades comunicativas específicas.

Da mesma forma que Neves (2000), Ayora (1991, p. 27) também reconhece um matiz comparativo de igualdade nas construções com tanto...como e afins, uma vez que o par correlativo não serve apenas para somar elementos, mas também para comparar pessoas ou circunstâncias. O autor afirma que, nesses casos, podemos reconhecer que há a soma de membros que possuem idêntica qualidade ou que se encontram em iguais circunstâncias.

É possível identificar a existência de uma grande diversidade de combinações possíveis para a expressão da ideia de adição por meio da correlação (*não só...como, não apenas...como, tanto...como, não*

apenas ...mas também, tão...como, não apenas... porém; não...nem). É importante lembrar que tais usos, em grande parte, já haviam sido atestados por Mateus *et al.* (2003) e Neves (2000).

No âmbito da semântica argumentativa, o articulador sintático aditivo correlativo tem a função de articular argumentos de igual valor. Há um detalhe, contudo, de grande importância que distingue essas formas do prototípico *e*, além do que já foi comentado ao longo deste estudo. Observe-se a sequência descrita em (10):

(10) *A entidade representativa dos pais denuncia não só reajustes acima dos limites permitidos como o uso de editais que induzem as pessoas a acreditar num reajuste menor do que o efetivamente praticado.*

A enunciação do primeiro elemento correlato (*reajustes acima dos limites permitidos*) pode ser uma informação já compartilhada ou presuposta pelo enunciador, cuja intenção pode ser a de surpreender os ouvintes com o elemento novo (*uso de editais que induzem as pessoas a acreditar num reajuste menor do que o efetivamente praticado*). Assim, tal uso seria, do ponto de vista semântico-pragmático-enunciativo, bem menos neutro que o prototípico *e*. Enfim, pode-se dizer que as vicissitudes do discurso é que determinam em grande parte o uso de uma construção ou outra.

Tendo em vista os resultados de pesquisas como a de Rosário (2009), pode-se reafirmar que, de fato, as construções correlatas são marcadas em relação às não-correlatas. Aquelas são dotadas de especial força argumentativa, são mais raras e bem mais complexas, o que caracteriza o conceito de *marcação* no âmbito dos estudos funcionalistas.

O referido estudo também aponta para a relevância do gênero textual, visto que o editorial parece propiciar o uso de construções correlatas, ao contrário do anúncio. Afinal, não houve sequer uma única construção correlata aditiva em todos os 20 anúncios analisados pelo autor.

Isso pode ser explicado devido ao fato de o editorial ser um gênero textual dotado de maior força argumentativa que o anúncio. Este, ao contrário daquele, apresenta grande número de construções paratáticas, com forte apelo persuasivo, o que poderia não favorecer o uso de cons-

truções altamente elaboradas, com grande teor retórico, como é o caso das construções correlatas.

Certamente muito há por ser investigado no que concerne aos processos de estruturação sintática, especialmente a correlação, relegada por décadas ao ostracismo. Como se percebe, de fato, ela apresenta um estatuto diferente dos outros tradicionais processos de estruturação sintática, o que pode corroborar a hipótese de a correlação ser considerada um quarto ponto no declive de Hopper e Traugott (1997).

No âmbito do funcionalismo norte-americano, os estudos são ainda mais necessários devido à quase inexistente bibliografia acerca do assunto. Os estudos sobre a gramaticalização de cláusulas, ainda recentes no cenário das pesquisas linguísticas, apenas iniciaram suas primeiras perquirições, o que abre diversos campos de investigação para os pesquisadores.

Como se viu, a correlação aditiva pode ser considerada um caso marcado em relação à coordenação aditiva e se constatou também que não é incomum a mescla de dois domínios conceptuais distintos na organização discursiva dos textos. Em outras palavras, observou-se como a adição e a comparação mesclam-se com o objetivo de alcançar nuances de sentido que sirvam a novas necessidades comunicativas na interação humana.

Enfim, verificou-se que o comportamento sintático da coordenação e da correlação parece sofrer restrição de gêneros, haja vista a não-ocorrência de pares correlativos aditivos nos anúncios, que são textos de caráter bem menos argumentativo se comparados aos editoriais jornalísticos.

Por fim, da mesma forma como se reconheceu e ressaltou aqui o limite das pesquisas até então realizadas, também se enfatiza a necessidade da continuidade destes estudos, bem como a necessidade de realização de outros que a este se somem, para que se obtenha uma documentação atualizada de nossa realidade linguística contemporânea.

Referências bibliográficas

- AYORA, Antonio Moreno. *Sintaxis y Semântica de como*. Málaga: Editorial Librería Ágora, 1991.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999. Tese de Doutorado. 2 vol.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CASTILHO, Ataliba de. *A língua falada no ensino do português*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHEDIAK, Antônio José (org). *Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração*. CADES, 1960.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1990.
- _____. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GIVÓN, Talmy. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: _____. *Syntax and semantics*. vol. 12. New York: Academic Press, 1979.
- GOLDBERG, Adele E. *Constructions – A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1995.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.
- HOPPER, Paul & TRAUGOTT, Elisabeth. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2002.

LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John & THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1988.

LUFT, Celso P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 2002.

MATEUS, Maria H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTIESSEN, Christian & THOMPSON, Sandra A. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN & THOMPSON (eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988.

MELO, Gladstone Chaves de Melo. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 1978.

MÓDOLO, Marcelo. *(Pré) publications: forskning og undervisning*. Romansk Institut: Aarhus Universitet, Danmark, 1999.

NEY, João Luiz. *Guia de análise sintática*. Rio de Janeiro: s. ed., 1955.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OITICICA, José. *Manual de análise léxica e sintática*. Rio de Janeiro: Livraria Simões Alves, 1942.

_____. *Teoria da Correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

RODRIGUES, Violeta Virginia. *Construções comparativas: estruturas oracionais?* Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2001. Tese de Doutorado.

_____. Correlação. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues & BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Construções aditivas – uma análise funcional. In: *Pesquisa em Linguística Funcional: convergências e divergências*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 2009 (CD).

Subordinação adverbial ou hipotaxe circunstancial?

Violeta Virginia Rodrigues*

No âmbito da Gramática Tradicional, as chamadas orações subordinadas adverbiais caracterizam-se normalmente por equivalerem a um advérbio, funcionarem como adjunto adverbial de sua oração principal, poderem apresentar-se desenvolvidas, quando começarem por conjunção subordinativa, ou reduzidas, quando apresentarem seus verbos em uma das formas nominais - infinitivo, gerúndio e particípio -, além de exprimirem circunstâncias.

Embora a maioria dos gramáticos utilize as propriedades antes explicitadas para caracterizá-las, chama atenção a definição usada por Kury (2002:85-109) a seguir reproduzida:

As orações subordinadas adverbiais, que funcionam sempre como adjunto ou complemento adverbial da oração principal de que dependem, podem apresentar-se desenvolvidas (conexas ou justapostas) e reduzidas (de infinitivo, de gerúndio e de particípio).

Contrastando as características apontadas pelos gramáticos de linha tradicional como um todo (cf. Bechara, 1992:128-193; Cunha e Cintra, 1985:589-601; Luft, 2002:59-86; Rocha Lima, 1998:274-286) como aquelas apresentadas por Kury (2002:85-109), destacam-se dois aspectos que distinguem a definição desse autor em relação à dos demais: (i) a possibilidade de as adverbiais funcionarem como complemento adverbial da oração principal e (ii) apresentarem-se desenvolvidas conexas ou justapostas.

1 * Professora Associada de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Não é consensual na tradição gramatical nem a ideia de que as adverbiais possam funcionar como complementos adverbiais e nem tampouco que possam se apresentar na forma justaposta. Até porque a justaposição também não é um conceito usado na tradição de forma unânime. Na maioria das gramáticas, tal conceito aparece, normalmente, associado à coordenação assindética; em algumas outras, é usado para justificar a ideia de que orações que tenham um elemento de ligação diferente do prototípico, como a conjunção integrante para as substantivas, por exemplo, sejam mesmo assim chamadas de orações substantivas²; ou ainda, é aplicado a estruturas que não se inserem nem no grupo das desenvolvidas, porque não vêm ligadas por conjunções, nem no das reduzidas, já que não apresentam o verbo em uma de suas formas nominais.

Além desses pontos, há vários outros que se podem enumerar e que permitem uma reflexão sobre as definições e caracterizações apresentadas pelas gramáticas de linha tradicional sobre as orações adverbiais.

1. A existência de orações cuja natureza adverbial é contestada.
2. A existência de orações adverbiais não contempladas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).
3. A existência de orações adverbiais que podem ser construídas por séries correlativas.
4. A existência de orações adverbiais que podem ser construídas com todas as formas nominais do verbo – infinitivo, gerúndio e particípio.
5. A existência de orações adverbiais que só se constroem com verbo na forma reduzida.
6. A existência de orações adverbiais que, quando reduzidas, só se constroem com verbo no infinitivo.
7. A possibilidade de as orações adverbiais poderem ocupar diferentes posições no período em que se encontram: quais normalmente são pospostas ou antepostas a sua principal, quais sempre estão pospostas ou antepostas a sua principal.

A simples constatação dos aspectos listados com base nas definições e caracterizações encontradas nas gramáticas tradicionais serve

2 Verifica-se tal possibilidade, principalmente, com as objetivas diretas iniciadas por pronomes interrogativos como em Não disse [quem veio] em que “quem” apresenta diferentes interpretações no âmbito da tradição gramatical. Nenhum gramático, entretanto, o considera uma conjunção integrante.

como parâmetro para que se defenda a tese de que o comportamento dessas orações não é tão homogêneo como parece. Portanto, no âmbito da chamada subordinação adverbial, há vários subgrupos que podem ser considerados levando-se em conta cada uma das propriedades indicadas para essas orações.

Assim, partindo-se do pressuposto de que as orações adverbiais podem ser agrupadas segundo diferentes critérios, este artigo, com base em gramáticas de linha tradicional (Bechara, 1992; Cunha e Cintra, 1985; Kury, 2002; Luft, 2002; Rocha Lima, 1998; Said Ali, 1966; 1969), pretende mostrar alguns desses subgrupos, utilizando-se ora dos exemplos das próprias gramáticas, ora de exemplos retirados de jornal. Com tal procedimento, pode-se justificar a afirmação de que essas orações não podem ser descritas todas da mesma maneira, já que têm comportamentos distintos, dependendo da característica adotada para analisá-las. Objetiva, ainda, questionar a nomenclatura *subordinação* aplicada às adverbiais, à luz dos pressupostos teóricos do Funcionalismo, que tem como uma de suas mais importantes preocupações a análise da língua em situações reais de uso.

Segundo a NGB, há nove (9) tipos de orações subordinadas adverbiais: as causais, as comparativas, as concessivas, as condicionais, as conformativas, as consecutivas, as finais, as temporais e as proporcionais.

Enumeram-se, a seguir, alguns exemplos de orações subordinadas adverbiais coletados de textos do *Jornal do Brasil*, impresso no período de 27 de agosto a 8 de setembro de 1997, com o intuito de atender exatamente a um dos princípios norteadores da teoria funcionalista, qual seja, o de analisar os usos linguísticos em situações efetivas de interação.

1. As causais

Segundo Bechara (1992:128), as orações são causais “quando a subordinada exprime a causa, o motivo, a razão do pensamento expresso na oração principal”.

(1) O indivíduo comum é levado a crer que o esforço e o estudo são virtudes dos trouxas, [JÁ QUE com dois anos de prisão é possível lucrar muito mais do que com os seis necessários a diplomar um médico].

2. As comparativas

Segundo Said Ali (1969:144), a oração comparativa “serve para esclarecer um pensamento ou um conceito mostrando a semelhança, a igualdade (ou desigualdade), ou aquilo com que outra coisa está ou deixa de estar de acordo”.

(2) Teve bons motivos para criar o homem com 4 bilhões de neurônios a mais [**DO QUE** a mulher].

3. As concessivas

Segundo Said Ali (1969:138), a oração concessiva “exprime um fato que, podendo determinar ou contrariar a realização de outro fato principal, deixa entretanto de produzir o esperado ou possível efeito”.

(3) Nossa, o Celso acha meus textos tão chatos que, [**EMBORA** eu só escreva três colunas por semana], ele lê como se fossem quatro.

4. As condicionais

Segundo Said Ali (1969:136), as orações são condicionais quando “a proposição hipotética serve para exprimir (...) um fato eventual; mas pode também denotar um fato real, ou admitido como real, porém em contradição com outro acontecimento. É linguagem usada sobretudo nas argumentações”.

(4) [**SE** houvesse taça para vice-campeão] a teríamos esmagado na hora.

5. As conformativas

Segundo Bechara (1992:134), as orações são conformativas “quando a subordinada exprime um fato apresentado em conformidade com a declaração da principal”.

(5) Os moradores, [**COMO** mostrou a reportagem do JORNAL DO BRASIL de ontem], defendem-se na mesma moeda, cimentando nas calçadas vasos que desrespeitam o Código de Posturas Municipais, mas protegem as pedras portuguesas da violência do estacionamento proibido.

6. As consecutivas

Segundo Said Ali (1969:143), a oração consecutiva “denota o efeito do grau extraordinário a que se leva a quantidade, qualidade ou intensidade de alguma coisa mencionada em oração anterior”.

(6) O partido é importante demais [**PARA** se omitir sobre essas questões].

7. As finais

Segundo Said Ali (1969:143), a oração final “representa o intento ou propósito a que se dirige ato expresso na oração subordinante”.

(7) José Dirceu e Milton Temer têm de ter, ambos, o mesmo compromisso [**PARA QUE** possamos avançar e dar qualidade ao nosso discurso].

8. As proporcionais

Segundo Said Ali (1969: 146), a oração proporcional “denota aumento ou diminuição que se faz no mesmo sentido ou em sentido contrário a outro aumento ou diminuição”.

(8) Da história recente dos *tigres asiáticos* o Brasil pode tirar, no mínimo, dois exemplos: o primeiro, que austeridade fiscal e monetária é o caminho para a redução dos graves problemas sociais criados por anos de inflação desenfreada; e que a estabilidade do Real só se manterá [**NA MEDIDA EM QUE** o país conseguir fazer, de fato, o ajuste fiscal].

9. As temporais

Segundo Said Ali (1969:140), a oração temporal “faz, em relação à outra sentença, papel análogo ao do advérbio de tempo em relação a um verbo”.

(9) Diogo Vilela não consegue ficar parado. [**DESDE QUE** interrompeu a temporada de *Metralha*, peça que lhe deu o Prêmio Shell de melhor ator em 96], só pensa em voltar ao palco.

Do ponto de vista do uso, chama atenção a utilização da preposição *para* como um possível introdutor de uma oração subordinada adver-

bial consecutiva. Tanto é assim, que o exemplo dado em 6, *O partido é importante demais [PARA se omitir sobre essas questões.]*, poderia ser re-escrito sob a forma de *O partido é tão importante que não pode se omitir sobre essas questões.*, tendo em vista a organização do discurso em que foi empregado. No entanto, causa um certo estranhamento a utilização de *para*, introdutor prototípico de finais reduzidas de infinitivo, nesse caso, iniciando uma consecutiva.

Além desse aspecto relativo a um uso que foge ao previsto ou prescrito pelas gramáticas tradicionais comumente adotadas por professores de Língua Portuguesa, faz-se necessário mencionar que muitas das definições transcritas constam das gramáticas de Said Ali (1969). Tal opção justifica-se pelo fato de esse autor estar um pouco esquecido no meio acadêmico e tem o intuito de divulgar algumas definições que fogem ao lugar comum e, portanto, servem para ilustrar a relevância de sua obra.

Estão fora dessa listagem as orações agentes da passiva, as locativas e as modais, que, a depender da gramática consultada, constarão como conteúdos semânticos possíveis de serem veiculados por uma oração adverbial. Sendo assim, dependendo da gramática utilizada, as nove (9) circunstâncias previstas pela NGB em forma de oração podem subir para 10 (dez), onze (11) ou doze (12), e o gramático que assim proceder não estará em conformidade com tal Nomenclatura.

A seguir, as orações não contempladas pela NGB - as agentes da passiva, as locativas e as modais - serão exemplificadas. No período *Fomos enganados [por quem parecia honesto.]*, Luft (2002) considera a oração entre colchetes uma subordinada adverbial agente da passiva. Já em *[Onde me espetam], fico*, Kury (2002) e Luft (2002) analisam a oração destacada como subordinada adverbial locativa. Segundo Kury (2002:100), as locativas equivalem a um complemento adverbial de lugar, apresentam-se sempre desenvolvidas e sem conjunção, porque são introduzidas pelo advérbio de lugar *onde* regido ou não de preposição. Kury (2002), Luft (2002) e Rocha Lima (1998) apresentam a oração entre colchetes em *Saiu [sem que o notassem.]* como subordinada adverbial modal. Para Kury (2002:100), as modais equivalem a um adjunto

adverbial de modo e exprimem a maneira, o meio pelo qual se realiza o fato enunciado na oração principal.

Acatando-se a possibilidade de as orações subordinadas adverbiais veicularem doze (12) conteúdos semânticos e não nove (9), conforme se encontra na NGB, serão verificadas as distribuições que se podem fazer dessas orações, segundo os critérios já enumerados.

No que se refere às adverbiais desenvolvidas, ao se consultarem os gramáticos, observou-se se as orações apresentavam conectivo, se vinham na forma correlata ou justaposta. As causais, as condicionais, as concessivas, as conformativas, as comparativas, as consecutivas, as finais, as temporais e as proporcionais podem ser introduzidas por conectivo em todas as gramáticas adotadas. Modais, locativas e agentes da passiva, embora também possam ser introduzidas por conectivo, não são abordadas por todos os gramáticos. As duas primeiras são contempladas por Kury (2002) e Luft (2002); a última apenas por Luft (2002).

Quanto a se estruturarem correlatamente, apenas comparativas, consecutivas e proporcionais admitem tal configuração, constituindo-se em um dos aspectos de divergência entre os gramáticos. Explicitamente, Kury (2002) e Luft (2002) assumem que essas orações podem vir na forma correlata; já os demais não assumem tal postura e limitam-se a mencionar que há estruturas que podem vir com conectivos aos pares ou com pares correlativos.

Isso se justifica pelo fato de a tradição não considerar a correlação como um mecanismo de constituição do período composto tal como a subordinação e a coordenação (cf. Rodrigues, 2007). Oiticica (1942, 1952), por exemplo, já defendia, antes da NGB, a existência de quatro procedimentos sintáticos para articulação de orações no período – a subordinação, a coordenação, a correlação e a justaposição.

Desconsiderando a contribuição de Oiticica (1942, 1952) e tratando a justaposição assim como trata a correlação, ou seja, como uma das formas de a oração se estruturar, alguns gramáticos trabalham com a ideia de que algumas adverbiais podem ocorrer na forma justaposta. As causais podem aparecer justapostas, apenas segundo Kury (2002); já as condicionais podem ocorrer justapostas para Bechara (1992), para

Kury (2002) e para Luft (2002); as concessivas e as finais, quanto a esse aspecto, só são apontadas por Bechara (1992); as temporais aparecem como justapostas nas gramáticas de Bechara (1992), Rocha Lima (1998) e Kury (2002); as locativas são consideradas na forma justaposta apenas por Kury (2002).

Portanto, levando-se em consideração a forma da adverbial, as orações comparativas, consecutivas e proporcionais poderiam formar o subgrupo das orações que admitem a forma correlata em oposição a todas as outras, que não admitem tal possibilidade. Contudo, Luft (1978) considera a possibilidade de as conformativas ocorrerem na forma correlata. O autor fornece o seguinte exemplo: “[Conforme é o pássaro], assim é o ninho”, em que o par correlativo seria “conforme ... assim”.

No que concerne à forma reduzida – infinitivo, gerúndio, particípio – há orações que não admitem nenhuma das formas nominais do verbo, ou seja, não admitem redução, como as conformativas, as comparativas, as proporcionais, as locativas e as agentes da passiva. Em contrapartida, há aquelas que admitem todas as formas de redução, como as condicionais e as temporais, em todas as gramáticas estudadas. Nesse subgrupo, também, há algumas divergências entre as gramáticas analisadas que serão explicitadas uma a uma. Por exemplo, quanto às causais, somente Cunha e Cintra (1985) e Bechara (1992) acatam a sua redução na forma de particípio. No caso das concessivas, Cunha e Cintra (1985), Kury (2002) e Luft (2002) aceitam a possibilidade de ela ser reduzida de particípio. Quanto às modais, somente o infinitivo e o gerúndio são admitidos como formas das orações reduzidas. A forma de infinitivo aparece em Kury (2002) e Luft (2002), e a de gerúndio, em Rocha Lima (1998), Kury (2002) e Luft (2002). Todos os gramáticos apresentam a redução de infinitivo para as consecutivas e somente Bechara (1992), a redução de gerúndio. As finais se destacam por uma peculiaridade apresentada por todas as gramáticas pesquisadas: o fato de, quando reduzidas, somente aparecerem com o verbo no infinitivo. Constata-se, pois, que nem todas as adverbiais admitem a forma reduzida e que algumas delas admitem todas as formas de redução, duas delas ou apenas uma.

O quadro 1, elaborado e gentilmente cedido pela Professora Doutora Silvia Figueiredo Brandão (UFRJ), apresenta todas as orações subordinadas adverbiais, distribuídas segundo as características comentadas. Na primeira coluna, discriminam-se os conteúdos expressos por cada uma das orações adverbiais, indicando-se, ao lado, o gramático que indica em sua obra, de maneira explícita ou não, os quesitos enumerados à direita e que dizem respeito à forma desenvolvida ou reduzida dessas estruturas.

		ORAÇÃO SUBORDINADA ADVERBIAL					
		Desenvolvida			Reduzida		
Conteúdo Semântico	Gramático	(a) Com conectivo	(b) Correlata	(c) Justaposta	(d) Infin.	(e) Ger.	(f) Part.
	Cunha & C	+			+	+	+
(1)	Bechara	+			+	+	+
Causal	R. Lima	+			+	+	
	Kury	+		+	+	+	
	Luft	+			+	+	
	Cunha & C	+			+	+	+
(2)	Bechara	+		+	+	+	+
Condicional	R. Lima	+			+	+	+
	Kury	+		+	+	+	+

Subordinação adverbial ou hipotaxe circunstancial?

	Luft	+		(+)	+	+	+
	Cunha & C	+			+	+	+
(3)	Bechara	+		+	+	+	
Concessiva	R. Lima	+			+	+	
	Kury	+			+	+	+
	Luft	+			+	+	+
	Cunha & C	+					
(4)	Bechara	+					
Conformativa	R. Lima	+					
	Kury	+					
	Luft	+					
	Cunha & C						
(5)	Bechara	+				+	
Modal	R. Lima					+	

	Kury	+			+	+	
	Luft	+			+	+	
	Cunha & C	+	(+)				
(6)	Bechara	+	(+)				
Comparativa	R. Lima	+	(+)				
	Kury	+	+				
	Luft	+	+				
	Cunha & C	+	(+)		+		
(7)	Bechara	+	(+)		+	+	
Consecutiva	R. Lima	+	(+)		+		
	Kury	+	+		+		
	Luft	+	+		+		
	Cunha & C	+			+		
(8)	Bechara	+		+	+		
Final	R. Lima	+			+		

Subordinação adverbial ou hipotaxe circunstancial?

	Kury	+			+		
	Luft	+			+		
	Cunha & C	+			+	+	+
(9)	Bechara	+		+	+	+	+
Temporal	R. Lima	+		+	+	+	+
	Kury	+		+	+	+	+
	Luft	+			+	+	+
	Cunha & C	+	+				
(10)	Bechara	+	(+)				
Proporcional	R. Lima	+	(+)				
	Kury	+	+				
	Luft	+	+				
	Cunha & C						
(11)	Bechara			+			
Locativa	R. Lima						

	Kury			+			
	Luft	+					
	Cunha & C						
(12)	Becha- ra			+			
Agente da Passiva	R. Lima						
	Kury						
	Luft	+					
+ indicado pelo respectivo autor (+) o autor não usa explicitamente a denominação indicada							

Quadro 1: Distribuição das orações adverbiais segundo o conteúdo semântico e a forma

Com base no quadro 1, pode-se, a seguir, verificar os casos correspondentes a cada característica utilizada pelos gramáticos de linha tradicional estudados. Para uma melhor compreensão e leitura do quadro 2, também elaborado e gentilmente cedido pela Professora Doutora Silvia Figueiredo Brandão (UFRJ), é bom que se atente para o fato de que eles se complementam. No quadro 2, são fornecidos exemplos de todas as circunstâncias veiculadas pelas orações adverbiais, seja na forma reduzida ou desenvolvida, indicando-se quais dessas orações são iniciadas por conectivo (a), quais admitem a forma correlata (b), quais podem vir justapostas (c), quais são reduzidas de infinitivo (d), quais estão reduzidas de gerúndio (e), quais podem ser reduzidas de particípio (f). Na primeira coluna do quadro, dispõem-se os tipos de orações adverbiais, indicando-se, ao lado, a que quesito corresponde o exemplo que virá na segunda coluna à direita.

Tipo de adverbial		Exemplo
	(a)	Não compareceu às aulas, [porque estava doente] .
(1)	(c)	“Ainda que tivesse escolhido o infame objeto, emudeceria, [tão apavorado me achava] .”
Causal	(d)	“ [De tanto pedir] , eu entrara na posse do objeto sonhado”.
	(e)	[Tendo faltado a seus deveres] , foi afastado do cargo.
	(f)	[Irado com as injúrias] que lhe tinham dito, mandou-os enforcar.
	(a)	Irei [caso não chova] .
(2)	(c)	[Tivesse eu dinheiro] , conheceria o mundo.
Condic.	(d)	Não vás [sem te convidarem] .
	(e)	[Chegando a seca] , não se colheria um fruto.
	(f)	[Feita com amor] , qualquer ação educa.
	(a)	[Ainda que tivesse escolhido o objeto] , emudeceria, tão cansado me achava.
(3)	(c)	“ [Tivesse ele dito a verdade] , ainda assim não lhe perdoaríamos”.
Conces.	(d)	[Apesar de estar doente] , saiu para o trabalho.
	(e)	[Sendo pobre] , ainda assim auxiliava os mais pobres.
	(f)	[Mesmo afastado o perigo] , ainda havia temor em seu olhar.
(4)		

Confor.	(a)	[Conforme prometeu,] ele deverá estar aqui amanhã.
(5)	(a)	Saiu [sem que o notassem].
Modal	(d)	Saiu [sem fazer ruído].
	(e)	Saiu [pulando de alegria].
(6)	(a)	Trabalha [como um escravo].
Compar	(b)	Lê mais [do que escreve].
(7)	(a)	Todos estavam exaustos [de modo que logo foram para a cama].
Consec	(b)	O choque foi tamanho, [que me senti atordoado].
	(d)	É feio [de meter medo].
	(e)	“Deram no arraial de repente, [rompendo-o]” .
(8)	(a)	Fiz tudo [para que ele aprendesse].
Final	(c)	Cale-se já, minha filha, [ninguém te ouça mais] falar.
	(d)	Estuda muito [para fazer boas provas].
	(a)	[Enquanto morou aqui,] procedeu com muita correção
(9)	(c)	[Há dias] não o vejo. / Não lhe escrevia [fazia anos].
Tempor	(d)	Entre por esta estrada [até encontrar uma cruz de pedra].
	(e)	[Chegando o inverno,] a cigarra bateu à porta da formiga.
	(f)	[Terminado o exame oral,] o inspetor leu as notas dos aprovados.

(10)	(a)	[À medida que o tempo passava,] ele se tornava mais seguro.
Propor.	(b)	[Quanto mais convivo com ele,] tanto mais o aprecio.
(11)	(a)	
Locativ	(c)	[Onde me espetam,] fico.
(12)	(a)	
Agente da pas.	(c)	Fomos enganados [por quem parecia honesto].

Quadro 2: Tipo de adverbial com exemplo

Uma das características das adverbiais usada, principalmente, para distingui-las das outras subordinadas – as substantivas e as adjetivas – é a sua mobilidade posicional. Contudo, há adverbiais que não podem ser movidas e há aquelas em que essa mudança posicional acarreta alteração no sentido veiculado por ela. Como exemplos de orações que não admitem anteposição, têm-se as comparativas e consecutivas que estejam na forma correlata, como se ilustra a seguir.

1. Lê mais [do que escreve].

* Do que escreve, lê mais.

2. O choque foi tamanho [que me senti atordoado].

*Que me senti atordoado, o choque foi tamanho.

Ao se moverem a oração subordinada adverbial comparativa destacada entre colchetes em 1 e a oração subordinada adverbial consecutiva destacada entre colchetes em 2, tem-se como resultado estruturas agramaticais em Língua Portuguesa. Isto ocorre porque há uma vinculação de *do que escreve* ao vocábulo *mais* e de *que me senti atordoado* ao vocábulo *tamanho* estabelecendo entre as duas partes que formam essas estruturas uma relação de interdependência. Assim, nenhuma das partes sobrevive uma sem a outra, caracterizando o que se chama de estrutura correlata.

Já a oração subordinada adverbial locativa, em destaque no exemplo 3, tanto admite a anteposição quanto a posposição.

3. Fico [onde me espetam].
[Onde me espetam,] fico.

A oração *onde me espetam* funciona como complemento do verbo *ficar* (*fico*), porque se comporta como complemento circunstancial de lugar desse verbo. A estrutura se tornaria agramatical sem esse complemento, já que quem fica, fica em algum lugar.

*Fico.

Isoladamente, sem nenhum tipo de contextualização, como em uma pergunta do tipo *Você fica em casa hoje?* cuja resposta pode ser *Fico*, esse verbo torna-se incompleto tanto sintática como semanticamente. Bem diferente de *Não compareceu às aulas, [porque estava doente.]* em que a retirada do adjunto adverbial de causa em forma de oração *porque estava doente* não torna a estrutura incompleta do ponto de vista sintático, ou seja, agramatical. A oração principal *Não compareceu às aulas* pode perfeitamente ser utilizada sem aquele adjunto e mesmo assim continuará veiculando uma informação, o que não se verifica com *Fico*.

- P - Você fica em casa hoje?
R - Fico.

Não compareceu às aulas, [porque estava doente].
Não compareceu às aulas.

Da análise de exemplos simples como esses, infere-se que nem todas as adverbiais funcionam como adjuntos adverbiais; algumas podem funcionar como complementos. Para isso, seria necessário que se recorresse, na própria tradição, à distinção proposta por Rocha Lima (1998) entre adjunto adverbial e complemento circunstancial. Ou, ainda, em uma visão não tradicional, que se recorresse ao conceito de oblíquo proposto por Mira Mateus *et al.* (2003). Argumentos com a função de oblíquo são, geralmente, opcionais e mantém uma grande variedade de relações semânticas com a parte nuclear da predicação.

Como se vê, a descrição das orações subordinadas adverbiais no âmbito da gramática tradicional pressupõe um comportamento homogêneo para estruturas que, pelo contrário, comportam-se de maneira bastante heterogênea. A diferença comportamental das adverbiais entre si pode ser ainda mais elucidada ao se questionar a própria noção de subordinação a elas aplicada em cotejo com as outras estruturas, também chamadas de subordinadas – as substantivas e as adjetivas.

Assim como as adverbiais são associadas a uma determinada classe de palavras e ao seu funcionamento, no caso, os advérbios, as substantivas são concebidas sob o mesmo tipo de equivalência. São assim chamadas porque funcionam como substantivos e podem desempenhar todas as funções sintáticas que o substantivo desempenha no âmbito do período simples – sujeito, objeto direto e indireto, complemento nominal, predicativo e aposto. O mesmo raciocínio se verifica com as adjetivas, equivalentes à classe dos adjetivos e cuja função é a de adjunto adnominal, subdivididas em restritivas e explicativas.

Um exemplo de oração substantiva encontra-se no período *Os cariocas afirmaram [que não aguentam mais tanta violência no Rio.]*, em que, entre colchetes, está a oração encaixada ao verbo *afirmar* da oração principal, sendo, por isso mesmo, considerada seu complemento, no caso funcionando como objeto direto. Já em *Os cariocas [que são muito acolhedores e simpáticos] afirmaram que não aguentam mais tanta violência no Rio.* há, entre colchetes, uma oração que se encaixa ao substantivo *cariocas*, especificando-o, caracterizando-o e, por isso, é denominada de adjetiva restritiva.

Partindo-se do pressuposto de que o rótulo “subordinação adverbial” já abriga estruturas cuja natureza é bem diferente, que dirá se se levar em conta a subordinação como um todo, envolvendo esses três tipos de orações - substantivas, adjetivas e adverbiais?

Nesse sentido, as contribuições do Funcionalismo sobre a articulação das cláusulas ajudam a reforçar a necessidade de se repensar a dicotomia coordenação *versus* subordinação, tal como preconiza a tradição gramatical. Segundo a teoria funcionalista, além desses dois procedimentos sintáticos, haveria, pelo menos, mais uma possibilidade de as

cláusulas se relacionarem umas às outras – a hipotaxe. Digno de nota é o fato de, nessa teoria, se usar a nomenclatura cláusula (tradução de *clause* em inglês, que significa oração).

Com base em Halliday (1985) e Matthiessen & Thompson (1988), estabelece-se uma diferença entre encaixamento e combinação de cláusulas, que ajuda na compreensão do que seja hipotaxe. A noção de encaixamento para esses autores relaciona-se à subordinação em sentido estrito, e a de combinação relaciona-se à coordenação e à hipotaxe, isto é, há cláusulas combinadas por coordenação e há cláusulas combinadas por hipotaxe. Assim, a relação entre cláusulas pode ser descrita de forma tripartite: subordinação (encaixamento), hipotaxe e parataxe (coordenação). Apesar de haver uma ligação da parataxe com a coordenação, não há a mesma ligação entre subordinação e hipotaxe, como muitos autores fazem. As orações denominadas subordinadas ou encaixadas, nesse caso, são aquelas que são partes constituintes de outras, tais como as substantivas e as adjetivas restritivas; já as denominadas hipotáticas são aquelas que envolvem algum tipo de relação circunstancial, como condição, razão, propósito e, ainda, tempo, espaço, maneira, meio, como as adverbiais e as adjetivas explicativas; as paratáticas ou coordenadas não se encaixam em nenhuma outra, equivalendo às coordenadas assindéticas. Diante dessa descrição, depreende-se que a chamada “subordinação adverbial”, na verdade, constitui, para esses autores, um caso de hipotaxe circunstancial ou de realce, visto que, nesse caso, não há encaixamento de uma cláusula em outra, como na subordinação substantiva e adjetiva, mas uma combinação hipotática de realce, isto é, aquela em que uma cláusula amplia outra circunstancialmente.

Tal interpretação está em consonância com a proposta de Halliday (1985), retomada por Matthiessen & Thompson (1988), que reconhece tipos diferentes de combinações de cláusulas em termos de seu grau de dependência: combinação paratática (parataxe) e combinação hipotática (hipotaxe). A parataxe inclui coordenação, aposição (justaposição) e citação. A hipotaxe inclui combinações de cláusulas que têm uma ligação com a organização do discurso como relativas não-restritivas, cláusulas de fala relatada (discurso direto) e as do tipo tradicionalmente chamadas adverbiais. Essas são as cláusulas que não podem ser consideradas como uma parte constituinte de outra.

Matthiessen & Thompson (1988), acatando a proposta de Halliday (1985), defendem, então, a ideia de que as cláusulas hipotáticas são interdependentes do discurso e que, por isso mesmo, refletem, de alguma forma, algum tipo de organização discursiva. Portanto, levando-se em consideração os tipos de combinação de cláusula, segundo os diferentes níveis de interdependência ou os diferentes tipos de hipotaxe, tem-se uma divisão entre projeção, que, por sua vez, se subdivide em locução e ideia, e expansão, que se subdivide em extensão, elaboração e realce. As combinações desse sistema lógico-semântico com a hipotaxe, parataxe e encaixamento terão como resultado os diferentes tipos de orações.

Assim, verifica-se que, segundo tais autores, as orações adverbiais não constituem casos de subordinação adverbial, mas sim de hipotaxe circunstancial de realce, devido a sua interdependência com a organização do discurso e devido ao fato de ampliarem outra cláusula circunstancialmente.

Desse modo, pode-se propor um *continuum* em ordem decrescente - do maior para um menor grau de encaixamento até se chegar à combinação de cláusulas - para as estruturas tradicionalmente denominadas subordinadas e coordenadas com base nos pressupostos funcionalistas aqui revisitados.

No âmbito da subordinação em seu maior grau de encaixamento, entrariam as subordinadas substantivas, encaixadas ao verbo ou ao nome; ainda na subordinação, também com encaixamento, mas um pouco diferente, tendo em vista a relação de predicação que estabelecem com o nome, entrariam as adjetivas restritivas; não mais encaixadas, mas combinadas por hipotaxe, viriam as adverbiais, que ampliam circunstancialmente outra oração, e as adjetivas explicativas, que codificam a expansão por elaboração do nome antecedente; ainda no âmbito da combinação, viriam os casos de coordenação, que além de não ampliarem circunstancialmente outra oração, também não se encaixam como constituinte oracional.

A noção de *continuum* serve para mostrar que as categorias linguísticas não são discretas, isto é, que não devem ser vistas umas em oposição às outras simplesmente, mas sim interpretadas como protótipos. A noção de protótipo, então, serve para mostrar que um elemento, mesmo

não sendo prototipicamente pertencente a uma categoria, pode funcionar como tal na interação linguística, como se viu com o exemplo da consecutiva introduzida por *para*.

Relacionando a noção de prototipia à hipotaxe circunstancial, pode-se ilustrá-la com usos de conectivos que fogem ao previsto, com os casos de itens altamente polissêmicos e com estruturas que admitem uma leitura circunstancial. Isso pode ocorrer tanto com as adjetivas explicativas quanto com as coordenadas, que são cláusulas combinadas assim como as adverbiais, justificando, mais uma vez, a imbricação dessas adverbiais muito mais com essas estruturas do que com as substantivas e adjetivas restritivas, as subordinadas propriamente ditas. Em termos de ensino de sintaxe, tendo em vista os comentários arrolados até aqui, fica mais fácil de entender, por exemplo, porque os alunos confundem, muitas vezes, as estruturas coordenadas com as adverbiais.

A própria gramática tradicional oferece indícios dessa possibilidade quando, por exemplo, ao tratar das orações adjetivas explicativas, gramáticos como Bechara (1992:118-128) afirmam que estas podem exprimir uma relação de fim, condição, causa, consequência, concessão ou adversidade ou, ainda, gramáticos como Kury (2002:78-85) admitem a existência de orações adjetivas circunstanciais – aquelas que exprimem matices circunstanciais de causa, concessão, condição, consequência e fim.

Vejam-se as estruturas a seguir:

- a) Você, [que lida bem com crianças], não terá dificuldades na nova escola.
- b) Nosso time, [que sofreu apenas uma derrota], não ganhou o campeonato.

As duas orações destacadas entre colchetes, do ponto de vista tradicional, classificam-se como orações adjetivas explicativas, porque veiculam um comentário que no caso de (a) incide sobre *você*, e no caso de (b), sobre *nosso time*.

Embora a forma seja de adjetiva, emerge da relação entre as cláusulas uma leitura circunstancial que pode ser mais bem indicada por meio das seguintes paráfrases:

a') Você, já que lida bem com crianças, não terá dificuldades na nova escola.

Você, porque lida bem com crianças, não terá dificuldades na nova escola.

b') Nosso time, mesmo sofrendo apenas uma derrota, não ganhou o campeonato.

Nosso time, apesar de ter sofrido apenas uma derrota, não ganhou o campeonato.

Por meio das paráfrases (a') e (b'), nota-se a possibilidade de se fazer uma leitura circunstancial, cujo conteúdo é de causa para a estrutura dada em (a), e de concessão ou adversidade para a estrutura dada em (b).

O mesmo procedimento pode ser aplicado ao caso seguinte:

c) Sai costura, entra conforto.

Embora não seja a mesma estrutura do ponto de vista tradicional, pode-se fazer a mesma leitura antes mostrada com base na relação entre as orações que se articulam. Em c), tem-se duas orações: a primeira é uma coordenada assindética e a segunda, também, uma coordenada assindética. Portanto, trata-se de um período composto por coordenação. Por outro lado, também, pode-se fazer uma leitura circunstancial dessas orações, como se observa a seguir:

c') Caso saia costura, entrará conforto.

Se sair costura, entrará conforto.

Quando sai costura, entrará conforto.

Como se nota, aqui, mais de uma relação circunstancial pôde ser inferida, tendo em vista que a oração está desvinculada de seu contexto de uso. Tal desvinculação ajuda a reforçar a necessidade de se olhar para a hipotaxe circunstancial considerando a organização do discurso, como preconizam Halliday (1985) e Matthiessen e Thompson (1988). Nesse sentido, não cabem mais aquelas análises de orações levando em conta apenas o nível sentencial e desconsiderando o nível do discurso. Muitas vezes, será o próprio discurso que indicará que tipo de relação circunstancial emerge da combinação dessas orações.

Ao se abordar o tratamento dado às adverbiais na tradição gramatical, procurando descrever e analisar os critérios adotados pelos gramáticos, percebe-se que essas orações estão longe de formar um conjunto de estruturas cujas características sejam homogêneas. Ao contrário, podem-se criar subgrupos dentro do grupo denominado “subordinação adverbial”, que foi questionado com base na teoria funcionalista. Nessa perspectiva, os trabalhos de Halliday (1985) e Matthiessen & Thompson (1988) tornaram-se imprescindíveis para a revisão da tradicional dicotomia subordinação *versus* coordenação e para que se propusesse, em seu lugar, a tripartição subordinação (encaixamento), hipotaxe (combinação de realce) e parataxe (coordenação). A adoção da noção de hipotaxe circunstancial para a delimitação do que antes se convencionou chamar “subordinação adverbial” permite que a análise das orações ultrapasse o nível da sentença e alcance o nível do discurso, o que em termos de ensino de sintaxe torna-se bastante produtivo visto que vai ao encontro das intuições que o falante tem sobre o funcionamento da sua língua materna.

Referências bibliográficas

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Padrão, 1992.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold Publishers Ltd., 1985.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2002.

LUFT, Celso P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 2002.

_____. *Gramática resumida*. Porto Alegre: Globo, 1978.

MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, John; THOMPSON,

Sandra A. (eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamin's Publishing, 1988.

MIRA MATEUS, Maria H. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Caminho S. A., 2003.

OITICICA, J. *Manual de análise léxica e sintática*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

_____. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. A estrutura correlativa como operador discursivo. In: DECAT, Maria Beatriz Nascimento et alii (org.) *Escrepta: Lingüística e filologia. Revista do programa de Pós-Graduação em Letras e do CESPUC*. Belo Horizonte: PUC/Minas, 2001. v. 5, n. 9, p. 119-125.

ROCHA LIMA, Carlos H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1998.

RODRIGUES, Violeta Virginia. O uso das conjunções subordinativas na língua escrita padrão. In: BERNARDO, Sandra Pereira & CARDOSO, Vanda de (org.) *Estudos da linguagem: Renovação e síntese. Anais do VIII Congresso da ASSEL-RIO*. Rio de Janeiro: Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro, 1999. p. 761-769.

_____. Correlação. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues & BRANDÃO, Silvia Figueiredo (org.) *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 225-235.

ROCHA LIMA, Carlos H. da (1994). 32ª ed. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

_____. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

A hipotaxe por justaposição em construções proverbiais

Maria de Lourdes Vaz Spezapria Dias¹

Introdução

Ao investigar os tipos de combinação de cláusulas², a constatação de que o processo de justaposição vai além da ausência de um elo conectivo formal entre as partes de uma construção levou-nos a propor uma nova análise desse processo para alguns casos de hipotaxe adverbial³ não previstos pela tradição.

Segundo Decat (2001, p.105), a Gramática Tradicional não contempla a relação adverbial que emerge em estruturas do tipo “Casa de ferreiro, espeto de pau” e “De graça até injeção na língua”, pois prioriza o nível sentencial, atendo-se aos casos em que as estruturas constituam cláusulas plenas, isto é, em que apresentem verbo.

Para entender um pouco mais essa crítica, depreendem-se as paráfrases “Embora a casa seja de ferreiro, o espeto é de pau” e “Se for de graça, tomo até injeção na língua”, para as construções antes exemplificadas. Por meio dessas paráfrases, é possível identificar a relação circunstancial implícita de concessão, no primeiro caso, e de condicionalidade, no segundo. Com isso, evidencia-se que o estabelecimento da proposição relacional independe do uso do conectivo formal.

1 * Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2 A expressão ‘combinação de cláusulas’ se refere à função de uma cláusula em relação a outra(s) (cf. Mathiessen & Thompson, 1998, p.279).

3 A hipotaxe adverbial, doravante hipotaxe, corresponde, aproximadamente, às tradicionais orações subordinadas adverbiais.

No entanto, durante a análise de provérbios populares justapostos, percebemos a possibilidade da existência de mais de uma proposição relacional entre as suas partes, fato que pode ser observado em (1) e (2) a seguir:

(1) Cabeça vazia, oficina do diabo.

(1.a) Quando a cabeça está vazia, é oficina do diabo.
(temporalidade)

(1.b) Se a cabeça está vazia, é oficina do diabo.
(condicionalidade)

(1.c) Porque a cabeça está vazia, é oficina do diabo.
(causalidade)

(2) A soldado novo, cavalo velho.

(2a) Quando o soldado é novo, recebe cavalo velho.
(temporalidade)

(2b) Se o soldado é novo, recebe cavalo velho. (condicionalidade)

Diante da dificuldade de se estabelecer qual a inferência predominante nas construções analisadas, vimos que, embora se possam estabelecer relações implícitas sem o contexto de uso, será ele o responsável, muitas vezes, por determinar a relação circunstancial que emerge de entre as partes⁴ constituintes dos provérbios justapostos.

Assim, para este trabalho, foram analisados, qualitativamente, vinte textos, nos quais se faz uso de construções⁵ proverbiais no título e/ou na própria articulação discursiva. Os textos foram coletados em diferentes *sites* da internet com os objetivos de:

- i) observar a ocorrência da hipotaxe ao longo da articulação discursiva;
- ii) comprovar que a relação circunstancial entre as partes de uma construção independe da presença do conectivo;
- iii) demonstrar que a justaposição é um processo que se estabelece mais pela inferência entre as partes de uma construção em relação ao contexto em que estão inseridas do que pela possibilidade de inserção de um conectivo formal.

4 Optamos aqui pelo termo partes por tratarmos ora com cláusulas plenas – que apresentam verbos –, ora com sintagmas nominais.

5 Para a gramática de construções, uma construção é uma unidade com forma e significado, cujos aspectos de sua forma e de seu significado nem sempre estão previstos pelos elementos individualmente presentes em sua composição, nem por outras construções pré-existentes na língua (Goldberg 1995, p.4).

Pressupostos teóricos

Serviu-nos como arcabouço teórico alguns estudos funcionalistas como os de Hopper & Traugott (1993), Matthiessen & Thompson (1988), Lehmann (1988, 1989) e Langacker (1991), que rompem com a visão dicotômica de coordenação e subordinação.

A noção de hipotaxe foi adotada com base no *continuum* de Hopper & Traugott (1993, p.170), pois estes autores entendem que na articulação hipotática ocorre dependência semântica entre as cláusulas, apesar de estas não apresentarem encaixamento sintático; fato também observado entre as partes das construções proverbiais analisadas.

Ainda sob a perspectiva do Funcionalismo, defendemos que a justaposição não é apenas um processo formal em que as cláusulas se combinem sem conectivos, mas que se constitui de uma relação entre dois ou mais núcleos próximos um ao outro, cuja **relação semântica entre eles é dada por inferência** (Hopper & Traugott, 1993, p.172). (Grifo nosso)

A gramática funcional-discursiva tem como unidade básica do discurso o ato discursivo em si, e não a frase, codifica primeiro a intenção do falante e considera as funções como parte das várias estratégias de estruturação (cf. Moura Neves, 2006, p.32-33). A justificativa dessa gramática vem do fato de existirem muitos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados em termos de unidades maiores que a frase isolada – como antes apresentado em (1) e (2) – e por existirem muitas expressões linguísticas que são menores do que a frase isolada, mas que funcionam como enunciados completos dentro do discurso, como se observa em (3):

(3) *Se eu ganhasse na Sena!*⁶

Mesmo se tratando de uma oração subordinada tradicional, é possível que se constitua uma frase completa, pois o contexto de uso permite a seguinte inferência: *Eu não ganhei na Sena, mas, se ganhasse, poderia fazer muitas coisas.*

6 Exemplo retirado de Decat (1999, p.25) quando a autora comenta a possibilidade de uma cláusula subordinada poder existir sozinha, ou seja, sem estar atrelada a um núcleo.

Assim sendo, as propostas funcionalistas são particularmente interessantes face ao uso atualizado que vem sendo dado às construções proverbiais justapostas, objeto deste estudo, em diversos textos.

Relações hipotáticas com ou sem conectivos

Afirmam Hopper & Traugott (1993, p.177) que as línguas dispõem de uma ampla variedade de técnicas para ligar cláusulas. Tais técnicas variam de formas e expressões, que vão desde itens lexicais até afixos que indicam subordinação, cuja origem é completamente desconhecida, embora generalizações significantes sobre seu surgimento possam ser feitas.

Paul (1986, *apud* Gonçalves *et al*, 2007, p.92) considera que as conjunções ou “palavras de ligação”, em sua terminologia, derivam historicamente de advérbios conjuncionais ou de alguns usos de pronomes conjuncionais, itens que já serviam para ligar orações antes mesmo de se constituírem em conjunções propriamente ditas.

Para Koch (1992, p.85), existem dois tipos básicos do que a autora chama de elementos de conexão interfrástica: os “conectores de tipo lógico” e os “encadeadores de tipo discursivo”. Enquanto aqueles apontam o tipo de relação lógica que o locutor estabelece entre o conteúdo de duas proposições, estes estruturam os enunciados em textos por meio de encadeamentos sucessivos. Contudo, evidencia-se que tanto o uso de “conectores de tipo lógico” quanto o de “encadeadores de tipo discursivo” são opções que o usuário tem para atender a seus objetivos comunicativos em dada situação.

Sobre elementos conectivos, consideram Halliday & Hasan (1976, p.227) que:

a **conjunção** ou **junção** é um **processo textual de relação semântica** pelo qual se especifica a conexão entre o termo antecedente e o posterior em um enunciado; conexão que abrange diversos tipos de estruturação de superfície. (grifo nosso)

Trata-se, então, de um conjunto de relações semânticas entre orações, explicitadas por elementos ditos ‘conjuntivos’, como as conjunções⁷. Entretanto, “os elementos conjuntivos não são coesivos por si mesmos, mas de forma indireta, pois o significado deles pressupõe a presença de outros elementos no discurso” (Moura Neves, 2006, p. 223).

Logo, na análise funcionalista, os elementos conectivos apresentam os níveis predicacional (complementos sintáticos), proposicional (semântico) e ilocucional (pragmático), além dos diversos ângulos que a atividade linguística envolve, incorporando seus elementos sintáticos, semânticos e pragmáticos (cf. Moura Neves, 2006, p. 226).

Os elementos conjuntivos nas relações hipotáticas

Nas relações hipotáticas, os elementos conjuntivos têm natureza distinta da dos elementos que estabelecem a subordinação nas chamadas orações substantivas e nas adjetivas restritivas. Tal fato pode ser observado pelo grande número e pela facilidade de criação de novas locuções que exercem o papel de articuladores de relações hipotáticas.

Outro fator relevante no que tange à natureza dos elementos conjuntivos nas relações hipotáticas é o fato de, na língua, não ter havido formação de novas conjunções nem de locuções conjuntivas gramaticalizadas integrantes, o que é comum na hipotaxe, ou seja, na articulação entre cláusulas nucleares e cláusulas adverbiais (Moura Neves, 2006, p.258-259).

A natureza dos elementos conjuntivos na hipotaxe, portanto, explica-se pela própria natureza das relações entre si, em uma visão funcional-discursiva, e não pela sua estrutura, como na visão tradicional. Isso equivale a dizer que as opções organizacionais do discurso refletem a decisão do usuário da língua ao transmitir as proposições implícitas e ao relacionar as explícitas (Decat, 2001, p.140).

7 Como o termo *conjunção* não atende mais à relação entre esses elementos, adotamos, neste trabalho, a expressão **elementos conjuntivos** por esta abarcar grande número de conectores intrafrasais.

Relações hipotáticas implícitas

Com vistas a analisar a relação existente entre cláusulas que se articulam entre si, Mann & Thompson (1983 e 1985) e Thompson & Mann (1987) trabalham com a noção de proposições implícitas – as quais chamam de proposições relacionais. Estas, explicam os autores, constituem inferências⁸ que emergem da articulação de cláusulas e servem para relacionar duas cláusulas, quer estejam, ou não, adjacentes, podendo servir de base para outras inferências.

Logo, não se trata de relações explicitadas por um **conectivo conjuntivo** (nos termos de Decat, 2001, p.121), pois o significado da inferência pode não ser explicitado apenas pela presença deste. Sendo assim, para Thompson e Mann (1987), a maneira como as cláusulas se articulam é um reflexo da organização discursiva como um todo, pois entre elas estariam as mesmas relações presentes na totalidade do discurso.

Mesmo nos casos em que não é possível recuperar o conectivo, isso não impede que a relação circunstancial se dê na articulação das cláusulas, conforme exemplifica Decat (2001, p.133):

(I) aí eu deitei...eh apaguei a luz... **acabei de estudar**
apaguei a luz (NDO8F,30,1144-1145)

Paráfrase: **Quando acabei de estudar**, apaguei a luz.

(II) ...**tinha que ter um assunto qualquer** e eu peguei esse
(NDO7M,19,692-696)

Paráfrase: **Porque tinha que ter um assunto**, eu peguei esse.

Dessa forma, a ausência do conectivo não desfaz a relação circunstancial de tempo existente em (I), demonstrada pela paráfrase: Quando acabei de estudar, apaguei a luz, nem a relação circunstancial de causa que emerge em (II), o que se confirma pela paráfrase: Porque tinha que ter um assunto, eu peguei esse.

Importa, portanto, o tipo de proposição que emerge da articulação de cláusulas, e não a marca lexical dessa relação, pois o reconhecimento da relação hipotática acontece mesmo com a ausência do conectivo conjuntivo.

8 'O significado que emerge', nos termos de Decat (2001, p.120).

Uma visão geral da justaposição

Na Tradição

A Nomenclatura Gramatical Brasileira, NGB, contempla apenas os processos de coordenação e subordinação quanto à estrutura sintática das orações unidas por conectivos no período composto. Em geral, esta última é definida em termos de vínculo sintático e semântico, pois a oração subordinada seria um termo que exerce função sintática na oração principal, sendo também dependente dela para ter “sentido completo”⁹. Nesse tipo de oração, a ausência do conectivo caracteriza a justaposição nos termos de Rocha Lima (1980, p.233), para o qual

as orações justapostas, sem prejuízo da função que exercem na principal, aditam-se a esta sem a mediação de conectivo e têm forma de oração independente, isto é, estão isentas de servidão gramatical.

Quanto às coordenadas, a tradição as define como orações com sentido completo que não constituem um termo da oração a que se ligam, apresentando, assim, independência sintática. As orações do período composto podem articular-se com ou sem conectivos entre si, sendo este último procedimento também chamado de justaposição. As coordenadas justapostas recebem ainda o nome de assindéticas pela ausência do síndeto ou conectivo.

Para Cunha & Cintra (2001, p. 596), isso significa dizer que tais orações são colocadas uma ao lado da outra, sem qualquer conectivo que as enlace. Assim, a tradição concebe a justaposição como um recurso que ocorre tanto com as orações coordenadas quanto com as subordinadas, numa visão que se aplica à forma, com conceituações que nem sempre atendem à classificação oracional no que diz respeito a sua aplicação no discurso.

Contudo, conforme antes citado, nas construções do tipo “Casa de ferreiro, espeto de pau”, o tratamento tradicional não apresenta uma

⁹ A expressão “sentido completo” foi usada entre aspas porque significa, na verdade, estabelecer comunicação.

classificação que atenda, de forma satisfatória, ao processo de articulação que ocorre entre as partes desse tipo específico de construção¹⁰, pois apenas a avaliação estrutural não é suficiente para explicar o processo que confere força significativa à construção em questão.

Assim, considerar a justaposição apenas como um procedimento inerente à subordinação e à coordenação, quando estas ocorrem sem a presença de conectivos entre as orações, é contemplar somente o modo como as orações se ligam dentro dos dois processos. Isso seria restringir a justaposição a uma visão que se aplica à forma e não ao processo sintático de estruturação em si, sem também considerar a relação semântica entre as orações.

Entretanto, em período anterior à NGB, Oiticica (1942; 1952) já dava à justaposição o *status* de processo de composição do período, ao lado da subordinação, da coordenação e, ainda, da correlação. Também Ney (1955, p.62) já afirmava que na justaposição há declaratividade total, sem conectivo, mas que isso não torna as orações independentes no sentido.

Até aqui, abordamos os processos de composição do período contemplados pela tradição e como esta inclui a justaposição como um procedimento dentro da subordinação e da coordenação. Porém, como vimos, esse tratamento não esclarece o processo que acontece entre as partes de construções do tipo “Casa de ferreiro, espeto de pau”.

Frente a essa constatação, propomos aqui uma nova abordagem para a justaposição como um processo de articulação de cláusulas que, nos casos analisados, se dá no âmbito da hipotaxe, ou seja, há uma relação circunstancial entre as partes justapostas da construção. Assim, passaremos agora a melhor exemplificar a nossa proposta para o que chamaremos, nos moldes de Decat (2001, p.134), de hipotaxe por justaposição.

No Funcionalismo: a hipotaxe por justaposição

Já mostramos que a justaposição vai além da ausência de um elo conectivo formal explícito e que, além disso, as abordagens convencionais

10 Essa questão, apesar de não aprofundada, já foi levantada anteriormente por Decat (2001, p.105).

não contemplam a relação adverbial implícita – hipotática – entre as partes justapostas de construções proverbiais como a prototípica deste trabalho.

Assim, consideramos a hipotaxe por justaposição (Decat 2001, p.134) como um processo de articulação em que há uma relação semântica (de inferência) entre as partes da construção, e não apenas como um processo formal sem a presença de elementos conjuntivos. A hipotaxe por justaposição, então, é o processo que se dá entre partes que, mesmo sem elo conjuntivo formal, apresentem uma relação inferencial de circunstância entre si, numa interdependência funcional-discursiva.

Devido ao fato de as construções que analisamos apresentarem uma relação hipotática implícita, uma vez que o seu elo está implícito, elas não somente carecem dos processos inferenciais para que este elo se forme, mas também do contexto de uso, o que poderá ser observado em (4), (5), (6), (7) e (8).

Como (4) trata de um provérbio que se aplica à relação patrão-empregado, em uma clara alusão ao comportamento deste na ausência daquele, a proposição relacional que emerge das partes justapostas é a de temporalidade, que se confirma pela paráfrase “*Enquanto/Quando o patrão está fora, os funcionários relaxam no trabalho*”.

(4) Patrão fora... dia santo na empresa

Este é um ditado muito antigo e amplamente conhecido no mundo empresarial. Este patrão não compreendeu ainda os direitos dos trabalhadores...



<http://www.humorna.net.com/servlet>

Assim, a relação de temporalidade é evidenciada na própria situação que demonstra a falta de comprometimento do empregado durante o tempo em que o patrão estava fora.

Em (5) e (6), temos o uso da construção proverbial prototípica deste trabalho, “*Casa de ferreiro, espeto de pau*”. Em ambos, ela se apresenta com valor concessivo, conforme a paráfrase “*Embora a casa seja de ferreiro, o espeto é de pau*”.

(5) Casa de ferreiro, espeto de pau

Confissão de traficante numa delegacia: “*Filha minha não usa droga. Se um traficante abordar alguma das minhas filhas, eu mato ele*”. Declaração de traficante preso nesta quinta-feira, no Paraná. Elnício da Silva Lima, 52 anos, pai de três filhas, flagrado em casa com 700 gramas de maconha e 82 pedras de crack.

<http://jovempan.uol.com.br/jp/campanhas3/index.php>

(6) Casa de ferreiro, espeto de pau

A patricinha Paris Hilton, acostumada a viver sempre cercada de todo luxo que o dinheiro pode comprar, viveu uma situação atípica

em sua visita à Inglaterra. Como todo mundo sabe, ela é **herdeira de uma das maiores redes de hotéis cinco estrelas do mundo**, mas se hospedou com o namorado **Benji Madden no Lord Nelson, humilde estabelecimento de duas estrelas de Liverpool...**

<http://chiclette.com.br/noticias/2702-Casa-de-ferreiro-espeto-de-pau>

Logo, tem-se a concessão em (5), pois causa surpresa um traficante não admitir que suas filhas usem drogas, e em (6), pelo fato de a herdeira da rede de hotéis Hilton hospedar-se em um estabelecimento de duas estrelas.

Ainda é possível relacionar, na própria articulação discursiva, os trechos do texto correspondentes às partes da construção proverbial. Isso se percebe tanto em (5): **Casa de ferro** (*Confissão de traficante numa delegacia...*); e **Espeto de pau** (...“Filha minha não usa droga. Se um traficante abordar alguma das minhas filhas, eu mato ele”...) quanto em (6): **Casa de ferro** (*A patricinha Paris Hilton (...) herdeira de uma das maiores redes de hotéis cinco estrelas do mundo...*); e **Espeto de pau** (... *se hospedou com o namorado Benji Madden no Lord Nelson, humilde estabelecimento de duas estrelas de Liverpool...*).

A hipotaxe por justaposição de caráter concessivo se justifica na própria relação título-conteúdo textual, ou seja, há uma ação contrária ao esperado pela própria condição da pessoa: um traficante que não aceita que as filhas usem drogas em (5), e a herdeira de uma grande rede hoteleira que se hospeda em um estabelecimento humilde em (6).

No exemplo (7), a seguir, o uso do provérbio “Amigos, amigos, negócios à parte” só se dá no título. Contudo, no corpo do texto, é possível verificar passagens que correspondem às unidades de informação da construção, como se verifica em **Amigos, amigos** (... *é preciso muito mais do que empatia e sentimentos sinceros...*) e em **Negócios à parte** (... *um dos erros capitais de quem decide abrir um negócio em parceria é levar em conta apenas as afinidades com o candidato a sócio*). Isso pode ser constatado também pela paráfrase “Embora sejam amigos, os negócios ficam à parte”, ou seja, amizade e negócios não se misturam, sendo possível perceber a proposição relacional de natureza concessiva.

(7) **Amigos, amigos, negócios à parte**

Por Renata Agostini – em 16/ 05/2008

Abrir o próprio negócio requer boa dose de empreendedorismo e coragem, mesmo quando os ventos sopram a favor da economia. Ter um sócio para dividir os riscos da empreitada é o caminho escolhido por boa parte dos que decidem investir nesse sonho. Mas, para que a solução não se transforme em entrave para o bom andamento da empresa, é preciso encontrar uma boa parceria... Uma sociedade é quase como um casamento, a diferença é que **para ter um bom sócio é preciso muito mais do que empatia e sentimentos sinceros**. Porque **um dos erros capitais de quem decide abrir um negócio em parceria é levar em conta apenas as afinidades com o candidato a sócio...**”Ao firmar uma sociedade, a pessoa tem que ser fria e calculista na análise do sócio e de seu próprio perfil... **Antes de firmar o contrato, é importante simular algumas situações e analisar se há sintonia na tomada de decisões**”, orienta Antônio César, diretor da Acomp Consultoria e Treinamento. **É um casamento de idéias, baseado na confiança e na ética. Não vou dizer que é fácil, porque nem sempre pensamos da mesma forma**, e é preciso ter um poder de persuasão enorme.

Meu amigo sócio...

[http://www.bolsademulher.com/mulherinvest/materia/amigos_ amigos_negocios_a_parte](http://www.bolsademulher.com/mulherinvest/materia/amigos_amigos_negocios_a_parte)

Nesse caso, o uso do provérbio “Amigos, amigos, negócios à parte”, no título, já foi norteador de que o texto transcorreria acerca da mistura nem sempre feliz entre negócios e amizade. Assim, o contexto discursivo vai apontar exatamente para a expectativa que o título causa no leitor, preparando-o para o conteúdo didático a ser expresso na ação discursiva.

A seguir, em (8), tem-se a forma re-escrita da fórmula fixa “Casa de ferreiro, espeto de pau” no título e na conclusão do texto, pois os provérbios são flexíveis e, por sua atemporalidade, aplicam-se a temas atuais, reunindo o novo e o já conhecido na estrutura do discurso, mesmo com a mudança da carga semântica original. A paráfrase “Porque a casa é de ferreiro, o espeto é de ferro” evidencia a proposição relacional de causalidade. Os trechos que correspondem às unidades de informação da construção proverbial podem ser depreendidos dos trechos **Casa de ferreiro: ...Um profissional financeiro...** e **Espeto de ferro: ... principal obrigação: gerir os recursos sob sua responsabilidade com**

a mesma diligência que geriria seus próprios recursos... Conforme se comprova no texto a seguir.

(8) **Casa de ferreiro, espeto de ferro**

por Carlos Nakao

3 de dezembro de 2007

(...) **Um profissional financeiro** - quer seja da tesouraria, crédito, cobrança, controladoria, contabilidade, planejamento, custos, orçamento, relações com investidores ou operador de mercado – tem, a meu ver, uma **principal obrigação: gerir os recursos sob sua responsabilidade com a mesma diligência que geriria seus próprios recursos**. Portanto, para gerir recursos de terceiros adequadamente deve primeiramente gerir com competência seus próprios recursos. Simples assim. (...) Existe e sempre existirá o médico endocrinologista obeso. Existe e sempre existirá o *personal trainer* sedentário. Assim, também existe o consultor financeiro perdulário. Não me parece recomendável confiar neles. Prefiro apostar na coerência em tudo aquilo que se faz. Acredito no **ferreiro que usa o espeto de ferro**.

http://www.transanet.fm/pt-BR/_contents/colunas/economia/2007/12/04

A rescritura do provérbio foi utilizada em (8) como um recurso de re-enunciação da forma original para atender ao novo significado exposto no conteúdo textual. A substituição do termo *pau* pelo termo *ferro* na construção proverbial provoca a perda do caráter hipotático concessivo e a proposição relacional passa a ser de causalidade.

Assim, importa mais o tipo de proposição emergente do que a presença do conectivo conjuntivo para que se determine a inferência predominante na articulação hipotática. Podemos dizer, então, que as proposições existem independentemente da presença de vocábulos para codificá-las, o que confirma a existência da relação hipotática (adverbial) por justaposição (Decat, 2001, p.131).

Considerações finais

Pela tradição gramatical, a subordinação adverbial é o processo de combinação que ocorre entre orações que apresentam relação cir-

cunstantial entre si; logo, “são aquelas equivalentes a um advérbio, figurando como adjunto adverbial da oração a que se subordinam” (Rocha Lima, 1980, p.246).

Verificou-se, então, que, ainda segundo as gramáticas tradicionais e, até mesmo, de acordo com alguns estudos linguísticos mais recentes, construções como as analisadas neste trabalho poderiam ser consideradas estruturas coordenadas assindéticas, isto é, como “a comunicação de um pensamento em sua integridade, pela sucessão de orações gramaticalmente independentes,(...) sem a presença de uma conjunção coordenativa” (Rocha Lima, 1980, p.230-231), ou, ainda, como “um processo de ligação entre unidades da mesma classe ou da mesma função em que o conectivo é dispensado” (Azeredo, 2002, p.447-448).

Porém, tais análises somente contemplam o nível da sentença, além de considerarem apenas os casos de orações constituídas de verbos, que não incluem os casos ora analisados.

O objetivo deste trabalho foi mostrar, assim, que os conceitos tradicionais não atendem à relação que emerge implicitamente entre as partes de construções proverbiais justapostas, como a prototípica “Casa de ferreiro, espeto de pau”. Tal fato reforça a teoria de Decat (2001, p.105) quanto à necessidade de se considerar a própria ação discursiva em que as construções se inserem para se estabelecer, de forma mais precisa, a proposição relacional que se dá entre elas.

O rompimento com a visão dicotômica de coordenação e subordinação, propiciado pelo *continuum* de Hopper & Traugott (1993, p.170), possibilitou a adoção do conceito de hipotaxe como o tipo de articulação existente nas construções em que a relação entre as suas partes se dá pelo processo inferencial, ou seja, pela relação circunstancial implícita entre elas.

Quanto à articulação hipotática de cláusulas, encontramos, então, na análise funcionalista, uma abordagem que atende à relação que emerge entre as unidades de construções como as constantes nos exemplos aqui analisados, ainda que posicionamentos contrários possam surgir.

Faz-se necessário, ainda, esclarecer que a opção por construções justapostas deu-se devido ao entendimento de que o valor semântico da

proposição relacional (inferência) não é determinado pelo uso ou não do conectivo, mas pela relação que se estabelece entre as cláusulas, ou seja, a hipotaxe por justaposição (cf. Decat 2001, p.134).

Assim, há uma relação inferencial entre os núcleos da construção proverbial, o que remete à própria organização discursiva como um processo de produção-interpretação, nos moldes de Fauconnier (1994, p. xvii): “a forma linguística fornece as orientações para a interpretação realizada pelo falante/ouvinte, confirmando que o significante é uma pista para a construção de sentido”.

Sem a pretensão de ter esgotado o tema proposto, este trabalho se constitui em uma tentativa de avanço nos estudos de base funcionalista quanto ao comportamento de um gênero específico: provérbios populares.

Por ora, reconhece-se em construções do tipo “Casa de ferreiro, espeto de pau” a justaposição como o processo pelo qual se articulam as unidades que apresentam uma relação circunstancial entre si, entendendo-se que é o papel discursivo que irá determinar a proposição relacional que delas emerge.

Referências bibliográficas

AZEREDO, José Carlos. *Fundamentos da gramática do português*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Por uma abordagem da (in) dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. IN: *Scripta* (Linguística e Filologia), Belo Horizonte, PUC Minas, v.2, n.4, 2º sem, 1999, p.23-38.

_____. A articulação hipotática adverbial no português em uso: In: DECAT et al (org.). *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

DIAS, Maria de Lourdes V. S. *A articulação hipotática em construções proverbiais justapostas*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro,

- Faculdade de Letras: UFRJ, 2009. 131 fl.
- FAUCONNIER, G. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- GONÇALVES, Sebastião Carlos L. et al (org.). *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structures*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold Publishers Ltd., 1985.
- _____ & HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HOPPER, P. & TRAUGOTT, E.C. *Gramaticalization*. Cambridge: University Press, 1993.
- KOCH, Ingedore G. V. Dificuldades na leitura / produção de textos: os conectores interfrásticos. In: CLEMENTE, Ivo & MARTA, Kirst (org.). *Linguística aplicada ao ensino de português*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 83-98, 1992.
- LANGACKER, Ronald. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol.2, Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Philadelphia: J. Benjamins, 1988.
- MANN, W. C. & THOMPSON, S. A. *Relational propositions in discourse*. *Discourse processes*. ISI, vol. 9:1, p. 57-90, 1983.
- _____. *Assertions from Discourse Structure*. ISI/RS-85-155, 1985.
- MATTHIESSEN, C. & THOMPSON, S. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, John & THOMPSON, Sandra. (eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John's Benjamin Publishing, 1988, p. 275-329.

MOURA NEVES, Maria Helena de. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

NEY, João Luiz. *Guia de análise sintática*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1955.

OITICICA, José. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

THOMPSON, S. A. & MANN, W. C. *Rhetorical Structure Theory: A Theory of Text Organization*. ISI/RS Report **87-190**: 2-82, 1987.

Uso(s) das orações condicionais

Vanessa Pernas Ferreira^{1*}
Violeta Virginia Rodrigues^{2*}

No âmbito das chamadas orações subordinadas adverbiais, consideram-se como condicionais as estruturas que têm valor de advérbio, exercem a função sintática de adjunto adverbial, veiculam o conteúdo semântico ou a circunstância de condição e admitem tanto a forma desenvolvida quanto a reduzida.

Ao se consultarem cinco gramáticos de linha tradicional – Cunha & Cintra (1985), Bechara (1992), Kury (2002), Luft (2002) e Rocha Lima (2003) –, a presença de conectivo é um dos aspectos unanimemente apontados como característicos das orações subordinadas adverbiais desenvolvidas. Geralmente, enumeram-se como *conjunções* condicionais *se, caso, quando, contanto que, salvo se, sem que, dado que, desde que, a menos que, a não ser que, uma vez que, com a condição que, exceto se*.

Um exemplo de condicional desenvolvida encontrado nas gramáticas pode ser ilustrado com *Irei [caso não chova.]* em que *caso*, conjunção subordinativa, liga a oração subordinada adverbial condicional *caso não chova* à oração principal *Irei*.

Além da forma desenvolvida, Bechara (1992) indica, também, a possibilidade de tais construções aparecerem na forma justaposta, como se verifica em [*Tivesse eu dinheiro,*] *conheceria o mundo*. É justaposta a oração destacada entre colchetes, para o autor, porque esta não se liga à outra por nenhuma palavra de conexão.

1 * Doutora em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2 * Professora Associada de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Segundo o referido gramático, as condicionais justapostas apresentam o verbo ou no pretérito-mais-que-perfeito do indicativo ou no pretérito imperfeito do subjuntivo, normalmente, com sujeito posposto, como no exemplo dado – “(eu) conheceria o mundo”.

De acordo com Bechara (1992, p. 231), ainda, as condicionais “ou hipotéticas não só exprimem condição, mas ainda podem encerrar as idéias de hipótese, eventualidade, concessão, tempo sem que muitas vezes se tracem demarcações rigorosas entre esses vários campos do pensamento”.

No que tange à forma reduzida, as condicionais admitem redução de a) infinitivo, b) gerúndio e c) particípio, conforme se exemplifica a seguir:

- a) *Não vás [sem te convidarem].*
- b) *[Chegando a seca,] não se colheria um fruto.*
- c) *[Feita com amor,] qualquer ação educa.*

Para Said Ali (1969, p. 136), as orações são condicionais quando “a proposição hipotética serve para exprimir (...) um fato eventual; mas pode também denotar um fato real, ou admitido como real, porém em contradição com outro acontecimento. É linguagem usada sobretudo nas argumentações”.

A definição apresentada pelo autor chama atenção por mencionar um aspecto vinculado ao uso dessas estruturas que nenhuma outra gramática tradicional destaca, ou seja, a sua relação com um determinado tipo de texto, no caso, o argumentativo. No exemplo a seguir, retirado do *corpus* de Rodrigues (1999), a oração condicional “se houvesse taça para vice-campeão” é utilizada em uma sequência argumentativa em que o autor confirma a tese de que os brasileiros não valorizam nenhum tipo de vice-campeonato em matéria de esportes, que dirá em futebol.

Ex. 1: [Se houvesse taça para vice-campeão] a teríamos esmagado na hora.

O exemplo do *corpus* de Rodrigues (1999), como se observa, é iniciado pela conjunção subordinativa *se*, a mais usual no âmbito das condicionais. Além dessa, a autora encontrou dados com *quando*, *como se*, *sem antes*, *enquanto*, *senão*, *caso*. Com esse trabalho, ela objetivou verificar se haviam ocorrido alterações no quadro das *conjunções* adver-

biais apresentado pelas gramáticas tradicionais e se havia preferência do falante/escritor por algum desses vocábulos.

Rodrigues (1999), ao comparar os usos dos articuladores sintáticos na linguagem jornalística com o quadro de conjunções apresentado pelas gramáticas de Língua Portuguesa, encontrou 456 articuladores sintáticos em um *corpus* constituído de crônicas, editoriais, matérias assinadas, opinião de leitores, perfazendo um total de 67 textos, que demonstram a pluralidade linguística nesse meio de comunicação. A autora usou um único jornal – o *Jornal do Brasil* –, impresso no período de 27 de agosto a 8 de setembro de 1997, e identificou o predomínio do conector *se*, entre as condicionais. Entre os 456 itens encontrados, 52 são de conjunções condicionais, sendo 42 *se*. As ocorrências se encontram distribuídas do seguinte modo:

ARTICULADORES	
se	(42)
quando	(5)
como se	(1)
sem antes	(1)
enquanto	(1)
senão	(1)
caso	(1)

Quadro 1: articuladores condicionais em Rodrigues (1999)

A autora adverte que a adoção da nomenclatura *articuladores sintáticos* deve-se ao fato de *articulador* ser um termo mais genérico e, portanto, mais abrangente, permitindo, assim, a incorporação das locuções prepositivas, por exemplo, e evitando-se incoerências terminológicas advindas da adoção do rótulo *conjunções*. A nomenclatura adotada encontra-se em Abreu (1994, p. 222), que não utiliza a tradicional distin-

ção entre subordinação e coordenação. O autor trabalha com a noção de articulação sintática – “mecanismo que liga sintaticamente as sentenças umas às outras”. Essa articulação sintática pode ser de cinco tipos, a saber: 1. *articulação sintática de oposição*; 2. *articulação sintática de causa*; 3. *articulação sintática de condição*; 4. *articulação sintática de fim*; 5. *articulação sintática de conclusão*.

Motta & Ferreira (2005), além de confirmar a maior frequência de uso do conector *se*, assim como o de Rodrigues (1999), relaciona a ordem das estruturas condicionais com questões discursivas.

Por meio de análises tanto quantitativas como qualitativas, as autoras observaram, por exemplo, que a anteposição das orações condicionais vincula-se estreitamente a aspectos semântico-pragmáticos, não sendo meramente uma questão de ordem, mas sim uma preocupação do autor do texto jornalístico em privilegiar a informação que ele quer usar para persuadir o leitor. Sendo assim, não há preferência por um determinado conector, ou mesmo preocupação com o nível sociocultural do interlocutor nesse uso, embora a anteposição seja a posição prototípica das condicionais e os conectores *se*, *quando* e *caso* sejam, respectivamente, os mais frequentes, segundo os resultados encontrados por Motta & Ferreira (2005). As autoras analisaram um *corpus* que se compõe de 99 textos do português escrito brasileiro, sendo 43 textos do jornal *O Globo*; 26 textos do jornal *Extra* e 30 textos do *Jornal do Brasil*, distribuídos pelos seguintes gêneros textuais: 55 notícias, 15 anúncios e 29 editoriais.

À guisa de exemplo desse *corpus*, observem-se as seguintes estruturas:

(1) *Se* você tem visão comercial, invista no Vargem Grande Portal Shopping. O Retorno é garantido.

(JB, anúncio, 3/04/05 – dom.)

(2) *Se* for com Juninho Pernambucano, pode ser muito bom também.

(*O Globo*, editorial, 27/03/05 - dom.)

A ideia do anúncio em (1) liga-se ao valor semântico das estruturas linguísticas que se encontram na situação *se p, então q*, servindo como

estratégia do autor para persuadir o leitor. Assim, evidencia-se que, se o consumidor tiver visão comercial, então, ele deve investir no Vargem Grande Portal Shopping.

Nota-se, nos dois exemplos, que a posição anteposta foi usada, comprovando o pressuposto de Hirata-Vale (2001, p. 132) de “que, para o português do Brasil, a ordem frasal nas construções condicionais é de fato a anteposição da oração condicional à oração-núcleo”.

Como se vê, nos vários trabalhos citados, o conector *se* é o mais empregado, sendo, portanto, o mais prototípico. Segundo Ferrari (2001), pode-se afirmar que o *se* é um *marcador de não assertividade*, ou seja, aquele que é utilizado quando uma suposição precisa ser considerada, mas não pode ser afirmada, pois pode frustrar a condição. A suposição, portanto, será apresentada como não afirmável, o que se verifica no exemplo (2).

Atendo-se apenas às condicionais reduzidas, Matos (2006; 2007) as analisa, quando antepostas, como recurso persuasivo, trabalhando na modalidade escrita com os gêneros textuais anúncio, editorial e notícia.

Para melhor observar o comportamento de tais usos, a autora recorreu ao *corpus* do Projeto VARPORT (www.lettras.ufrj.br/var-port), em que se analisou um total de 354 inquéritos orais e escritos do século XX do português brasileiro, sendo 295 da modalidade escrita e 59 da modalidade oral.

A análise qualitativa e descritiva desses usos baseou-se na perspectiva funcional-discursiva, tendo como suporte os trabalhos de Decat (2001) e Neves (2003; 2006). Para um maior aprofundamento sobre o conteúdo semântico veiculado pelas estruturas estudadas, utilizou-se também Azeredo (2000).

O quadro 2, a seguir, permite que se observem os conectivos mais explicitados nas orações adverbiais reduzidas de infinitivo pelas gramáticas tradicionais de Cunha & Cintra (2001), Kury (2002) e Rocha Lima (2003).

Conteúdo semântico	Conectores
Causa	com, por , visto, à força de, em virtude/vista de, por causa/motivo de, de, em consequência de (Kury: 2002); em razão de (Kury: 2002; Rocha Lima: 2003)
Concessão	com, sem, malgrado, apesar de , não obstante, sem embargo de, mesmo sem (Cunha & Cintra: 2001); a despeito de (Rocha Lima: 2003)
Condição	a , sem, a não, na hipótese de, no caso de (Kury: 2002)
Consequência	de, a , para (Kury: 2002); sem, a ponto de (Kury: 2002 e Rocha Lima: 2003)
Fim	a, de, para , por, em, a fim de, com o fim de
Lugar	com
Modo	sem , a
Tempo	antes de, a + o (artigo) , depois de, após, perto de, prestes a, até, de, sem (Kury: 2002)

Quadro 2: Conectivos nas orações subordinadas adverbiais reduzidas de infinitivo na GT

Os conectores destacados em negrito no quadro 2 são os que aparecem mais frequentemente nas gramáticas consultadas.

Embora não haja referência à gramática de Luft (1978), tendo em vista que, no quadro 2, visualizam-se casos de preposição e/ou locução prepositiva iniciando orações consecutivas reduzidas, vale a pena mencionar que, para ele, não existe forma reduzida para a circunstância de consequência. Bechara (1982), que também não consta do quadro 2, é o único a explicitar a possibilidade de *com* indicar a circunstância de lugar. Por fim, destaque-se, ainda, que só há oração adverbial reduzida de infinitivo modal para Bechara (1982) e Luft (1978).

No quadro 3, a seguir, apresentam-se os conectivos encontrados no *corpus* analisado por Matos (2006, 2007) e sua relação com os gêneros textuais.

		Modalidade escrita			Modalidade oral (entrevista)		Total
		anúncio	editorial	notícia	culto	popular	
Causal	por	6		8			19
	ao	3					
	para				2		
Concessiva	apesar de			1	3		14
	para (pra)		1		1		
	sem		2	4	2		
Condicional	a		2				6
	ao	1	1				
	sem	2					
Consecutiva	de modo a		1				5
	para	2					
	sem	2					

Final	a		3	1			175
	a fim de		1	8			
	no intuito de	1					
	no jeito de					1	
	para	34	33	49	31	13	
Modal	a			1			8
	sem	4			3		
Temporal	antes de			1	2	1	27
	ao	3	4	7			
	depois de	2		4	1		
	na hora de					1	
	pra					1	

Quadro 3: Conectivos em Matos (2006; 2007)

Assim como se fez no quadro 2, foram destacados, em negrito, no quadro 3, os conectores mais recorrentes. Os conectores *ao*, *para* nas causais; *para/prá* nas concessivas; *ao* nas condicionais; *de modo a*, nas consecutivas; *no intuito de*, *no jeito de*, nas finais; *na hora de*, *pra* nas temporais não foram arrolados pelos gramáticos estudados.

Chama atenção, no *corpus* de Matos (2006; 2007), a relação forma/conteúdo nos usos de alguns conectores tanto prototípicos quanto não prototípicos.

- Final

(3) *Paro por aqui [para não incentivar ninguém a mudar-se para Cuiabá.]*

- Condicional

(4) *O governador Dante de Oliveira (...) anda todo prosa, com números na cabeça, decorados dos relatórios do IBGE e de outras fontes. [A acreditar-se no que conta,] a terra prometida, onde corre leite e mel pelos rios, fica em Cuiabá, apesar dos 38 graus de calor que registra todos os dias...*

- De final à condicional

(5) *Você só precisa inscrever-se no programa [para ter seu kit Smart Club...]*

(6) *Você pode somar os pontos dos dois cartões [para ganhar prêmios melhores e muito mais rápido.]*

(7) *[Para cadastrar-se e usar o ZipMail,] basta que você tenha a possibilidade de utilizar qualquer computador conectado à internet.*

(8) *Se Cabral desembarcasse aqui hoje em busca de riquezas, iria direto estacionar sua caravela no Banco do Brasil e fazer o novo Ourocap 500. [Para fazer o seu,] você só precisa investir R\$ 500,00, numa parcela única...*

(9) *Então, eu, [para viajar com ela,] para algum lugar, assim, diferente, eu teria que ir com outra pessoa, ou com um filho, ou com um neto...*

Algumas justificativas para o *continuum* entre final e condicional podem ser explicitadas. Nos exemplos de 5) a 9), há ideia de condição, ainda que não se possa aplicar a relação *se p, então q* como em *[A acreditar-se no que conta,] a terra prometida, onde corre leite e mel pelos rios, fica em Cuiabá*. Além disso, nesses exemplos, não há somente re-

lação de finalidade como em *para não incentivar ninguém a mudar-se para Cuiabá*. Há um conteúdo semântico de condição nessas orações finais e conseqüentemente relação entre essas duas circunstâncias. Por conta disso, observar usos linguísticos é rejeitar o tratamento ingênuo e fácil que homogeneiza os itens da língua (Neves, 2006).

O *continuum* mostrado nos usos (cf. exemplos 5-9), que vão de final à condicional, reforça não só o pressuposto de Neves (2006), antes mencionado, como também possibilita resgatar a assertiva de Barreto (1992, p. 282) de que, no que se refere às conjunções,

pode-se afirmar não haver uma separação nítida entre conjunções coordenativas e subordinativas, mas um contínuo que vai da coordenação à subordinação por excelência, havendo, em cada grupo de conjunções, os protótipos, isto é, as que preenchem as características básicas de cada grupo.

Barreto (1999) alerta, ainda, para o fato de que o estudo das conjunções com base na perspectiva funcionalista está em andamento e pretende descrever: as preposições e as conjunções; as preposições com o seu conteúdo semântico e as relações que estabelecem; as conjunções especificando as relações que elas estabelecem e como se processa a ligação das sentenças, e qual a posição dos diversos tipos de conjunções nas orações.

Para a autora, as conjunções portuguesas são oriundas da reinterpretação de outras classes gramaticais ocorrida tanto no latim quanto na própria Língua Portuguesa, estando presente no processo de gramaticalização dessas conjunções uma crescente abstratização, mas nem sempre a trajetória ESPAÇO > TEMPO > TEXTO.

Analisando um *corpus* de 136 itens conjuncionais (24 coordenativos, 71 subordinativos e 41 correlações conjuncionais), Barreto (1999) afirma que os processos de gramaticalização experimentados pelas conjunções não atingem apenas itens isolados, mas grupos de itens conjuncionais, ou seja, determinados processos atingem um determinado grupo, enquanto outros se referem a outro conjunto de elementos.

Após essa análise, a pesquisadora conclui que a maior parte dos itens conjuncionais portugueses vem experimentando, ao longo do tempo, processos de gramaticalização ou discursivização. Em outras palavras,

a gramaticalização é um processo que ocorre continuamente na história da maioria dos itens conjuncionais da Língua Portuguesa. Por pressão pragmático-discursiva, ou, de acordo com as necessidades do falante em situações reais de comunicação, itens conjuncionais: a) deixam de ser empregados; b) são substituídos por outros; c) assumem valores semânticos diversificados, em função de processos metafóricos, de contiguidade com outros itens, de analogias ou de implicaturas conversacionais.

Segundo Azeredo (2000), as orações adverbiais finais e as condicionais encontram-se em um mesmo grupo semântico, o da causalidade, já que envolvem relação de causa e efeito. O gênero textual parece influenciar os usos de tais orações, que tiveram maior frequência nos anúncios.

Segundo Decat (2001), o que decide qual o aspecto da proposição relacional é mais relevante é o contexto discursivo, bem como a função discursiva da cláusula hipotática adverbial. Assim, o *continuum* entre final e condicional está vinculado ao contexto discursivo e às intenções do falante.

Observando os conectores nos inquéritos analisados e nas gramáticas tradicionais pesquisadas, percebe-se que houve uma estabilidade dos mais frequentes em cada circunstância. No entanto, encontraram-se alguns usos que não estavam, em princípio, previstos pela gramática tradicional.

O conector *para* foi o mais frequente, além de ser o mais encontrado em diversas circunstâncias. O gênero textual parece ter influenciado o uso das orações adverbiais finais reduzidas de infinitivo e, em alguns casos, foi possível perceber a relação que elas mantinham com as condicionais.

Um aspecto que chama atenção em alguns trabalhos realizados sobre as orações adverbiais é o uso de *quando* como conjunção condicional, fato não observado por todos os gramáticos de linha tradicional. Embora predominem os casos de oração temporal, a ocorrência de casos de orações condicionais, causais e concessivas encabeçadas pelo item *quando* parece dar indícios de que o fenômeno linguístico da discursivização está agindo sobre este item.

Ferreira (2007) observou as cláusulas condicionais através da perspectiva funcional-discursiva. Para a autora, inserem-se, neste grupo, não apenas as cláusulas adverbiais condicionais desenvolvidas ou co-

nectivas, como também as reduzidas e, ainda, aquelas não consideradas pela Gramática Tradicional: as introduzidas por conectivos como *quando*, empregados com valor condicional, e as construções sintáticas que expressam condicionalidade, mesmo com elipse do conectivo.

Baseada nos pressupostos do Funcionalismo, a autora trabalhou com os *corpora*³ buscando entender e analisar as estruturas que exprimem condicionalidade dentro de um contexto comunicativo, interacional, pautando-se em critérios que abordassem as condições de uso dessas estruturas.

Entre os dados analisados por Ferreira (2007), a autora encontrou aspectos fronteiriços em termos de uso de *se* e *quando*, uma vez que, de acordo com Harris (1986 *apud* Ferreira, 2007), há muitos casos de conjunções condicionais que são usadas com valor temporal e que, não raro, as conjunções temporais são mais bem interpretadas condicionalmente. O mesmo aconteceria também com as cláusulas temporais, pois, em muitos casos, podem ser entendidas como condicionais, a depender dos traços que apresentam. A autora ressalta, ainda, que, nesses usos, são inferências de caráter pragmático que viabilizam que as sentenças classificadas como temporais sejam interpretadas de forma similar, em determinados contextos, às condicionais.

Neves (2000) aceita a possibilidade de interpretação da noção de causalidade em orações temporais iniciadas pelo conector *quando*, que seria, em sua interpretação, um conector neutro, que licencia diferentes relações do tipo lógico-semântico, como concessão, causa e condição. As construções que admitiriam a leitura condicional seriam aquelas em que ocorre simultaneidade e que acolhem o traço não-télico, ou seja, o aspecto imperfectivo, como, por exemplo, em: *Decididamente, é preferível permanecer por aqui lendo e vendo, e escrevendo sobre como deve ser trabalhoso cobrir a Copa do Mundo. Isso quando não usamos o espaço para reclamar da cobertura*⁴.

Ferreira (2007) ressalta ainda que, independentemente da modalidade, do gênero e da sequência textual em que ocorram, a variável mais

3 Formado pelo *corpus* VARPORT, *corpus* D&G e editoriais extraídos do jornal O GLOBO.

4 O Globo - 07/06/06 – Editorial, cf. Ferreira, 2008:44.

relevante no emprego desses conectivos é o tempo verbal. Dias & Vanderlei (1999 *apud* Ferreira, 2007) já haviam constatado que o *quando* se refere a situações nas quais o antecedente é considerado como certo e, por conseguinte, o conseqüente acontecera. Dessa forma, no tempo presente, as conjunções *se* e *quando* são intercambiáveis. Essa superposição semântica no presente decorreria da alteração no significado do *se* que, com esse tempo verbal, transmite maior clareza do que no passado e no futuro. Assim, uma oração como: “**quando você vende o peixe** você vende direto pras pessoas que vão comer ou você vende pra uma pessoa que vai vender?⁵” poderia ser re-escrita, sem prejuízo de entendimento, como: “**se você vende o peixe** você vende direto pras pessoas que vão comer ou você vende pra uma pessoa que vai vender?”.

Ferreira (2007) afirma também que, em seus *corpora*, foram encontradas cláusulas condicionais introduzidas por *quando* em tempos verbais como o pretérito imperfeito do indicativo, o futuro do subjuntivo, o pretérito imperfeito do subjuntivo e o pretérito perfeito do indicativo. Sendo assim, para a autora, a conjunção estaria passando, como afirma Decat (2001), por um processo de “esvaziamento semântico”.

É interessante ressaltar que o caso das cláusulas adverbiais condicionais iniciadas por *quando* é apenas um dos casos polêmicos desse tipo de oração. Conforme afirmado anteriormente, algumas cláusulas condicionais podem aparecer sem o conector, ou seja, justapostas. Tais cláusulas se articulam com porções do discurso sem que haja entre elas nenhuma marca formal dessa combinação. Assim, pode-se admitir que essas cláusulas existem independentemente de uma marca formal que as identifique, como em: “*morre parente...vai pede um empréstimo*”, que poderia ser re-escrita como “*Se morre parente, então vai pede um empréstimo.*”, sem alteração na informação por ela veiculada.

Portanto, observa-se que, ao contrário do que apresenta a maioria das Gramáticas Tradicionais, existe um grande número de orações condicionais ou formas variadas de codificar a relação de condicionalidade, que se manifestam de maneira diversa daquelas que são consideradas como prototípicas pela abordagem mais tradicional, principalmente

5 Cf. Ferreira, 2007.

atrelada ao uso de um determinado conectivo. Assim, o conectivo precisa ser visto como um índice possível das relações estabelecidas entre cláusulas e não como o determinante dessa relação. Assim, ratifica-se aqui o pressuposto de que o valor condicional de uma determinada oração não está no conector por si só, mas na proposição relacional que emerge das cláusulas, conforme afirma Decat (2001). Nesse sentido, o interessante é analisar a cláusula, ou o conjunto de cláusulas dentro de um contexto para, dessa forma, estabelecer a relação semântica existente entre uma cláusula e outra, ou mesmo, entre um parágrafo e outro.

Referências bibliográficas

- ABREU, Antônio Suarez. *Curso de redação*. São Paulo: Ática, 1994.
- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Conjunções: aspectos de sua constituição e funcionamento na história do português*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Pós-Graduação em Letras, 1992. Dissertação de Mestrado. 2 v.
- _____. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador: UFBA, 1999. Tese de Doutorado. 2 v.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1982; 1992.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; 2001.
- DECAT, Maria Beatriz N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, Maria Beatriz N. et al. *Aspectos da gramática do português*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2001.
- FERRARI, Lilian Vieira. Construções gramaticais e gramática das construções condicionais. *Revista SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 143-150, 2001.
- FERREIRA, Michelli Bastos. *Cláusulas condicionais: uma abordagem*

funcional-discursiva. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2007. Mimeo. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, V.P. *A conjunção subordinativa quando na perspectiva funcional-discursiva*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2008. mimeo. Dissertação de Mestrado.

HIRATA–VALE, Flavia Bezerra de Menezes. *Articulação de orações no português escrito no Brasil: as orações condicionais*. *Revista SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 126-142, 2001.

KURY, Adriano da Gama. *Novas Lições de Análise Sintática*. Rio de Janeiro: Ática, 2002.

LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida*. Porto Alegre: Globo, 1978.

LUFT, Celso P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 2002.

MATOS, Mayara Neres. *Anteposição de orações condicionais reduzidas: um recurso persuasivo?* Comunicação apresentada no IX Encontro regional dos Estudantes de Letras do Sudeste (EREL-SE), Universidade Federal do Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Jun. de 2006.

_____. *Orações adverbiais reduzidas de infinitivo*. Comunicação apresentada no V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG: Faculdade de Letras (FALE), fev./março de 2007.

MOTTA, Danielle Gomes Nunes da & FERREIRA, Vanessa Pernas. *Mobilidade posicional das condicionais: o papel dos conectores*. Rio de Janeiro, UFRJ/Faculdade de Letras: 2004/2. Trabalho apresentado na XXVI Jornada de Iniciação Científica da UFRJ.

_____. *Anteposição das condicionais: uma questão de ordem?* Rio de Janeiro, UFRJ/Faculdade de Letras: 2005/1. Trabalho apresentado na XXVII Jornada de Iniciação Científica da UFRJ.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática de usos do português*. SP: UNESP. 2000. p. 829- 862.

_____. *A extensão da análise dos elementos adverbiais para além da oração*. *Revista da ANPOLL*, nº. 14 p. 125-137, São Paulo, 2003.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998; 2003.

RODRIGUES, Violeta Virginia. O uso das conjunções subordinativas na língua escrita padrão. In: BERNARDO, Sandra Pereira & CARDOSO, Vanda de (org.) *Estudos da linguagem: Renovação e síntese. Anais do VIII Congresso da ASSEL-RIO*. Rio de Janeiro, Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro, 1999. p. 761-769.

SAID ALI, M. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

Por uma classificação a partir das relações entre orações: o caso da conjunção quando

Vanessa Pernas Ferreira*

Introdução

Frequentemente os livros didáticos mencionam a classe das conjunções como aquela que contém “palavras invariáveis que ligam orações ou dois termos que exercem função semelhante dentro de uma mesma oração”². Tal classificação, em princípio, não gera grandes problemas, no entanto, quando se passa a observar as seções comumente denominadas “classificação das conjunções”, o que se encontra é uma série de listas que confundem os alunos que, na maioria das vezes, “enxergam” outros valores para algumas conjunções.

Faraco, Moura e Maruxo Jr. (2007) apresentam, após a classificação das conjunções, uma seção de atividades em que um dos exercícios sugere que o aluno “identifique a relação que a segunda oração estabelece com a primeira”³, de acordo com a conjunção destacada. Os autores apresentam, na questão (e), a seguinte oração:

*Só atendeu a mãe **quando** ela lhe mostrou o chinelo.*

Um aluno mais atento sentirá dificuldades em identificar a relação entre as orações, pois apesar de o livro didático sugerir que o **quando** é

1 * Doutora em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2 Classificação apresentada em Faraco, Moura e Maruxo Jr.(2007) e, ainda, em Terra & Nicola (2008).

3 Enunciado da atividade 2 – página 283.

uma conjunção estritamente temporal, nesse caso, os autores fornecem uma oração que poderia apresentar, também, o valor semântico de **causa**. Seria, portanto, plenamente aceitável que o aluno interpretasse a oração como “Só atendeu a mãe **porque** ela lhe mostrou o chinelo”. Neste caso, os valores de tempo e causa parecem concorrer no mesmo período.

Tal fato causaria estranhamento se fosse analisado na perspectiva tradicional, mas poderia ser explicado à luz do Funcionalismo, conforme será apresentado no decorrer do presente trabalho.

Um pouco sobre o Funcionalismo

Segundo Neves (2006:17), o Funcionalismo é “uma teoria que se liga, acima de tudo, aos fins que servem as unidades linguísticas”, ou seja, “se ocupa das funções dos meios linguísticos de expressão”. Destaca, ainda, a autora, que o termo função não é apenas uma “unidade sistemática”, mas a união entre o estrutural (sistêmico) e o funcional. A reflexão do Funcionalismo está ligada não somente à organização de frases, mas também à relação das estruturas linguísticas com o que elas representam na comunicação. O foco passa a ser o falante e sua necessidade de comunicação.

De acordo com Cunha, Oliveira & Martelotta (2003:23), o termo Funcionalismo ganhou força a partir da década de 70, passando a servir de rótulo para os trabalhos de autores como Thompson, Hopper e Givón. Tais autores passaram a defender uma linguística baseada no uso, em que a tendência principal é “observar a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística” (Cunha, Oliveira & Martelotta, 2003:23). De acordo com essa concepção, a sintaxe está em constante mudança graças ao discurso. Dessa maneira, para entender a sintaxe, faz-se necessário estudar a língua em uso.

Dentro do Funcionalismo, a gramaticalização é um processo que vem sendo bastante estudado. O fenômeno tem merecido tanta atenção porque reflete a relação entre o sistema gramatical e o funcionamento discursivo e, ainda, porque pode ser explicado por meio da interação entre motivações externas e internas ao sistema.

Segundo Neves (2004:115), a gramaticalização é um termo que não se define num sentido exatamente igual por todos os seus estudiosos. São muitas as divergências e as abrangências deste termo.

Traugott e Heine (1991), de acordo com Neves (2004), centram seus estudos na ideia de que o termo se refere à parte da teoria da linguagem que tem por objeto a interdependência entre *langue* e *parole*, entre o categorial e o menos categorial, entre o fixo e o menos fixo da língua, o que vai ao encontro das ideias da precursora teoria de Meillet⁴. Entretanto, as divergências relacionadas à gramaticalização começam na cunhagem do termo. Os próprios Traugott e Heine (1991) usaram três termos diferentes: *grammaticalization* (gramaticalização), *grammaticization* (gramaticização) e *grammatization* (gramatização). Tais nomenclaturas, no entanto, parecem não ter a mesma aceção, visto que a primeira é a preferida pelos autores, usada nos estudos mais representativos sobre o tema, a segunda é usada quando se trata de aspectos do fenômeno do ponto de vista sincrônico, já a terceira foi usada apenas no título de um de seus trabalhos.

Existem alguns outros termos que vêm sendo usados para nomear o processo, mas que, na verdade, designam aspectos particulares do processo, como: *sintatização*, *descoramento semântico*, *enfraquecimento semântico*, *desvanecimento semântico*, *reanálise*, *condensação* e *redução*, entre outros⁵.

Na verdade, existem várias aceções abarcadas pelo termo gramaticalização. Heine et al. (1991) seguem a mesma teoria defendida por Traugott e Heine (1991) e consideram, dentro do processo de gramaticalização, o percurso de um morfema lexical para o gramatical e do menos gramatical para o mais gramatical. Contudo, a aceção mais interessante para esta pesquisa diz respeito ao ponto de vista de Lichtenberk (1991:38), que afirma que “o fenômeno abriga não apenas a evolução de um morfema lexical para um morfema gramatical, como também a aquisição de novas propriedades por um elemento já gramatical”.

4 Cf. Ferreira (2008).

5 Para maiores informações acerca do processo e do percurso histórico da gramaticalização, conferir Ferreira (2008).

Para alguns teóricos, a gramaticalização seria um processo unidirecional, ou seja, irreversível e passível de desenvolver-se só da esquerda para direita, isto é, do léxico em direção à gramática. No entanto, não há consenso dos estudiosos do tema em relação a essa questão.

Segundo Thomazi (2006:532), os debates a respeito da unidirecionalidade da gramaticalização têm como foco dois aspectos. O primeiro diz respeito ao fato de que “a unidirecionalidade está inscrita na própria definição de gramaticalização, o que pressupõe um aumento de gramaticalidade” e o segundo ao fato de que “a unidirecionalidade se aplica aos mecanismos que facultam a gramaticalização” (redução fonética, mudança sintática, e generalização de significados).

Para Neves (2004: 121), a unidirecionalidade da gramaticalização é tida como uma característica básica do processo, partindo-se do princípio de que uma mudança que se dá numa direção específica não pode ser revertida. Para ela, a característica unidirecional da gramaticalização implica a consideração de uma escala como a de Hopper & Traugott (1991):

ITEM DE SIGNIFICADO PLENO > PALAVRA GRAMATICAL > CLÍTICO >
AFIXO FLEXIONAL

Quadro 1 : Escala de unidirecionalidade da gramaticalização, segundo Hopper & Traugott (1991)

Essa hierarquia, todavia, pode ser discutida. Thomazi (2006:532) privilegia o exame da unidirecionalidade em relação às transformações sintáticas e semânticas. No que diz respeito ao último mecanismo, a autora apresenta uma série de hierarquias de gramaticalização que parecem se adequar a estudos distintos.

A hierarquia proposta por Heine *et al.* (1991) lança mão de certo número de categorias cognitivas as quais são dispostas da seguinte forma: PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE. A relação entre essas categorias é de natureza metafórica, pois cada categoria pode ser usada para conceituar outra categoria, desde que esta esteja à sua direita.

A hierarquia de Shyldkrot (*apud* Thomazi 2006:532) foi criada especialmente para o estudo da partícula polissêmica *tout* do francês. Essa categoria é formada pelos seguintes elementos: QUANTIDADE > QUALIDADE > CONCESSÃO.

No entanto, a hierarquia que nos parece mais interessante e de mais pertinente ao presente trabalho é a apresentada por Traugott & König (1991), criada para o estudo da emergência das conjunções e formada pelos seguintes elementos: TEMPO > CAUSA > CONCESSÃO. Essa hierarquia privilegia as categorias semânticas relacionadas às conjunções e tem ligação direta com o estudo do item *quando*.

As autoras ressaltam, entretanto, que essas projeções metafóricas podem ser vantajosas por predizerem a direção dos processos de gramaticalização, mas, ao mesmo tempo, também, são desvantajosas porque sugerem que a emergência de uma categoria se dá pela extinção da anterior, o que não respeitaria o princípio da persistência de Hopper (1991).

Como solução, Traugott (1982) salienta a importância da interpretação contextual que funciona por meio da inferenciação. Segundo ela, uma palavra ou construção pode possuir um sentido A que recebe a inferência de um sentido B, em função da contiguidade textual. Se, com o tempo, o sentido B se torna parte da palavra ou construção, podemos dizer que houve uma convencionalização de inferências, em que o que antes era apenas inferido, passa a ser codificado.

Assim, com base nas informações teóricas aqui abordadas, é possível, agora, apresentar – a partir da conjunção **quando** – uma perspectiva de análise das orações subordinadas adverbiais baseada na relação sintática e semântica entre as orações, que doravante serão chamadas de *cláusulas*.

Em busca de uma nova análise da subordinação adverbial

Conforme afirmado anteriormente, o Funcionalismo apresenta uma teoria centrada no uso, que pode servir de arcabouço teórico para uma nova análise das orações subordinadas adverbiais e, conseqüentemente, das conjunções subordinativas, em geral.

Decat (2001:103) apresenta uma classificação diferente das apresentadas pela gramática tradicional. A autora considera que não existe um fenômeno único de subordinação e focaliza, em especial, a hipotaxe adverbial. Segundo a sua concepção há dois processos de estruturação sintática para expressar o que a Tradição denomina subordinação:

(a) Estruturas de encaixamento – formadas por cláusulas⁶ que se integram estruturalmente em outra, cuja dependência está relacionada à escolha do item lexical com o qual a cláusula está em constituição no desempenho de um determinado papel gramatical. Nesse tipo de estrutura, enquadram-se as chamadas cláusulas-complemento (as substantivas, segundo a Gramática Tradicional⁷) e as adjetivas restritivas, segundo a GT;

(b) Estruturas de hipotaxe – são as cláusulas consideradas como independentes, ou seja, aquelas que não estão sujeitas a uma integração sintática estrutural – embora haja uma interdependência semântica. Nesse grupo, temos as cláusulas adverbiais (excluem-se as que são argumentos do verbo), as participiais (orações reduzidas de participípio) e as adjetivas não-restritivas (as tradicionais explicativas).

Decat (2001) segue a linha funcional–discursiva e, por isso, desconsidera as noções de dependência ou subordinação, passando a observar o contexto discursivo em que as cláusulas se inserem. A autora afirma que a combinação hipotática de cláusulas é determinada pelo tipo de proposição relacional que emerge dessa articulação. Acrescenta, ainda, que as hipotáticas adverbiais possuem uma gama de funções: avaliadora, guiadora, anafórica, reparadora, resumitiva, de adendo e de fundo.

A questão da hipotaxe de cláusulas é discutida também por Olímpio (2006:617). A autora baseia-se em estudos como os de Neves & Braga (1998) para reconhecer que, nos processos de articulação de cláusulas, existe um *continuum* que vai da **parataxe**, passa pela **hipotaxe** e culmina com a **subordinação**, conjugando o eixo da dependência semântica com o eixo da integração sintática.

6 Decat (2001:103) considera como cláusula “qualquer estrutura provida de verbo, ainda que só esse elemento aparecesse”. Considera, ainda, que as estruturas em que aparecem dois ou mais núcleos verbais repetidos devem ser tratadas como uma só cláusula.

7 Doravante GT.

Para Olímpio (2006), entende-se parataxe como a oração com menor dependência semântica e menor encaixamento, a hipotaxe como aquela que possui maior dependência semântica e menor encaixamento, e a subordinação como a oração que possui maior dependência semântica e maior encaixamento, conforme se vê pelo seguinte quadro:

PARATAXE (- dependência semântica; - encaixamento)
HIPOTAXE (+ dependência semântica; - encaixamento)
SUBORDINAÇÃO (+ dependência semântica; + encaixamento)

Quadro 2: processos de vinculação de orações, segundo Olímpio (2006)

Como podemos observar no quadro 2, entre as articulações entendidas como processo de coordenação e as entendidas como processo de subordinação por encaixamento, poderíamos evidenciar uma relação de dependência entre uma oração-satélite⁸, adjunta, secundária e uma oração-núcleo, situada num nível mais alto de hierarquia frasal. As orações tradicionalmente classificadas como subordinadas adverbiais fariam parte da hipotaxe, ou seja, estariam nesse espaço intermediário, apresentando algum nível de dependência e integração, mas sem encaixamento.

Pautada nessa análise, Decat (2001:123) afirma que o conector *quando* exerce função em uma série de relações lógico-semânticas, e isso se deve ao fato de o elemento estar passando por um processo de “esvaziamento semântico”. Tal processo é comum na língua oral, mas já tem sido observado também na língua escrita, como, por exemplo, em:

(1) Essas diferenças de precipitações pluviais coincidem com a presença de outros elementos, **quando** não os provocam diretamente.

(VARPORT – E – B – 92 – Je – 006)⁹

8 Oração-satélite é aquela que a gramática tradicional considera como oração subordinada e a oração-núcleo seria a oração principal.

9 Estes e outros exemplos arrolados no decorrer do artigo fazem parte dos *corpora* que integram a pesquisa de Ferreira (2008). Tais *corpora* são formados por textos de língua oral e escrita que integram o *corpus* do projeto VARPORT (www.lettras.ufrj.br/varport) e do projeto D & G (www.discursioegramatica.lettras.ufrj.br) e, ainda, um *corpus* do jornal O Globo, somente de língua escrita, formado especialmente para aquele trabalho.

O exemplo (1) a oração iniciada por *quando* seria considerada pela GT como um caso de oração subordinada adverbial temporal, no entanto, não parece ser possível identificar uma clara circunstância de tempo na oração, o que parece indicar o *quando* como uma conjunção esvaziada semanticamente.

Poderíamos considerar, segundo Olímpio (2006), a existência de dois itens lexicais distintos, a que chama de *quando 1* e *quando 2*, e cada um destes estaria veiculando significados distintos, como causa ou condição.

Assim, a autora ressalta que essa perda de significação do conectivo colabora para a postulação de que a relação adverbial não é dada pelo conectivo, mas sim pela proposição relacional que existe entre as cláusulas, reforçando a importância de uma análise não apenas sintática, mas também semântica, levando em conta as inferências do leitor.

De acordo com Decat (2001), além das relações entre temporalidade e condição, existem também as relações de concessão/condição, causa/condição e concessão/exclusão.

A autora ressalta, ainda, que Góis (1955) trata dessa questão do esvaziamento semântico de forma indireta ao admitir a “ubiquidade” das conjunções, isto é, o fato de estas poderem ter mais de uma classificação, conforme já foi explicitado anteriormente. Para Decat (2001), essa postura decorre do fato de o autor ter percebido a possibilidade de inferências em cláusulas iniciadas por um único tipo de conjunção.

Como pode ser observado, de acordo com a teoria desenvolvida por Decat (2001), seria perfeitamente plausível que alguém interpretasse o primeiro exemplo deste artigo (*Só atendeu a mãe **quando** ela lhe mostrou o chinelo*) como uma cláusula hipotática de causa. Tal fato evidenciaria também que a conjunção *quando* poderia estar passando por um novo¹⁰ processo de gramaticalização, uma vez que o esvaziamento semântico é uma das evidências deste processo.

10 Fala-se em novo processo de gramaticalização porque a conjunção *quando* já passou por este processo no Latim quando passou de advérbio à conjunção.

A seguir, serão apresentados alguns possíveis valores da conjunção **quando**, com alguns exemplos, a fim de que o presente trabalho sirva como caminho para uma melhor análise das orações adverbiais (ou cláusulas hipotáticas, conforme assevera Decat, 2001).

A conjunção **quando** e os possíveis valores das orações por ela encabeçadas

A conjunção *quando* parece estar passando por um processo de esvaziamento semântico, decorrente da possibilidade de uma nova gramaticalização, conforme já afirmado. Assim, apresenta os seguintes valores:

a) **Quando – temporal**

Para a análise tradicional, entende-se como oração subordinada adverbial temporal, a oração que é responsável por apresentar um acontecimento ocorrido antes, depois ou ao mesmo tempo que outro. Apresenta-se, prototipicamente na posição anteposta e encabeçada pela conjunção *quando*, considerada por Rocha Lima (2001: 281) “a mais geral das partículas”.

Segundo Neves (2000:787), a construção temporal é constituída de uma oração nuclear (principal) e uma oração temporal. Conforme dito anteriormente, segundo a autora, a análise das construções temporais pode ser representada pela análise das construções iniciadas por *quando*. Eis alguns exemplos:

(2) Minha mãe e meu irmão foram visitar uns amigos nossos e **quando** chegaram, me contaram que um moleque forrou um pano branco na encruzilhada...

(D&G – Inf.32 – PE – NR)

(3) A Andréa **quando** chegou em casa, as oito horas da manhã, encontrou o pai dela já acordado...

(D&G – Inf.2 – PE – NEP)

Ambos são exemplos prototípicos da conjunção, pois é possível inferir o valor semântico de tempo nos dois exemplos.

(b) *Quando* – condicional

Segundo a gramática tradicional, a oração condicional é aquela que apresenta uma circunstância que é a condição para a realização de um fato contido na oração principal. Costumeiramente, vem na posição anteposta e tem como prototípica a conjunção *se*.

Para Ferreira (2007:81), algumas orações encabeçadas por *quando*, a depender de certos traços, podem estabelecer relação de condição entre cláusulas. Sendo assim, a depender do contexto, segundo ela, uma cláusula pode ter tanto uma interpretação condicional quanto temporal, ocorrendo, nesse caso, o que a autora chama de *neutralização* de usos.

Harris (1986) afirma que uma frase temporal relacionada a um tempo passado, presente ou futuro, com uma leitura não duvidosa ou contrafactual, pode equivaler a uma condição real. Já as orações temporais que não têm como certa uma verdadeira realização são equivalentes a uma condição eventual. Deve-se a isso o fato de encontrarmos conjunções temporais interpretadas como conjunções condicionais.

O fato exposto por Harris (1986) não teria valor se interpretássemos os dados baseados na abordagem tradicional, pois esta considera que a classificação da oração está diretamente ligada à conjunção que a encabeça. No entanto, nesta análise, que pretende ser funcional-discursiva, tal fato é de bastante relevância porque abarca não apenas a conjunção, mas a hipotaxe como um todo.

Para Neves (2000:798), as construções em que ocorre simultaneidade admitem uma leitura condicional. Tal fato parece ser comprovado por meio dos seguintes exemplos:

(4) não isso aí a gente salga quando quan **quando** é um peixe bom bom..

(VARPORT – Op-B-90-1m-007)

(5) **Quando** eu não tenho nada para fazer e **quando** não tem ninguém para brincar eu vou para o quarto da minha mãe para brincar de bolinhas de cutes

(D&G – Inf. 49 – M – PE – DL)

Nos dois exemplos, pode-se observar a simultaneidade de ações. No exemplo (4), o falante afirma que a condição para salgar o peixe é que ele seja bom, enquanto no exemplo (5) o falante mostra que a condição para ir ao quarto da mãe brincar de bolinhas de gude é não ter nada para fazer e nem ninguém com quem brincar. Em ambos os casos, pode-se observar que as ações de salgar o peixe bom e ir para o quarto da mãe por não haver nada para ser feito ocorrem simultaneamente às ações referidas nas respectivas orações principais.

Neves (2000:798) considera, ainda, que existem algumas outras características que favorecem a interpretação da conjunção subordinativa *quando* como condicional, entre elas o tempo verbal. A autora afirma que, nesses casos, ocorre tanto na oração principal quanto na subordinada o presente ou o pretérito imperfeito.

É importante afirmar que, mesmo apresentando um valor condicional, essas orações ainda mantêm certas características temporais, o que parece demonstrar que o percurso da conjunção subordinativa *quando* obedece ao princípio da persistência postulado por Hopper (1991). De acordo com tal princípio, os elementos que estão em processo de gramaticalização tendem a conservar características do estágio anterior do *continuum*.

(c) *Quando* – causal

De acordo com Rocha Lima (2001:274), as orações causais são aquelas que indicam um fato determinante para a realização (ou não) daquilo que se declara na oração principal. Segundo o autor, tais orações costumam ser antepostas, quando iniciadas pela conjunção *como* e pospostas quando encetadas pela conjunção *porque*.

Já segundo Neves (2000:804), as orações subordinadas adverbiais causais dizem respeito à conexão “causa – efeito” ou “causa – consequência” entre dois eventos. Tal relação implica a “subsequência temporal do efeito em relação à causa”. Sendo assim, na concepção de Neves (2000), a relação temporal está imbricada na relação de causa e efeito.

Neves (2000:797) afirma, ainda, que existem orações consideradas temporais, iniciadas pela conjunção *quando* que propiciam uma leitura

causal, com diferentes nuances de sentido. Essas orações apresentam, na maioria das vezes, o aspecto perfectivo e normalmente ocorrem no pretérito perfeito, conforme o exemplo a seguir:

(6) **Quando** os meus pais se separaram, eu fiquei muito chocada...
(D&G – Inf.40 – F – PE – NEP)

No exemplo (6), a causa do choque do falante foi o fato de os pais terem se separado. As ações encontram-se no aspecto perfectivo, ou seja, findaram em um momento anterior ao da escrita.

(d) **Quando – concessivo**

De acordo com a análise tradicional, a oração concessiva é aquela que expressa um fato (seja ele real ou não) que poderia se opor à realização de um outro fato expresso na oração principal, mas que não anulará sua realização. A concessiva possui mobilidade dentro do período, mas normalmente, vem anteposta à principal.

Na concepção de Neves (2000: 799), a leitura concessiva é mais uma das concepções permitidas pelas orações encabeçadas pela conjunção *quando*. Elas ocorrem principalmente em orações com verbos no presente do indicativo que se caracterizam pelo aspecto imperfectivo, conforme o exemplo a seguir:

(7) O resultado é que, este ano, o Mato Grosso passou a ser o maior produtor de algodão do país com uma produtividade de 220 arrobas por hectare, **quando** a média nacional é de 40.
(VARPORT – E – B – 94 – Je – 007)

O exemplo (7) segue o parâmetro concebido por Neves (2000) para as orações com leitura concessiva: o verbo da oração subordinada encontra-se no presente do indicativo.

Uma quebra de expectativa, comum nas orações concessivas, também pode ser observada no referido exemplo. O período foi retirado de um editorial que trata da produção agrícola no Brasil e menciona que a média nacional da produção de algodão é de 40 arrobas por hectare; contudo, há uma quebra de expectativa nesse fato porque o estado do Mato Grosso produziu 220 arrobas de algodão por hectare, superando a média do país.

Vale ressaltar que, assim como no caso das orações causais iniciadas por *quando*, as orações concessivas iniciadas por *quando* também apresentam nuances de valor semântico temporal. Sendo assim, pode-se considerar que, assim como no primeiro caso, há aí uma co-ocorrência de sentidos, já que o valor temporal permanece.

(e) *Quando* – proporcional

Entende-se por oração proporcional, segundo a gramática tradicional, aquela que denota processo de aumento ou diminuição em um mesmo sentido ou em sentido oposto a outro aumento ou diminuição. As proporcionais são consideradas correlatas, uma vez que a informação apresentada na primeira oração é semanticamente completada pela segunda e vice-versa, e não podem ser encontradas na forma reduzida.

Apesar de parecer uma interpretação duvidosa, a análise de uma oração encabeçada pela conjunção *quando* como proporcional já é considerada por Houaiss (2001), que afirma que esta pode ser substituída por *à medida que* ou *ao passo que*, exemplificando isso com as orações:

- (i) **Quando** iam entrando em casa, tiravam os sapatos.
- (ii) **Quando** o menino chorava, ela cantava mais alto.

No exemplo (i), pode-se observar que o agente da oração tirava os sapatos à medida que entrava em casa, enquanto em (ii), pode-se interpretar que alguém cantava mais alto à medida que o menino chorava. Em ambos os casos, ocorre correlação de orações, ou seja, há uma interdependência entre elas.

O dicionário Aurélio (cf. Buarque de Holanda, 2004) confirma as afirmações desta pesquisa e de Houaiss (2001), ao afirmar que a conjunção possui o mesmo valor de *ao passo que* em orações como:

- (iii) Eles têm todas as regalias, **quando** nós só temos encargos.

No exemplo (iii), pode-se observar que, à medida que alguns só possuem encargos, os outros têm regalias. Pode-se entender aí também uma correlação de orações, traço comum às orações proporcionais.

A oração proporcional destes *corpora* é de um texto escrito, conforme é possível observar no exemplo abaixo, e pertence ao gênero textual editorial.

(8) ... Alguma coisa tem de estar errada **quando** as remarcações se fazem em escala geométrica, enquanto os salários sobem em escala aritmética. Um contra-senso que a lógica dos economistas não sabe ou prefere não explicar.

(VARPORT – E – B – 94 – Je – 005)

O exemplo (8) estabelece uma correlação entre as remarcações que acontecem em escala geométrica e os salários que sobem em escala aritmética, mas há, ainda, nuances do valor temporal. Parafraseando a oração de modo a torná-la proporcional teríamos:

(8') ...Alguma coisa tem de estar errada **à medida que** as remarcações se fazem em escala geométrica, enquanto os salários sobem em escala aritmética. Um contra-senso que a lógica dos economistas não sabe ou prefere não explicar.

(VARPORT – E – B – 94 – Je – 005)

Considerações finais

No decorrer deste trabalho, foi possível observar, através do estudo da conjunção *quando*, que uma análise das orações (ou cláusulas, na nomenclatura de Decat, 2001) com base apenas na memorização da classificação de conjunções não parece viável, uma vez que nem sempre a conjunção, ou qualquer elemento que funcione como tal, está exercendo seu valor prototípico.

Sendo assim, com Decat (2001), é possível afirmar que parece mais interessante uma análise das cláusulas que vise à relação que delas emerge. Com isso, deixa-se de focalizar apenas a conjunção para se observar o período como um todo.

Tal proposta, à luz do Funcionalismo, possibilita que elementos que jamais seriam vistos como elos de orações passem a exercer essa função. Possibilita observar, também, que alguns desses elementos, como, por exemplo, o *quando*, podem estar em vias de gramaticalização, possibilitando mudanças linguísticas reais.

A conjunção subordinativa *quando*, conforme foi possível observar, parece estar caminhando dentro de um novo processo de gramatica-

lização. Seu caso, no entanto, é mais complexo do que parece, já que o valor causal tem sido retomado, o que poderia sugerir um possível contra-exemplo da unidirecionalidade da gramaticalização. Tal possibilidade, entretanto, precisa ser cautelosamente analisada; sendo assim, um estudo mais aprofundado desta questão já está em andamento.

Por fim, é importante ressaltar que uma completa descrição dos elementos que servem de elo para cláusulas, bem como um estudo completo destas cláusulas vistas como hipotáticas ainda está por ser feito. Espera-se, dessa forma, que o presente artigo possa se constituir em mais um degrau alcançado no quadro de um tema tão complexo.

Referências Bibliográficas

BUARQUE DE HOLANDA, A. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. São Paulo: Positivo, 2004.

CUNHA, M.A., OLIVEIRA, M.R.; MARTELOTTA, M. (org.). *Linguística funcional teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DECAT, M. B. N. “A articulação hipotática adverbial no português em uso”. In: DECAT, Maria Beatriz Nascimento et al (orgs.). *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2001.

FARACO, C.E.; MOURA, F.M.; MARUXO Jr, J.H. *Gramática Nova*. SP: Ed. Ática, 2007.

FERREIRA, M. B. *Cláusulas condicionais: uma abordagem funcional-discursiva*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. 2007. *mimeo*. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, V.P. *A conjunção subordinativa quando na perspectiva funcional-discursiva*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. 2008. *mimeo*. Dissertação de Mestrado.

GÓIS, Carlos. *Método de análise (léxica e lógica) ou sintaxe das relações*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955.

HARRIS, M.B. The historical development of si-clauses in Romance.

In: TRAUGOTT, E. C. et al. (eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 265 – 284.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HUNEMEYER, F., *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: the University Chicago Press, 1991.

HOPPER, P.J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C. e HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Volume 1. Philadelphia, John Benjamins Company, 1991.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001.

LICHTENBERK, F. On the gradualness of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (Eds.), *Approaches to grammaticalization*, v. 1 Amsterdam: Benjamins. 1991. p. 37-80.

NEVES, M. H. M. & BRAGA, M. L. *Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e condição*. Delta, vol.14. São Paulo, 1998.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. *Guia de uso do português*. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

OLÍMPIO, H.O. Articulação de orações: ultrapassando a sintaxe. In: TRAVAGLIA, L. C. et al. *Linguística: caminhos e descaminhos em perspectiva*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 616 – 622.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*, 33a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

TERRA, E. & NICOLA, J. *Gramática de hoje*. SP: Ed. Scipione, 2008.

THOMAZI, S. R. L. A gramaticalização de conjunções e a questão da unidirecionalidade. In: TRAVAGLIA, L. C. et al. *Linguística: caminhos e descaminhos em perspectiva*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 530-538.

TRAUGOTT, E. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic -pragmatic aspects of grammaticalization. LEHMMAN,

C.; MALKIEL (orgs), *Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science*. 24:245-271, 1982.

TRAUGOTT, E., HEINE, B. (orgs.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, 1991.

TRAUGOTT, E., KÖNIG, The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. *In: TRAUGOTT, E., HEINE, B. (orgs.) Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, 1991.

Multifuncionalidade da partícula *como* no português contemporâneo

Ivo da Costa do Rosário*

Considerações iniciais

O artigo que ora apresentamos tem por objetivo analisar as realizações do *como* tanto em sua forma simples² quanto em sua forma correlata³ e composta⁴, na linguagem culta padrão do Português do Brasil atual, a partir de três gêneros textuais específicos: editorial, notícia e anúncio. Nossa preocupação é a de realizar um trabalho de base qualitativa, sincrônica e funcional. Para isso, embasamos nossa visão analítica mormente em três autores: Ayora (1991), Moura Neves (2000) e Mateus *et al* (2003).

A reunião dos postulados teóricos adotados por esses autores estabelecerá as diretrizes de nossa pesquisa, ou seja, fundamentará teoricamente a análise dos usos e funções do *como* em suas inúmeras e diferentes realizações, que vão muito além das preceituadas pela gramática normativa.

Nossa hipótese principal é a de que o *como* abarca uma série de usos diferenciados no âmbito da sintaxe da língua portuguesa. Além de ser um termo altamente polissêmico, apresenta-se vigoroso e produtivo na variedade brasileira do Português.

1 * Doutor em Letras Vernáculas pela UFRJ e atualmente Professor de Língua Portuguesa da UFF.

2 forma simples do *como*: formado por uma única partícula, o próprio *como*.

3 forma correlata do *como*: formado por duas partículas descontínuas – *tanto...como*, *tal...como* etc.

4 forma composta do *como*: formado por duas partículas contínuas – *tal como*, *bem como* etc.

Temos ciência de abordagens razoáveis, na gramática tradicional, para as partículas *que* e *se*, sintaticamente multifuncionais, mas carecemos ainda de uma abordagem mais aprofundada para a partícula *como*. Nosso trabalho, portanto, visa a contribuir para que tenhamos um quadro descritivo um pouco mais pormenorizado dessa partícula.

Sem a pretensão de concluirmos definitivamente as discussões acerca do assunto, pretendemos ao final ter contribuído um pouco mais com os estudos de base descritiva em língua portuguesa e ter alcançado os objetivos propostos nessas considerações iniciais.

Fundamentação teórica

Adotamos, para esta pesquisa, o termo *construção*, como fez Moura Neves (2000). Esse termo de base genérica, além de incluir estruturas subordinadas, coordenadas e correlatas, abrange também estruturas não-oracionais, facilita a descrição da língua e nos previne de outro ponto extremamente delicado no âmbito da sintaxe portuguesa: a questão da elipse verbal.

O tratamento dado às *conjunções* nas mais diversas teorias linguísticas é bastante heterogêneo e está longe de encontrar consenso entre os pesquisadores. Por isso, para nos referirmos ao *como*, adotaremos o termo *articulador sintático*, cunhado por Abreu (1994). Optamos por esse termo porque ele revela um caráter genérico, da mesma maneira como o termo *construção*.

A priori, podemos afirmar que o *como* ainda não encontrou em nenhuma obra pesquisada um tratamento satisfatório. Na verdade, o assunto não está sistematizado nos compêndios mais conhecidos. Observamos, na maioria das vezes, referências desencontradas e dispersas ao longo dos capítulos dedicados aos processos de estruturação sintática e no capítulo dedicado às conjunções (e às vezes, entre os advérbios e preposições acidentais), como mais um exemplo entre outros.

Ayora (1991, p.7), em obra especializada sobre o assunto, após comentar o uso do *como* em orações exclamativas e interrogativas, relaciona e analisa as oito orações em que se verificam usos dessa partícula,

na língua espanhola. São elas: orações comparativas, modais, temporais, causais, enunciativas indiretas, finais, condicionais e concessivas.

Especialmente no capítulo dedicado às construções modais, o autor revela contribuições ímpares ainda não encontradas em língua portuguesa (pelo menos nos compêndios analisados, que somam diversas linhas teóricas de investigação linguística).

Passemos a analisar mais detidamente as construções em que se verifica o uso do como, em nosso *corpus*.

Usos e funções do como

Em um universo de 50 textos capturados no site www.letras.ufjf.br/var-port, foram encontradas 60 ocorrências do como. Vejamos a tabela abaixo:

	FORMA SIMPLES	FORMA COMPOSTA	FORMA CORRELATA	TOTAL
ANÚNCIOS	11	01	-	12
EDITORIAIS	21	03	03	27
NOTÍCIAS	18	01	02	21
TOTAL	50	05	05	60

Tabela 1 – Ocorrências do como quanto à forma de articulação

A análise da tabela 1 aponta para um uso maciço do como em sua forma simples, ou seja, 83,4% das ocorrências do item analisado aparecem sem outras partículas que o acompanham (50 ocorrências). As outras ocorrências envolvendo o como, conforme podemos verificar, são bem menos frequentes, ou seja, 8,3% na forma composta (05 ocorrências) e 8,3% na forma correlata (05 ocorrências).

Esse fato pode ser explicado por um motivo relativamente simples: o como, em sua forma composta ou correlata, não serve como articular sintático prototípico de nenhuma construção. Em contrapartida, a forma simples é a mais utilizada para expressar a circunstância de modo e a de comparação.

Podemos, assim, classificar e quantificar as ocorrências do como e seus correlatos:

O <u>como</u> com valor	MODAL	ADITIVO	COMPARATIVO	CONFORMATIVO	CAUSAL	TOTAL
ANÚNCIOS	05	01	02	03	01	12
EDITORIAIS	13	04	02	06	02	27
NOTÍCIAS	16	03	01	01	-	21
TOTAL	34	08	05	10	03	60

Tabela 2 - Ocorrências do como quanto à carga semântica

A tabela 2 nos permite afirmar que o como é mais utilizado em seu valor modal. Uma das razões para esse resultado, provavelmente, se deve à amplitude com a qual abordamos as construções modais. Vejamos cada construção em particular:

Nas construções aditivas

Segundo Mateus *et al* (2003, p.565), que optam por uma distinção entre conjunção e conector, “as conjunções coordenativas, simples ou correlativas, são usualmente classificadas em termos do nexos semântico que prototipicamente veiculam. (...) Elas podem ser copulativas, disjuntivas e adversativas”.

Entre as copulativas (ou aditivas), que apresentam sentido básico de adição, as autoras listam como copulativas simples *e* e *nem*; e entre as expressões correlativas copulativas, *não só...mas também*, *não só... como*, *tanto...como*.

Ayora (1991, p.27) reconhece um matiz comparativo de igualdade nas construções com tanto...como, uma vez que o par correlativo não serve apenas para comparar pessoas ou circunstâncias, mas também para somar um ao outro. O autor afirma que, nesses casos, podemos reconhecer que há a soma de membros que possuem idêntica qualidade ou que se encontram em iguais circunstâncias. A principal característica desse par aditivo é que ele pode ser substituído pelo articulador sintático prototípico da adição *e*. Vejamos os dados:

(01) A seguir, Prestes disse que falta atacar os problemas de fundo, que, a seu ver, não apenas persistiram ao longo de 15 anos de ditadura, como se agravaram. – NOT 7 – *Jornal do Brasil* – 20/10/79. (correlativa)

(02) “Volto a insistir” – declarou - que o essencial é a conquista das liberdades democráticas, bem como a organização da união de forças da Oposição contra as manobras divisionistas da ditadura, porque a divisão é o objetivo real da chamada reformulação dos Partidos. – NOT 7 – *Jornal do Brasil* – 20/10/79. (não-correlativa)

Nas construções comparativas

O tratamento dado às estruturas comparativas no âmbito da GT⁵ nem sempre é homogêneo, o que pode ocasionar incompreensões teóricas. Por exemplo, entre as gramáticas normativas brasileiras, as comparativas são tratadas ora como subordinadas adverbiais, ora como correlatas ou, ainda, como subordinadas correlatas.

O traço essencial da construção comparativa é a existência de um elemento comum aos dois membros comparados. Esse elemento pode estar sendo comparado ao outro em igualdade ou desigualdade (superioridade ou inferioridade). Vejamos dois exemplos no uso comparativo de igualdade:

(03) É como o gênio da lâmpada: você passa a mão e seu pedido é atendido imediatamente. *Crediário Automático Banerj* – ANU 22 – *O Globo* – 11/12/98

(04) Simples e rápido como um passe de mágica. Estamos falando do *Crediário Automático Banerj*. – ANU 22 – *O Globo* – 11/12/98

5 GT = Gramática Tradicional.

De um modo geral, nenhum teórico, com exceção de Ayora (1991, p.35), definiu casos de construções comparativas de superioridade com o uso do como. De acordo com o autor, podemos reconhecer uma comparativa de superioridade pela seguinte estrutura:

VERBO + COMO + NENHUM(A)/NINGUÉM/NADA

Vejamos alguns exemplos, trazidos da obra de Ayora (1991):

(05) Eles, como ninguém outro, têm sofrido muito a morte da mãe.

(06) Joana, como nenhuma outra mulher fez, correu 30 km para buscar seus pertences.

Nesses casos, a sequência tem sido considerada como comparativa de superioridade por ser substituível pela forma *mais que*. Ayora (1991, p.36) ainda acrescenta uma outra expressão que pode aparecer em comparativas de superioridade e nos fornece o seguinte exemplo:

(07) Eu vejo que ele considera os fatos mais como um desastre do que como uma forma de crescimento.

Na comparativa hipotética

Segundo Mateus *et al* (2003, p.753), “as comparativas-condicionais são introduzidas pelo conector como se, de valor simultaneamente comparativo e condicional”. Essa construção origina uma comparação hipotética. Vejamos alguns exemplos, adaptados da obra das autoras:

(08) As meninas dão-se como se se conhecessem há muito tempo.

(09) Ela conduz como se a rua fosse dela.

Ayora (1991, p.47) é ainda mais explícito ao afirmar que “a expressão conjuntiva como se estabelece uma comparação baseada na modalidade com que se cumprem duas ações verbais: uma real e outra hipotética”. Na formulação dessa estrutura hipotética, utiliza-se preferencialmente o modo subjuntivo, justamente por ser esse o modo mais prototípico para a expressão de hipótese.

Nas construções conformativas

Segundo Moura Neves (2000), as construções conformativas expressam um fato que se dá em conformidade com o que é expresso na oração principal. São prototipicamente iniciadas pelo articulador sintático conforme; entretanto, também podem ser iniciadas por *consoante*, *segundo* e como:

(10) Como você vê, coragem, superação, pioneirismo e trabalho fazem parte do dia-a-dia do Bradesco. – ANU 15 – O Globo – 15/09/98.

Frequentemente há dúvidas quanto à diferenciação entre orações comparativas e conformativas iniciadas pelo como. Segundo Mateus *et al* (2003, p.762), “ao contrário das orações comparativas, as conformativas são deslocáveis, podem ser objeto de clivagem e são adjuntos”. As autoras acrescentam, ainda, que a partícula *tal* pode co-ocorrer com *qual* e como nessas orações. Essa co-ocorrência não é possível com os outros articuladores sintáticos conformativos.

Nas construções causais

As construções causais com o como têm a função pragmática de oferecer uma explicação acerca da informação presente na oração subordinante. Moura Neves (2000, p.802) arrola ao lado do prototípico *porque* o articulador sintático como. Vejamos:

(11) Como nada é de graça, quem paga a conta? – ANU 8 – O Globo – 09/09/98.

De acordo com Moura Neves (2000, p.810), “as orações (causais) com como são sempre antepostas”. Decat (2001, p.142) também concorda com Moura Neves (2000), ao afirmar que “a ocorrência de motivo⁶ na margem esquerda, isto é, anteposta (antes da oração principal), pode estar servindo à organização do discurso, no sentido de antecipar ao ouvinte/leitor algo sobre a mensagem contida no núcleo”.

Ayora (1991, p.92) também assume a mesma posição ao se referir às orações causais que utilizam o modo indicativo do verbo. Segundo

6 O rótulo de *motivo* envolve as categorias de causa, explicação, razão, etc.

o autor, “COMO aparece sempre encabeçando a oração, o que significa que a proposição subordinada causal se antecipa à principal, e não é normal que se inverta essa ordem”.

Já o articulador sintático visto como pode tanto iniciar orações causais pospostas como antepostas. Ayora (1991) cita como exemplos:

(12) Visto como não tinha podido organizar nenhuma resistência, o batalhão embarcaria no dia seguinte.

(13) O batalhão embarcaria no dia seguinte, visto como não tinha podido organizar nenhuma resistência.

As orações causais têm, em geral, o verbo no indicativo, já que este é o modo prototípico para expressar causa. Entretanto, também é possível encontrarmos o articulador sintático causal como em construções no modo subjuntivo. Igualmente Ayora exemplifica esse fenômeno:

(14) Como Sérgio nada dissesse, procurou se despedir.

(15) Como Sílvio esboçasse o movimento de se erguer, Ângela fez sinal para que se detivesse.

Nas construções modais

As orações modais não são contempladas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira. Por esse motivo, são poucos os gramáticos que incluem esse tipo de oração em seus trabalhos. Quando a incluem, o fazem de maneira muito diversificada.

Segundo Ayora (1991, p.09), “o valor fundamental que tem a forma como é o modal”. Entretanto, ainda segundo o autor, há frequente confusão entre os valores comparativo e modal da forma como. Essa afirmação é corroborada por Rodrigues (1999, p.5), ao analisar o seguinte exemplo extraído de seu *corpus* de análise:

(16) Vê-se como é fácil azeitar os canhões e partir para a guerra.

Segundo análise da autora, sabe-se que, sintaticamente, a oração anterior, introduzida pelo como, deve ser considerada substantiva; entretanto, a ideia expressa por ela é de modo, o que é reforçado pela presen-

ça do articulador sintático como. De fato, os limites entre as modais e diversas outras orações são muito tênues. Como o exemplo anterior expressa claramente uma circunstância de modo, em nossa pesquisa, ela deverá ser considerada *modal*, o que aponta claramente uma opção de categorização de base semântica, em que uma oração completiva (substantiva) objetiva direta recebe a classificação simultânea de modal.

Moura Neves (2000) faz uma rápida menção às orações modais. Segundo a autora (2000, p.929), “não é muito usual a expressão de relação adverbial modal por meio de uma oração. Ela se faz especialmente com sem que, e com verbo no subjuntivo (17). Mais raramente usa-se a conjunção como, que conserva um matiz conformativo. O modo verbal é o indicativo (18)”. A autor fornece os seguintes exemplos ao leitor:

(17) Os momentos passaram, todavia, sem que lograsse coordenar um só pensamento.

(18) Se continuarei a enganar Carlos, como o fiz nesse primeiro momento de reencontro carnal, não sei.

Os autores pesquisados, mesmo os mais modernos, apresentam contribuições muito limitadas para a descrição das construções modais. Pela complexidade do assunto e pelas fronteiras não bem demarcadas que lhes são características, o assunto mereceria ter uma descrição mais pormenorizada. Para esse tópico tão relevante, utilizaremos a análise de Ayora (1991), que apresenta um estudo detalhado sobre o assunto.

Segundo o autor supracitado, a estrutura característica de uma expressão modal é a seguinte:

COMO + SN (+ QUE + SER)

Vejamos alguns exemplos adaptados de Ayora (1991, p.59), e logo em seguida, alguns usos especiais do como em função modal:

(19) Como professor e como prefeito (que sou), eu recebi uma lição.

(20) Essa é a minha opinião como professor universitário e como pessoa.

Como em *lexias variáveis*.

Ayora (1991, p.60) denomina *lexias variáveis* o conjunto de palavras que tem como núcleo um verbo, que através do como, se conecta a um substantivo, surgindo, portanto, a seguinte estrutura:

VERBO + COMO + SN

(21) A reconstrução da Democracia não se faz com varinha de condão, e a transição por sua própria natureza versátil e adaptadora, deve ter como princípio e fim o fortalecimento das organizações partidárias (...). *EDIT 3 – O Fluminense – 16/10/87*.

Essas expressões são bastante numerosas na língua: *toma como base, tem como suporte, tem como tema*, etc. A todas elas, seguindo a orientação de Ayora (1991), conferimos um valor modal.

Como com valor de exemplificação.

Segundo Ayora (1991, p.53), a forma como assume o valor semântico de “exemplificação” em todos aqueles casos nos quais esta palavra serve para concretizar, enumerar, citar ou pontuar a extensão semântica do sintagma nominal que o precede.

Vejamos alguns exemplos adaptados para este artigo:

(22) **SPEED LABEL** é própria para equipamentos que trabalham em alta velocidade e temperatura, como copiadoras e impressoras Laser ou Ink Jet. *ANU 9 – O Globo – 09/09/98*.

Segundo Ayora (1991, p.54), em todos os casos em que aparece o como exemplificador, este elemento poderá ser precedido pela palavra tais (no plural) ou ser acompanhado pela expressão *por exemplo*. Em alguns casos, a exemplificação com como poderá apresentar a seguinte estrutura: SN + COMO + verbo ser (3ª pessoa do singular/plural do presente do indicativo), verbo que pode estar elíptico. Vejamos como o autor (1991) exemplifica essa construção:

(23) Frente a adversários como (são) a China e Cuba, o Brasil não terá forças para suportar o campeonato.

Outra variação desta expressão de exemplificação é a estrutura como é o caso de, que podemos verificar no seguinte exemplo, também extraído de Ayora (1991):

(24) Há línguas extremamente difíceis de se aprender, como é o caso do árabe.

Segundo as obras pesquisadas, esse uso exemplificador do como deve ser considerado modal. Tal postura também será adotada nesta pesquisa.

Há ainda outro uso em que o como, nas expressões correlativas tanto...como e tão...como, assume o papel de exemplificador modal. Vejamos mais dois exemplos de Ayora (1991):

(25) Hal Hashley, realizador de filmes de tanto êxito crítico e comercial como “O último dever”, deve estrear agora em Hollywood.

(26) Fernando Pessoa, autor de obras literárias com tanto mérito como “Mensagem” continua vigoroso nos estudos de hoje em dia.

Formas de recorrência semântica

Em numerosos textos pesquisados por Ayora (1991), foram detectadas algumas ocorrências das formas como e tal como constituindo uma repetição exata ou aproximada de um texto anterior, ou ainda, uma retomada de algo que é supostamente conhecido pela pessoa a quem se dirige a mensagem. O autor chamou as expressões utilizadas com essa função de “formas de recorrência semântica”. Vejamos:

(27) Se continuarem a tentar esquecer casos como esse, o regime vai ter que aprender a conviver com esses “fantasmas” ou então chamar a Polícia para apurar tudo direitinho, como⁷ sugeriu o Ministro. *EDIT 4 – O Dia – 16/10/88.*

Araus (1985, p.240) fala em “concatenação de referência” para tratar do mesmo fenômeno estudado anteriormente. Ayora (1991, p.67) acrescenta que as expressões como se sabe, como se tem dito, entre outras, poderiam também ser incluídas sob o mesmo rótulo das formas de recorrência semântica. Vejamos alguns exemplos fornecidos pelo autor:

7 Esse segundo articulador sintático como tem valor conformativo.

(28) *Como se sabe*, todos os políticos têm salários muito altos.

(29) Veremos muito mais falcatruas, *como se tem dito* nos bastidores.

(30) *Como é público e notório* seremos ainda mais massacrados pela política interna.

Todas as expressões listadas anteriormente (e suas variantes) são consideradas construções de recorrência semântica de caráter modal. Servem, especialmente, como uma forma coesiva de retomar uma situação comunicativa anterior e também, muitas vezes, funcionam como uma maneira de se buscar a concordância do interlocutor acerca do assunto tratado.

Repetição enfática

Segundo Ayora (1991, p.61), a repetição enfática “é uma repetição não-necessária, cujo único objetivo é dar maior ênfase ou importância à mensagem comunicada”. A estrutura da repetição enfática é a seguinte, que vem acompanhada de dois exemplos extraídos da obra do autor:

VERBO + COMO + VERBO

(31) Insistimos que isso é algo que não se pode descartar estando as coisas *como* estão.

(32) Cantando *como* cantam, as pessoas irão embora.

Com valor modal atributivo ou predicativo

Segundo Ayora (1991, p.73), o *como* com valor modal atributivo ou predicativo é muito frequente em espanhol. Acreditamos que também seja produtivo em português. Neste uso específico, o *como* pode ser substituído pela expressão *em forma de*. Possui uma das seguintes estruturas:

VERBO + SN1 (objeto direto) + COMO + SN2

ou

SN1 (sujeito) + VERBO + COMO + SN2

Nessa estrutura, o significado de um sintagma nominal é definido ou interpretado segundo o significado do outro SN. Temos, assim, um SN ligado ao verbo e outro SN ligado ao como, conforme atesta o quadro antes demonstrado.

(33) “a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) entrega ao Governo federal um estudo e anteprojeto de lei complementar, sugerindo a medida como um remédio para a estagnação industrial do Estado-município”. – NOT 1 – *Jornal do Brasil* – 15/03/75.

Na interrogação modal direta e indireta.

O como assume a função de advérbio interrogativo na interrogação modal direta e indireta. Vejamos:

(34) O Ministro Júlio Bierrembach cobra do IPM (...) como foi encontrado o carro do sargento e rebocado e como pode um oficial não conhecer um sargento pelo nome, se trabalham juntos. – NOT 13 – *Jornal do Brasil* – 03/10/81. (interrogativa indireta)

(35) Se a Arena não é capaz de debater e escolher sua direção, como admitir-se que tenha vigor para competir com espírito ardente, sob um comando pleno de representatividade, em suas relações com o Poder e com o eleitorado? – EDIT 1 – *Jornal do Brasil* – 11/08/75 (interrogativa direta)

Segundo Moura Neves (2000, p.333), “há orações que equivalem a um sintagma nominal, e que são, por isso, tradicionalmente chamadas orações substantivas”. Além de essas construções poderem ser introduzidas por uma conjunção integrante (especialmente o *que* e o *se*), podem, quanto ao modo de conexão, virem justapostas, iniciando-se por palavras interrogativas ou exclamativas. Nestes casos, os verbos podem estar na forma finita ou infinita. Vejamos como a autora exemplifica esse fenômeno:

(36) Diz como aconteceu a desgraça.

(37) Ensinara aos pequenos como preparar alguns refrescos de frutas.

Os usos apresentados por Moura Neves (2000) são similares aos de Ayora (1991). Preferimos, entretanto, adotar a classificação proposta por este último, por ser mais simples do ponto de vista descritivo.

Nas orações exclamativas

Por fim, o como costuma aparecer em orações exclamativas. Esse uso também é considerado modal por Ayora (1991, p.87). Cremos que este também seja um uso bastante produtivo, especialmente na fala espontânea, que é matizada pela emoção. Vejamos:

(38) Nós sabemos como você se sente confusos com tantas tecnologias diferentes prometendo a última palavra em celular⁸. – ANU 6 – o Globo – 06/09/98.

Em outras construções

Rodrigues (1999, p.5), ao pesquisar o Jornal do Brasil, num período de 13 dias, em 1997, encontrou um exemplo do como, utilizado na função de articulador sintático de tempo. Vejamos:

(39) O Presidente Fernando Henrique Cardoso participou de todo o processo como ministro de Exterior e foi protagonista da criação da CPLP, nos atos do ano passado no Convento dos Jerônimos, em Lisboa.

Segundo a autora, nesse exemplo, a forma como parece assumir o valor de quando, sentido que está em desuso, já que era bem mais frequente no passado.

Quanto às construções modais, verificamos que o como foi utilizado maciçamente com valor atributivo ou predicativo. Contamos 11 ocorrências do referido articulador sintático com essa conotação, o que equivale a um terço de todas as construções modais.

Curiosamente, o uso do como com função atributiva/predicativa é muito mal explorado pelas nossas gramáticas normativas.

Considerações finais

Após analisar as várias realizações do como na língua espanhola, Ayora (1991) chegou à conclusão mais geral que o elemento como, por si só, não é marcador de nenhum significado concreto. Ele precisa relacionar-se com outros elementos gramaticais e formar com eles determi-

⁸ Esse exemplo é polêmico, entretanto, entendemos que há uma conotação exclamativa indireta latente no como.

nadas estruturas sintáticas que, de acordo com o contexto linguístico ou com a situação comunicativa, tornam possível a aparição dos diversos significados. Essa também é a conclusão geral a que chegamos.

Diante da língua contemporânea, em sua modalidade escrita, percebemos a necessidade de reavaliarmos nossas posições teóricas e paulatinamente reconstruirmos novos paradigmas, já que nosso trabalho revelou usos ainda não catalogados pela maioria de nossas gramáticas, tais como a forma de recorrência semântica, o uso atributivo/predicativo, as lexias variáveis, entre outros.

Como pudemos verificar com clareza, os usos do *como*, principalmente com função modal, são extremamente produtivos em língua portuguesa. Apesar desta constatação, quase não encontramos bibliografia suficiente sobre o assunto em nosso meio acadêmico.

Nossa hipótese, portanto, foi comprovada. De fato, o *como* é um termo altamente polissêmico e produtivo. Carece, todavia, de uma melhor descrição, já que são ínfimas e contraditórias as abordagens dadas ao assunto.

Como ficou exposto nas considerações iniciais, não foi nosso objetivo concluir definitivamente as discussões acerca do assunto, entretanto, esperamos ter contribuído um pouco mais com os estudos de base descritiva desenvolvidos em nosso vernáculo.

Por fim, da mesma forma como reconhecemos e ressaltamos o limite da pesquisa realizada, também enfatizamos a importância da continuidade deste estudo, bem como a necessidade de realização de outros que a este se somem, para que uma documentação atualizada de nossa realidade linguística possa orientar o processo de ensino e aprendizagem da modalidade culta contemporânea de nossa língua portuguesa.

Referências bibliográficas

- ABREU, Antônio Suarez. *Curso de Redação*. São Paulo: Ática, 1994.
- ARAUS, M. L. Gutierrez. *Estructuras sintácticas del español actual*. Madrid: SGEL, 1985.
- AYORA, Antonio Moreno. *Sintaxis y Semântica de como*. Málaga:

Editorial Librería Ágora, 1991.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

DECAT, M. B. et al (org.) *Aspectos da Gramática do Português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MOURA NEVES, Maria Helena de. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.

RODRIGUES, Violeta Virgínia. *O caráter polissêmico das conjunções*. Rio de Janeiro: 1999. mimeo

Articulação e tipos semânticos de verbo das orações subordinadas adverbiais modais em português

Anderson Godinho Silva¹

Introdução

Um tema que é considerado como de difícil compreensão e como “chato” por muitos estudantes dos ensinos fundamental e médio é a sintaxe do período composto. Provavelmente, isso ocorre devido à maneira como alguns professores o ensinam. Especificamente no que diz respeito às orações subordinadas adverbiais, geralmente é apresentada uma lista de orações que podem veicular circunstâncias, assim como fazem os advérbios. Além disso, os estudantes precisam memorizar as conjunções que introduzem essas orações.

Para que o ensino se torne mais prazeroso e útil para os alunos, seria importante observar, por exemplo, as orações que ocorrem em textos que representam o uso real da língua e o objetivo do autor do texto em usar uma determinada oração. Um tipo de oração utilizado tanto em textos escritos quanto em textos falados, apesar de não ser tratado pela maioria dos livros didáticos, é a oração subordinada adverbial modal, que é o tema central deste artigo.

Este artigo tem como objetivos descrever as orações subordinadas adverbiais modais, traçar diferenças entre as orações modais reduzidas e desenvolvidas e propor um paralelo entre os tipos semânticos de verbo e a integração semântico-pragmática das orações em questão.

1 * Doutor em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O estudo dessas construções oracionais modais torna-se relevante por não haver trabalhos que levem em conta suas características cruciais e por a NGB não as contemplar, como fora observado por Kury (1987) e Luft (1978): “A NGB não inclui as modais entre as orações subordinadas adverbiais” (Kury, 1987:101); “Orações adverbiais modais fazem falta na NGB. Há advérbios de modo, adjuntos adverbiais de modo – mas não se registram as respectivas orações” (Luft, 1978:157).

Silva (2007) define as modais como toda oração que explica o modo como a ação contida na oração principal ocorre e cujo verbo está ligado semântica e sintaticamente ao verbo da oração principal. No que tange às formas de articulação dessas construções oracionais, pode-se considerar que há modais desenvolvidas, reduzidas de gerúndio e reduzidas de infinitivo. As primeiras podem ser encabeçadas por mais de um conector (cf. ex. 1, 2 e 3)².

(1) Joaquim José Pereira noticia saber cura Herneas no escroto com toda a perfeição [**sem que** fique defeituoso].
(VARPORT-E-B-81-JA-026)

(2) Esperamos, na expectativa sympathica, para applaudil-o e julgal-o [**como** merece].

(VARPORT-E-B-83-JN-045)

(3) A Inspectoria, esquecida da velha legislação Brasileira, entra, [**como se** fôra sua casa], em todos os bancos, indagando pormenorizadamente de contas particulares [**como se** estivera relacionando os fundos alheios para uma próxima e eqüitativa partilha].

(VARPORT-E-B-92-JE-004)

Percebe-se que as modais desenvolvidas podem ser introduzidas por conjunção (COMO) e por locuções conjuntivas (SEM QUE e COMO SE). Em 1, a oração em destaque representa o modo de saber cura; em 2, o modo de aplaudir e julgar e, em 3, o modo como a Inspectoria entra nos bancos e o modo como ela indaga contas particulares.

² Os exemplos foram retirados do *corpus* do Projeto de Variação Contrastiva do Português, doravante VARPORT, disponível no site www.lettras.ufrj.br/varport.

Como comentado anteriormente, as orações subordinadas adverbiais modais podem se apresentar ainda nas formas reduzidas de gerúndio (cf. ex. 4) e de infinitivo (cf. ex. 5).

(4) [Cantando] espalharei por toda parte/ Fazendas. Modas e roupas brancas.

(VARPORT-E-B-83-JA-016)

(5) Geléia Americana de óleo de fígado de bacalhao// preparada por E.H. Treux// Para moléstias do peito/ Toma-se, como indicada a instrução, [sem sentir-se o menor gosto de óleo].

(VARPORT-E-B-82-JA-073)

Vale ressaltar que, na reduzida de infinitivo, o verbo é precedido da preposição SEM. Essa forma de articulação também é contemplada por autores como Azeredo (2008:337).

A expressão verbal da qualificação pura, de base não comparativa, utiliza comumente gerúndios (Enriqueceu **comercializando** antiguidades) ou infinitivos precedidos da preposição *sem* (Saiu **sem** se despedir) (grifos do autor)

Orações modais: breve apresentação

Esse tipo de oração não é contemplado pela NGB, mas autores tradicionais como Luft (1978), Kury (1987), Bechara (1994) e Rocha Lima (1998) e autores não representantes de uma abordagem tradicional como Rodrigues (1999), Moura Neves (2000) e Abreu (2003) as mencionam. Dos autores que pensam ser possível as modais ocorrerem na forma desenvolvida, há diferenças em relação aos conectores capazes de introduzir essas orações.

Dentre os autores consultados, é categórica a possibilidade das modais serem introduzidas pela locução SEM QUE e, geralmente, quando isso acontece, o verbo é conjugado no subjuntivo, como Moura Neves (2000) comenta. Três autores - Luft (1978), Rodrigues (1999) e Moura Neves (2000) – tecem comentários acerca da possibilidade das modais serem introduzidas pela preposição SEM com o verbo no infinitivo. O conector COMO encabeçando as modais é citado por

autores como Rodrigues (1999), Moura Neves (2000) e Abreu (2003). Há ainda outros usos de conectores que são menos consensuais. São os casos de COM + infinitivo, (ASSIM) COMO, COMO SE e TAL QUAL, que são comentados, respectivamente por Kury (1987), Luft (1978) e Rodrigues (1999). Esta, em seu trabalho, observou que há inovações no uso de conectores que encabeçam várias orações, entre elas as que veiculam a circunstância de modo.

Feitas as observações acerca das abordagens de alguns autores no que diz respeito às orações subordinadas adverbiais modais, a seguir, tecem-se alguns comentários com relação à integração semântico-pragmática dessas orações.

Integração semântico-pragmática das modais

Como é comentado por Halliday & Matthiessen (2004), é possível haver uma variedade de relações lógico-semânticas entre orações. Acredita-se que a maneira como as orações se articulam e a integração semântico-pragmática estão intimamente ligadas.

Nesta seção, tratar-se-á da integração semântico-pragmática entre cláusulas³ e da relação existente entre ela e a forma de articulação das orações.

Tomando Langacker (1991) como base, Hopper e Traugott (1993) fornecem exemplos para explicar a relação entre explicitação morfosintática e integração entre as cláusulas e concluem que os dispositivos mais explícitos estão relacionados à mínima integração semântico-pragmática e os menos explícitos à máxima integração semântico-pragmática. Pelos exemplos apresentados por Hopper e Traugott (1993), entende-se que há um *continuum* que parte da menor para a maior integração semântico-pragmática e que uma cláusula desenvolvida seria menos integrada com a cláusula principal do que uma cláusula reduzida de infinitivo, que, por sua vez, seria menos integrada com a cláusula principal do que uma cláusula reduzida de gerúndio.

Com o intuito de comprovar, de um lado, a relação entre orações desenvolvidas e menor integração e, de outro lado, a relação entre orações

3 No Funcionalismo, cláusula tem um sentido semelhante ao de oração na abordagem tradicional.

reduzidas e maior integração, duas variáveis foram consideradas: i) a mudança de referência e ii) os tipos semânticos de verbos.

Mudança de referência

Ao abordar a integração semântico-pragmática entre cláusulas, Lehmann (1985) apresenta cinco parâmetros, dos quais dois serão enfatizados neste artigo: a dessentencialização da cláusula subordinada e o entrelaçamento (mudança de referência).

O primeiro trata do grau em que uma cláusula subordinada é elaborada ou reduzida. De um lado, há a expansão de um constituinte nominal ou adverbial em uma construção totalmente desenvolvida e, de outro, há a condensação, ou seja, a redução de uma cláusula em um constituinte nominal ou adverbial da cláusula principal. De acordo com Lehmann (1985:10), isso implica uma derivação de sentenças complexas que começa de um grupo de cláusulas completas, as reduz através de uma nominalização e as combina em uma sentença complexa encaixando uma na outra. Pode-se dizer que a alta integração de um elemento subordinado na cláusula principal correlaciona-se com sua dessentencialização, ou seja, construções subordinadas nominalizadas adquirem propriedades de uma expressão nominal e se tornam mais dependentes. Dessa forma, ratifica-se que cláusulas reduzidas seriam mais integradas que cláusulas desenvolvidas.

O segundo parâmetro possui um aspecto semântico e um aspecto sintático. O aspecto semântico refere-se ao fato de que duas proposições compartilham alguns elementos de seus significados, e o aspecto sintático refere-se à não-especificação de elementos em comum nas duas proposições. Nesse entrelaçamento, as duas proposições podem compartilhar seus predicadores, o tempo e o modo verbais e os actantes. Entende-se por actantes os participantes de uma ação. Para Lehmann (1985), o ponto central está relacionado ao compartilhamento de actantes, o que envolve o fenômeno de mudança de referência. O autor comenta que, em muitas línguas, há uma distinção na flexão de um verbo não-final dependendo se o verbo da cláusula seguinte tem o mesmo sujeito ou sujeito diferente.

Portanto, há uma tendência de as cláusulas reduzidas apresentarem o mesmo referente (sujeito) em relação à oração principal (cf. ex. 6) e de cláusulas desenvolvidas apresentarem um referente (sujeito) diferente em relação à oração principal (cf. ex. 7).

(6) Scientificamos aos excelentíssimos amigos que nos honraram, [subscrevendo ações para a fundação da empresa].
(VARPORT-E-B-83-JA-010)

(7) Quantas vezes lá, sua esposa chegou a V.S. alarmada para contar-lhe um sonho em que ella o viu envolvido em circunstancias tragicas, em que ella sentiu, [como se fosse real], a oppressão de um grande perigo a ameaçar a felicidade da familia...

(VARPORT-E-B-92-JA-035)

Em 6, a cláusula principal é “que nos honraram” e a cláusula modal está destacada. O gerúndio “subscrevendo” da cláusula subordinada tem como sujeito “eles”, que é o mesmo sujeito da cláusula principal. Em 7, o sujeito da cláusula principal é “ella” e o da cláusula modal pode ser interpretado como indeterminado: “como se algo / isto fosse real”. Os exemplos 6 e 7 mostram a relação entre integração de cláusulas e a forma de articulação destas, utilizando-se o fator de mudança de referência (sujeito).

Um outro fator que pode estar relacionado com a integração semântico-pragmática das cláusulas é o tipo semântico de verbo. Neste estudo, apresentam-se os tipos semânticos de verbo que ocorrem mais frequentemente nas orações modais.

Tipos semânticos de verbo

Para a análise do *corpus*, no que tange ao tipo de verbo, foram levados em consideração os tipos semânticos de verbo propostos por Halliday (1994; *apud* Scheibman, 2001:66), baseados em três experiências humanas: ser, sentir e fazer. As categorias são as seguintes: cognitivo, existencial, sensitivo, material, perceptivo, relacional e verbal. Além desses sete tipos de verbo, foram considerados o corpóreo, proposto por Dixon (1991; *apud* Scheibman, 2001:67) e o possessivo/relacional, que surgiu durante a análise de dados feita por Scheibman (2001). Os tipos semânticos se referem ao verbo principal; portanto, se um verbo modal

ou auxiliar for utilizado, este não será analisado semanticamente, mas sim o verbo principal a ele associado.

Verbos do tipo cognitivo se referem ao ato de pensar, raciocinar; verbos do tipo existencial se referem ao fato de algo existir, estar presente, acontecer; verbos do tipo sensitivo se referem a sentimentos e sensações; verbos do tipo material são verbos de ação; verbos do tipo perceptivo se referem à percepção, observação; verbos do tipo relacional são os verbos de ligação das gramáticas tradicionais; verbos do tipo verbal se referem ao ato de dizer, falar; verbos do tipo corpóreo se referem a ações que ocorrem relacionadas ao corpo, ao organismo; e verbos do tipo possessivo/relacional se referem à ideia de posse, da capacidade de obter algo.

Na tabela 1, são listados alguns exemplos para ilustrar os tipos semânticos verbais utilizados.

TIPOS SEMÂNTICOS DE VERBO	EXEMPLOS
Cognitivo	Presumir, saber, entender, pensar
Corpóreo	Repousar, fumar
Existencial	Acontecer, estar, haver
Sensitivo	Prezar, sofrer, querer, sentir
Material	Fazer, ir, proceder
Perceptivo	Verificar, ver
Possessivo/relacional	Ter, conter, conseguir
Relacional	Ser, tornar-se
Verbal	Dizer, sublinhar ⁴

Tabela 1: *Tipos semânticos verbais*

4 Nesse caso, o verbo está sendo utilizado com o significado de “salientar”.

Esperava-se que a ocorrência do tipo semântico verbal mais comum nas orações modais fosse o material, que engloba verbos de ação, pois o tipo de oração considerada explica a maneira como algo acontece. A oração principal fornece informações sobre a ação ocorrida e a maneira como essa ação acontece, que é apresentada pela oração subordinada modal, também configura uma ação.

De fato, o tipo semântico de verbo que ocorreu mais frequentemente nas orações modais foi o material, confirmando a hipótese antes comentada.

A tabela 2 mostra os percentuais de cada tipo de verbo que ocorreu nas modais. Na horizontal, são apresentados os tipos de verbo, e, na vertical, podem ser encontrados os percentuais distribuídos pelas modais. Na última linha, é mostrado o total de orações encontradas.

TIPOS SEMÂNTICOS VERBAIS	ORAÇÕES MODAIS
Material	155 (58%)
Verbal	31 (11%)
Sensitivo	17 (6%)
Cognitivo	13 (4%)
Corpóreo	11 (4%)
Possessivo	10 (3%)
Existencial	10 (3%)
Relacional	9 (3%)
Perceptivo	8 (3%)
TOTAL	264 (100%)

Tabela 2: Distribuição dos tipos semânticos verbais pelas orações modais

Pela tabela 2, é possível observar que os tipos semânticos verbais mais comuns foram o material (cf. ex. 8), o verbal (cf. ex. 9) e o sensitivo (cf. ex. 10). O material já era esperado; o verbal ocorreu, provavelmente, porque alguém pode realizar algo dizendo determinadas palavras; e o sensitivo ocorreu, provavelmente, porque alguém pode realizar algo com um determinado sentimento.

(8) Foram estes que, terminada a busca que fizeram a toda a casa, [**abrindo**] e [**despejando** gavetas] deixaram tudo num completo reboleço, saíram primeiro da casa, ficando o “chefe” a vigiar a vítima...

(VARPORT-E-P-94-JN-004)

(9) A Gazeta da Allemanha do Norte, quer attenuar o effeito produzido pelo Post, no seu artigo belicoso, e pela apreciação da nota do governo de Berlin, [**dizendo**] que na ultima troca de notas não se tratou de assumpto que offendesse a imprensa, mas de materia de grande importancia para a paz das nações e de um ponto principal no direito das gentes actual.

(VARPORT-E-B-83-JN-009)

(10) ... e finalmente custa a crer que podessem transportar tantos despojos [sem **serem presentidos** pela policia em cousa alguma].

(VARPORT-E-B-82-JN-029)

Em 8, pode-se fazer a pergunta: De que modo eles fizeram a busca? A resposta é encontrada nas duas orações modais destacadas, em que os verbos “abrir” e “despejar” denotam ação e, por isso, são considerados verbos do tipo “material”. Em 9, pode-se fazer a pergunta: De que modo a Gazeta da Allemanha do Norte quer attenuar o effeito produzido pelo Post? A resposta é encontrada na oração modal destacada, em que o verbo “dizer” denota o ato de falar, expressar com palavras e, por isso, é considerado do tipo “verbal”. Em 10, pode-se fazer a pergunta: De que modo puderam transportar tantos despojos? A resposta é encontrada na oração modal destacada, em que há uma estrutura de voz passiva “serem presentidos” e, como já foi citado, quando há um verbo auxiliar e um verbo principal, o último é que é analisado. Dessa forma, o verbo “pressentir” denota uma sensação, um sentimento e, por isso, é considerado um verbo do tipo “sensitivo”.

Feita a análise das modais como um todo em relação aos tipos semânticos de verbo, é interessante observar se os dois tipos de modais, ou seja, reduzidas e desenvolvidas, apresentam os mesmos tipos semânticos de verbo. Para isso, as duas formas de articulação das modais foram desmembradas no que se refere aos tipos semânticos verbais. A tabela 2 mostra os percentuais dos tipos de verbo que ocorreram em cada forma de articulação das modais. Na horizontal, são apresentados os tipos semânticos verbais e, na vertical, são apresentadas as duas formas de articulação das orações em questão. Na última linha, são mostrados os percentuais de cada oração modal quanto à forma de articulação no que tange aos tipos semânticos de verbo utilizados.

TIPOS SEMÂNTICOS DE VERBO	REDUZIDAS	DESENVOLVIDAS	TOTAL
Material	152 (62,6%)	3 (14,3%)	155
Verbal	31 (12,8%)	0 (0%)	31
Sensitivo	13 (5,3%)	4 (19%)	17
Cognitivo	12 (4,9%)	1 (4,8%)	13
Corpóreo	10 (4,1%)	1 (4,8%)	11
Possessivo	9 (3,7%)	1 (4,8%)	10
Existencial	5 (2%)	5 (23,8%)	10
Relacional	3 (1,2%)	6 (28,5%)	9
Perceptivo	8 (3,3%)	0 (0%)	8
TOTAL	243 (100%)	21 (100%)	264

Tabela 4: Distribuição dos tipos semânticos verbais pelas formas de articulação das modais

A partir da tabela 4, pode-se perceber que os tipos semânticos de verbo que mais ocorrem nas reduzidas são o “material” e o “verbal”, respectivamente. Os usos desses tipos de verbo já foram explicados anteriormente. Os tipos semânticos de verbo que mais ocorrem nas desenvolvidas são o “relacional”, o “existencial” e o “sensitivo”, respectivamente. As desenvolvidas são introduzidas pela conjunção COMO e pelas locuções conjuntivas COMO QUE, COMO SE e SEM QUE. Tomando isso como base, pode-se afirmar que o tipo “relacional” ocorreu frequentemente com a locução COMO SE, pois esta carrega por si só uma ideia de condição, hipótese. O verbo “ser” foi utilizado com essa mesma locução no modo subjuntivo. Entende-se que algo aconteceu “**como se fosse**” de outra maneira. O tipo “existencial” ocorreu mais frequentemente com as locuções COMO SE e SEM QUE. O verbo “haver” foi o mais utilizado em construções do tipo “**como se (não) houvesse**”, “**como se nada houvesse**” e “**sem que houvesse**”. O tipo “sensitivo” ocorreu frequentemente com a conjunção COMO e com a locução SEM QUE em construções do tipo “**como merece (m)**”, “**sem que lhes satisfaça**”.

TIPOS SEMÂNTICOS DE VERBO	INTRODUTORES DAS ORAÇÕES
RELACIONAL	COMO SE
EXISTENCIAL	COMO SE e SEM QUE + verbo HAVER
SENSITIVO	COMO, SEM QUE

Tabela 5: *Tipos semânticos de verbo e introdutores das orações*

A seguir, são apresentados exemplos em que os verbos dos tipos “material” (cf. ex. 11) e “verbal” (cf. ex. 12) são utilizados em orações modais reduzidas com manutenção de referente, isto é, com maior integração em relação à oração principal.

(11) Quereis ter fatos bem feitos, [sem pagardes luxo?]
(VARPORT-E-P-91-JÁ-040)

(12) Os líderes não morrem. Quando muito hibernam. E acordam sempre renovados, por mais longo que seja o sono, [professando as mesmas idéias]
(VARPORT-E-B-94-JE-006)

Em 11, a forma verbal “pagardes” encontra-se no infinitivo flexionado na 2ª pessoa do plural, ou seja, concordando com o sujeito da cláusula modal, que é o mesmo da cláusula principal. Em 12, o termo “os líderes” é o sujeito tanto do verbo “professar” como do verbo “acordar”.

No que tange às modais desenvolvidas, no exemplo 7 (“... como se fosse real ...”), encontra-se uma oração em que o verbo utilizado é do tipo “relacional” e em que há mudança de sujeito. Isto provavelmente indica uma menor integração em relação à oração principal. No exemplo 13, a seguir, apresenta-se uma oração modal em que o verbo utilizado é do tipo “existencial” e em que há mudança de sujeito.

- (13) A mulher, em quanto todos os da freguesia estavam consternadíssimos pela morte, ella andava muito fresca arranjando os negocios da casa, [como se não houvesse um cadaver em casa!]
(VARPORT-E-P-82-JN-022)

Em 13, na oração destacada, o verbo usado é “haver” com sentido de “existir”. Esta construção é interpretada em muitas gramáticas tradicionais como orações sem sujeito ou orações com sujeito inexistente.

Considerações finais

Com este estudo, pôde-se verificar que as orações subordinadas adverbiais modais desenvolvidas apresentam um comportamento distinto das reduzidas, o que é comprovado por algumas variáveis que estão relacionadas à integração semântico-pragmática dessas orações. A primeira trata da mudança de referência: nas reduzidas, há uma tendência à manutenção do referente (sujeito) da oração principal, enquanto, nas desenvolvidas, há uma tendência à mudança do referente (sujeito), o que sugere que as reduzidas possuem maior integração semântico-pragmática com a oração principal. A segunda variável trata dos tipos semânticos de verbo: parece haver uma relação entre os tipos semânticos de verbo e a integração semântico-pragmática das orações em que se encontram. Os verbos dos tipos “material” e “verbal” são mais frequentes nas modais reduzidas e parecem estar relacionados a uma maior integração da modal com a oração principal, enquanto os verbos dos tipos

“relacional”, “existencial” e “sensitivo” são mais frequentes nas modais desenvolvidas e parecem estar relacionados a uma menor integração da modal com a oração principal.

As considerações feitas neste artigo são preliminares, mas acredita-se que são relevantes e que contribuem para que trabalhos futuros aprofundem os aspectos tratados aqui com relação às orações modais.

Referências bibliográficas

ABREU, Antônio Suárez. *Gramática mínima para o domínio da língua padrão*. Ateliê Editorial, 2003.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, 2ª ed., São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1994.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, Christian M.I.M. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Hodder Arnold, 2004.

HOPPER, Paul e TRAUGOTT, Elizabeth. Grammaticalization across clauses. In: _____ *Grammaticalization*, Cambridge: CUP, 1993.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de português pela análise sintática*. São Paulo: Ática, 1987.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of Cognitive Grammar*. v. 2, Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.

LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John & THOMPSON, Sandra A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1985.

LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida*. Porto Alegre: Globo, 1978.

MOURA NEVES, Maria Helena de. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua*

portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

RODRIGUES, Violeta Virginia. “O uso das conjunções subordinativas na língua escrita padrão”. In: BERNARDO, Sandra Pereira & CARDOSO, Vanda de (org.). *Estudos da linguagem: renovação e síntese*. Anais do XVIII Congresso da ASSEL-Rio – Rio de Janeiro: Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro, 1999, pp. 761-769.

SCHEIBMAN, Joanne. Local patterns of subjectivity in person and verb type in American English conversation. In: BYBEE, J. & HOPPER, P. *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2001.

SILVA, Anderson Godinho. *Orações modais: uma proposta de análise*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 2007. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa

Um enfoque funcional para a integração das cláusulas consecutivas

Evelyn Cristina Marques dos Santos¹

Introdução

Poucos são os estudos que contemplam as cláusulas consecutivas e abordam suas peculiaridades de maneira satisfatória. Os compêndios gramaticais, assim como as pesquisas linguísticas, de um modo geral, priorizam outros tipos de cláusulas adverbiais, como as causais, as temporais, as condicionais, as concessivas, as finais etc. Sendo assim, o que se encontra nas obras consultadas é uma visão menos aprofundada e uniforme das cláusulas em questão.

Nossos gramáticos são unânimes em afirmar que cláusulas consecutivas são estruturas subordinadas. Além disso, elas são inseridas em um conjunto “homogêneo” de orações, nomeado subordinadas adverbiais. No entanto, uma observação mais detalhada permite afirmar que nem sempre as consecutivas assumem o comportamento sintático esperado do das subordinadas adverbiais. Para tal fato, encontra-se explicação em Said Ali (1971), que já havia observado que as adverbiais não só compreendem as noções de tempo, lugar, modo, mas também outras noções para as quais não existem necessariamente advérbios equivalentes.

Dentre estas outras noções, destaca-se a de consequência, presente nas cláusulas consecutivas, uma vez que não possuem um comportamento tão homogêneo quanto o das temporais e das causais,

1 * Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

por exemplo. Devido à homogeneização dos tipos oracionais, pouco espaço é atribuído à discussão de peculiaridades comportamentais de cada espécie de cláusula.

Pretendemos, assim, (1) discutir o estatuto sintático das cláusulas consecutivas, uma vez que se acredita que seu estudo não se esgota no conceito de subordinação; (2) descrever e analisar como se materializa o valor consecutivo, independentemente de sua codificação estrutural e (3) distribuir as cláusulas que codificam a consequência em um *continuum* de estágios de gramaticalização dentro de uma perspectiva sincrônica. Para tanto, coletamos dados do Projeto VARPORT² que abrange quatro gêneros textuais: anúncios, editoriais, notícias e entrevistas orais.

○ estudo das cláusulas consecutivas

○ que dizem os gramáticos

Bechara (2003), ao analisar as orações adverbiais, isola as consecutivas e as comparativas em um grupo à parte das demais, denominadas de subordinadas propriamente ditas. O autor justifica tal atitude pelo fato de que, enquanto as comparativas exercem função própria de um adjunto ou determinante circunstancial não-argumental do núcleo verbal, as consecutivas apresentam um transpositor ‘*que*’ que se prende a expressões de natureza intensiva presentes na oração principal.

Bechara (2003, p. 475) chama atenção, ainda, para o fato de que a relação do transpositor *que* com uma unidade quantificadora manifesta uma consequência, todavia, esclarece que o valor semântico principal é o de demonstrar que o quantificador reforça o conteúdo do pensamento designado. Afirma, também, que a falta desse quantificador aproxima tais orações das orações adjetivas restritivas e oferece ao leitor o seguinte exemplo: “Ela sentia **tal** medo **que** a deixava paralisada”. Se o intensificador ‘*tal*’ fosse retirado desse exemplo, não haveria mais uma oração subordinada consecutiva, e sim uma oração adjetiva restritiva: “Ela sentia medo que a deixava paralisada”. Tal fato comprova a interdependência de ‘*que*’ com o intensificador antecedente.

2 Os *corpora* desse projeto encontram-se disponibilizados no site www.letra.ufrj/varport.

A distinção entre os dois grupos de adverbiais proposta pelo autor e a dependência de *que* em relação a um termo intensificador poderiam ter sido usadas como argumentos em defesa de que cláusulas desse tipo sejam pertencentes não a um grupo distinto dentro das adverbiais, mas sim, pertencentes a um processo distinto de estruturação de períodos – a correlação. No entanto, tal abordagem não foi realizada.

Como já apontado por Rodrigues (2007), os gramáticos Kury (2002) e Luft (2004) não só fazem menção indireta à correlação, como também explicitam a nomenclatura *orações correlatas*. Para os referidos autores, as orações consecutivas, quando desenvolvidas, podem ser simples ou correlatas. São correlatas, por serem introduzidas pela conjunção ‘que’ em correlação com um termo intensivo na oração principal. Apesar de explicitarem tal nomenclatura, não admitem que a correlação possa ser um processo distinto da subordinação.

No tratamento dado às consecutivas, percebemos que os autores tradicionais dão bastante ênfase à construção iniciada pela conjunção *que* em correlação com um intensificador. Rocha Lima (2003) diz ser este o tipo mais característico. No entanto, esses autores não deixam de mencionar outras formas de representação dessas cláusulas, que são as simples, ou seja, aquelas articuladas por *de forma que*, *de modo que*, *de maneira que*, *de sorte que* etc.

Outra construção mencionada é a reduzida que, para a maioria dos gramáticos, só pode ocorrer na forma nominal de infinitivo. Nesse caso, os conectores normalmente utilizados são *sem*, *de*, *para*, *a ponto de*, como, por exemplo, se vê em Kury (2002, p. 98): “O arco se dilatava **a ponto de comprometer mentalmente o trânsito**” (grifo nosso).

Bechara (2003, p. 523) é o único a fazer menção ao fato de que essas construções se reduzem não só na forma de infinitivo, mas também de gerúndio. Ele afirma que isso ocorre quando é possível substituir a forma nominal de gerúndio por *e como consequência*. Kury (2002) discorda desta posição, dizendo que o que Bechara (2003) chama de consecutiva reduzida de gerúndio, ele prefere classificar como aditiva reduzida de gerúndio, ou seja, uma caso de coordenação.

Feitas essas breves considerações a respeito da abordagem tradicional, podemos verificar que as cláusulas consecutivas introduzidas pelo conector *que* em correlação com um termo intensificador da primeira oração são consideradas apenas como formas de organização das orações no período e não como um procedimento sintático diferente da subordinação. Esta abordagem rejeita, assim, os estudos de Oiticica (1952), segundo os quais se reconhecem quatro formas de estruturação do período composto, entre as quais a correlação.

O que dizem outros estudiosos

Mateus *et al* (2003) inserem essas cláusulas em um grupo diferente do das orações adverbiais, ou seja, no grupo das construções de gradação e comparação. Para as autoras, as orações pertencentes a este grupo – comparativas, consecutivas, conformativas e proporcionais – envolvem, de diferentes modos, proposições relacionadas à expressão de grau, diferindo da classificação tradicional.

Elas chamam a atenção para o fato de que, além das consecutivas típicas iniciadas por *que* na dependência de um termo intensificador (consecutivas de intensidade) e das iniciadas por locuções conjuncionais *de forma que*, *de maneira que*, *de modo que* etc., há outras que se aproximam quanto ao significado. Destacam as consecutivas infinitivas introduzidas pela preposição ‘*para*’, contendo expressões como, por exemplo, *suficiente* e *bastante*, e certas coordenadas conclusivas iniciadas por conectores como *logo*, *por isso*, *portanto* etc. No entanto, frisam que esse último tipo não será analisado. Acredita-se que tal fato se dê porque a análise deste exigiria um estudo mais voltado ao aspecto semântico-discursivo, o que iria de encontro à proposta mais estrutural das autoras.

Para Neves (2000), as construções consecutivas se apresentam de dois modos: com antecedente e sem antecedente. Quanto ao primeiro modo, há, na primeira oração, a intensificação do estado de coisas ou a intensificação ou quantificação de um dos elementos (substantivo, adjetivo ou advérbio). Quanto ao segundo modo – as construções sem antecedentes – a autora afirma serem estas iniciadas por locuções conjuntivas consecutivas, como *de (tal) modo que*, *de (tal) maneira que*, *de (tal) sorte que* etc.

Apesar de Neves (2000) atentar para o fato de que as consecutivas podem se expressar tanto com antecedente quanto sem, a autora não menciona a correlação como um procedimento possível para o primeiro caso, ou seja, aquele em que a conjunção ‘*que*’ se correlaciona com um intensificador.

Castilho (2004) não analisa as consecutivas dentro do grupo das subordinadas. Ao abordar as relações intersentenciais, ele lança mão de alguns exemplos, entre os quais “O aluno falou tanto que ficou rouco”, para defender um terceiro tipo de estruturação sintática: a correlação. Através deste, demonstra que a sentença “que ficou rouco” se correlaciona com “falou tanto” e que a omissão do termo intensificador *tanto* implica uma sentença sintaticamente semelhante a uma oração substantiva objetiva direta (O aluno falou que ficou rouco). Sendo assim, afirma que há uma relação de interdependência entre as consecutivas e que estas “verbalizam dois atos de fala com relacionamento recíproco” (Cf. Castilho, 2004, p. 132).

O autor admite, então, três tipos de relação intersentencial, pois, ao definir sentenças complexas, diz que são “duas ou mais sentenças que funcionam como constituintes de uma unidade maior, estruturando-se tais constituintes coordenada, subordinada ou correlatamente” (cf. Castilho, 2004, p.131). Mesmo considerando esses três tipos de relação, o autor esclarece que não há unanimidade em admitir a correlação como um processo de ligação intersentencial distinto.

Como pode ser observado, à exceção de Castilho (2004), os estudiosos citados relegam a segundo plano o processo da correlação. Na abordagem tradicional, esse mecanismo é considerado apenas um subtipo da subordinação. Já em 1952, em sua relevante obra denominada *Teoria da Correlação*, Oiticica afirmava que “esse processo de composição do período (...) sempre andou confundido com o da subordinação em todas as gramáticas brasileiras ou estrangeiras” (cf. Oiticica, 1952, p. 13).

Teoria funcionalista: uma teoria baseada no uso

Servirá de norte para o desenvolvimento deste artigo a teoria linguística de cunho funcionalista, cuja principal característica é o pressu-

posto de que a gramática é suscetível a pressões de uso. De acordo com Neves (2006, p. 17), em uma concepção geral, o funcionalismo é uma teoria que se liga aos fins a que servem as unidades linguísticas, ou seja, se ocupa das funções dos meios linguísticos da expressão.

A teoria funcionalista da linguagem diverge da teoria formalista por conceber a língua como um fenômeno essencialmente maleável. Para o funcionalismo, essa mutabilidade se dá, efetivamente, pelo uso. Sendo assim, entende-se que a gramática das línguas não constitui um sistema autônomo, explicado por si mesmo, mas sim uma entidade que pode ser moldada de acordo com seu uso em situações reais de comunicação.

Segundo Neves (2006), ao se conceber a mutabilidade linguística, destaca-se um centro condutor de reflexão que é a noção de *função*, entendida não apenas como entidade sintática, mas também como a união do estrutural com o funcional. Ao se rejeitar uma preocupação com a pura competência para a organização gramatical das frases, como fazem os formalistas, por exemplo, a reflexão se volta para a multifuncionalidade dos itens, ou seja, para a consideração das estruturas linguísticas pelo que elas representam de organização dos meios linguísticos de expressão.

A referida autora afirma que as estruturas linguísticas são configurações de funções e que as diferentes funções são os distintos modos de significação no enunciado, que conduzem à eficiência da comunicação entre os usuários de uma língua. Dentro dessa concepção, “funcional é a comunicação, e funcional é a própria organização interna da linguagem” (cf. Neves, 2006, p. 18).

Desta forma, o funcionalismo nos permite reconhecer várias outras possibilidades de se expressar a relação consecutiva que não apenas aquelas elencadas por nossas gramáticas. Ao considerarmos a análise das estruturas linguísticas em seu contexto real de uso, conseguimos detectar as diferentes estratégias empregadas pelo usuário da língua para expressar essa relação.

No âmbito de alguns dos pressupostos funcionalistas, desdobram-se alguns temas que são regidos por princípios teóricos fundamentais, dentre os quais se destacam *a teoria dos protótipos* e *a gramaticalização*.

A *teoria dos protótipos* decorre da admissão da existência de vaguidade nos limites entre categorias. Desta forma, não é necessário que todos os membros da categoria apresentem traço(s) em comum. Eles podem pertencer a subcategorias diferentes, mas constituir uma mesma categoria, por meio de princípios de encadeamento e associação. Assim, as classes têm limites imprecisos e os itens que elas compreendem possuem vários tipos de integração.

A gramaticalização, por sua vez, é vista como um processo de criação da gramática através da necessidade discursiva. Tal processo, afirma Neves (2006, p. 20), reflete a relação entre o sistema gramatical e o funcionamento discursivo, ou seja, se explica pela interação entre as motivações internas ao sistema e as motivações externas a ele.

Poggio (2002, p. 62) explica que, até 1970, esse processo foi visto como parte da linguística diacrônica. A partir desse período, começou-se a dar destaque ao potencial que os estudos de gramaticalização oferecem para o entendimento sincrônico da gramática.

Atualmente, ainda segundo Poggio (2002), esse processo pode ser considerado como pancrônico, pois apresenta uma perspectiva diacrônica, por envolver mudança, e uma perspectiva sincrônica, por implicar variação, podendo esta ser descrita como um processo sem referência ao tempo, tal como faremos no trabalho proposto.

Assim, destacamos que esse estudo pode ser situado no paradigma da gramaticalização, em uma perspectiva sincrônica, uma vez que analisa estruturas sintáticas em textos atuais com foco nas sentenças complexas cuja relação semântica seja a de consequência, a fim de observar como essas estruturas surgem e como elas são usadas, segundo um *continuum* de gramaticalização.

Processos de combinação de cláusulas e gramaticalização

A questão acerca da existência ou não de um terceiro processo de estruturação sintática alimenta as discussões entre os teóricos com vistas a uma abordagem mais coerente da análise do chamado período composto. A maioria dos gramáticos, muito por influência da tradição nor-

mativa, prefere não considerar a correlação como um processo distinto dos demais; portanto, limita-se a uma visão dicotômica dos processos de estruturação sintática: de um lado, os casos de coordenação, e de outro, os casos de subordinação.

Tais processos tendem a ser definidos por referência a um mesmo parâmetro. As diferenças estabelecidas por esses processos são feitas, na maioria das vezes, com base na noção de (in) dependência; noção esta que se baseia tanto em critérios sintáticos como semânticos.

Devido à inconsistência teórica observada na formulação desses conceitos tradicionais, muitos estudos linguísticos, sob a luz de postulados funcionalistas, vêm sendo desenvolvidos com o objetivo de reformulá-los. Sendo assim, de acordo com Gonçalves *et al*, autores como Halliday (1985), Thompson (1984), Matthiessen e Thompson (1988), Lehmann (1988), Givón (1990), Hopper & Traugott (1993), entre outros, apresentam vários questionamentos e revisões a respeito das noções desses dois tipos de estruturação sintática e das propriedades em que se pauta sua distinção.

Dentre os autores mencionados, destaca-se o estudo de Hopper & Traugott (1993, p. 177) em que se afirma que “as línguas do mundo dispõem de uma grande variedade de técnicas para interligar as cláusulas”. Entretanto, esses mecanismos de ligação intersentencial, de acordo com os autores, diferem radicalmente de uma língua para outra, usando-se desde construções justapostas razoavelmente independentes até construções retóricas dependentes e complexas.

Esses linguistas defendem a inclusão das combinações oracionais dentro dos estudos de gramaticalização e propõem um modo tripartido para um entendimento mais satisfatório de como as cláusulas se articulam em um complexo oracional. Para Hopper & Traugott (1993), as cláusulas devem ser classificadas, conforme seu grau de dependência e encaixamento. Para tanto, apresentam o seguinte *continuum*: parataxe, hipotaxe e subordinação.

I – Parataxe (independência relativa entre as cláusulas)

Compreende tanto as sequências nas quais as cláusulas-núcleo se justapõem umas às outras, sob um único contorno entonacional, sem o

uso de um elemento conector (justaposição), quanto aquelas nas quais um elemento segmental sinaliza a relação entre elas (coordenação).

II – Hipotaxe (interdependência entre as cláusulas)

Compreende uma cláusula núcleo e uma ou mais cláusulas (margens) que não podem figurar sozinhas no discurso. As estruturas hipotáticas incluem as relativas apositivas e as adverbiais da gramática tradicional, ou seja, estruturas que envolvem alguma relação circunstancial, como condição, razão, finalidade, causa, tempo, espaço, modo e meio (Matthiessen & Thompson, 1988).

III – Subordinação (dependência das cláusulas em relação ao núcleo)

Compreende cláusulas que se encontram à margem e estão incluídas no constituinte de um núcleo, como as cláusulas completivas e as relativas restritivas.

Ao estabelecerem esses três modos de combinação de cláusulas, Hopper & Traugott (1993) oferecem uma redefinição da terminologia oriunda de duas tradições e a expansão de dois pares categoriais sobrepostos. Um par – *parataxe e hipotaxe* – deriva da tradição do início do século XIX em que *parataxe* incluía todos os tipos de justaposição, e *hipotaxe*, todos os tipos de dependência. Já o outro par – *coordenação e subordinação* – deriva de tradições mais recentes, em que *coordenação* e *encaixamento* são definidos formalmente em termos de componentes da estrutura.

A hipotaxe adverbial: uma opção de organização discursiva

Em pesquisas de cunho funcionalista, as cláusulas conhecidas tradicionalmente como adverbiais têm sido bastante estudadas. De acordo com Neves (2003), isso se deve, principalmente, ao fato de ser difícil sustentar a condição de ‘subordinadas’ que a tradição lhes atribui, como ressaltam Matthiessen e Thompson (1988). Estes defendem que as adverbiais não se encaixam em um núcleo, como ocorre com as completivas, por exemplo, mas que elas se combinam, a fim de organizar o pensamento do falante. Conforme já mencionado, para eles, essa combinação reflete a organização retórica do discurso na língua.

Decat (2001) defende que, ao se estudarem as cláusulas adverbiais, torna-se relevante uma análise que leve em conta níveis que ultrapassem o sentencial. Segundo a autora, embora em determinadas situações se possa explicar a articulação hipotática de cláusulas adverbiais a partir do grau de integração estrutural de uma cláusula em outra, uma abordagem que dê conta somente do nível sentencial não será suficiente para explicar as relações mantidas entre as cláusulas adverbiais e o discurso maior que as envolve.

Para a autora, o importante não é classificar uma cláusula como adverbial ou subordinada, mas sim reconhecer a capacidade de ela se combinar com outras, refletindo uma propriedade organizacional básica do discurso em geral, que é a articulação para a formação de um discurso coeso e coerente.

Em seu trabalho, Decat (2001) se propõe a examinar cláusulas que mantêm alguma relação circunstancial com a cláusula ou sequência a que se combinam, ou seja, a autora se propõe a examinar a articulação hipotática adverbial, nos termos de Halliday (1985), hipotaxe de realce (*enhancement*), que consiste no fenômeno de articulação de cláusulas que se combinam para modificar ou expandir, de alguma forma, a informação contida em outra cláusula, o que é manifestado pelas relações circunstanciais. Assim, uma cláusula realça, salienta o significado de outra, qualificando-a com referência a tempo, modo, lugar, causa ou condição.

Assim, este trabalho assemelha-se ao de Decat (2001), uma vez que analisamos as relações circunstanciais que ocorrem na combinação de cláusulas, diferenciando-se, no entanto, pelo fato de que aqui a análise se restringirá à relação circunstancial consecutiva.

Elementos conjuntivos a serviço do discurso

Said Ali (1971), na sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, afirma que, da série de conjunções latinas, restaram, no português, apenas nove: *e*, *ou*, *nem*, *quando*, *se*, *como*, *que*, *mas* e *porém*. Sendo assim, o autor afirma que:

A falta das demais partículas suprem-na criações novas, isto é, advérbios, que se adaptam ao papel de conjunção, assim como o

amplo emprêgo de que, simples, ou combinado com preposições ou advérbios ou locuções de caráter adverbial. (Said Ali, 1971, p. 220)

Diversos estudos, sobretudo funcionalistas, demonstram que tais criações continuam bastante produtivas e isso não ocorre apenas no português. De acordo com Paiva (2001), o desenvolvimento/aparecimento de novos elementos de conexão entre orações é uma das questões que levantam maior interesse no âmbito dos estudos de gramaticalização. A autora destaca que evidências fornecidas pelo estudo de diversas línguas apontam que, diacronicamente, elementos conectores se desenvolvem a partir de itens lexicais ou de outros elementos menos gramaticais como advérbios e preposições.

Neves (2006, p. 258) também aborda essa questão e afirma que muitos dos elementos usados na articulação de orações estão envolvidos em processo de gramaticalização e, ao se observar o seu comportamento nos enunciados da língua, é possível verificar que tais elementos podem ser colocados em diferentes pontos de escalas, segundo os diferentes estágios em que se encontram na direção do estatuto de conjunção.

A estudiosa chama a atenção para o grande número de elementos conjuntivos no âmbito da hipotaxe adverbial e para a facilidade de criação de novas locuções que exercem papel de articuladores de relações hipotáticas, o que demonstra que as relações estabelecidas nesse campo têm natureza bastante diferente das que se estabelecem na subordinação estrita (orações substantivas e adjetivas restritivas).

Hopper & Traugott (1993), citando Halliday & Hassan (1976), explicam que essa derivação de elos conectores é pragmaticamente motivada pela necessidade de o falante ser claro e informativo, direcionando os ouvintes a interpretarem as cláusulas dentro de seu contexto linguístico. Entende-se, assim, que, devido à(s) pressão(ões) pragmático-discursiva(s), ou, a fatores relacionados às necessidades expressivas do falante em situações reais de comunicação, itens conjuncionais podem (1) deixar de ser empregados; (2) ser substituídos por outros; (3) assumir valores semânticos (cf. Barreto, 1999).

Decat (2001, p. 123) assinala a possibilidade de ocorrer um “esvaziamento semântico” de algumas conjunções ou locuções conjun-

tivas e desse esvaziamento poder ser observado não só na língua oral, em que é mais comum, mas também na língua escrita, sendo possível, deste modo, haver diferentes inferências entre as cláusulas iniciadas por um único tipo de conjunção. Importa mais o tipo de proposição relacional que emerge da articulação de cláusulas do que a marca lexical dessa relação.

Dessa forma, a análise empreendida no presente artigo não se limita ao levantamento daqueles itens considerados prototípicos das cláusulas consecutivas. Seguindo a proposta de Decat (2001), serão analisados todos e quaisquer elementos responsáveis pela relação consecutiva.

Conexão das cláusulas consecutivas³

De acordo com o enfoque funcionalista, não é possível conceber a combinação de cláusulas apenas por meio de dois processos de estruturação sintática, e o maior problema detectado nessa perspectiva diz respeito à classificação das subordinadas. A explicação para essa não-aceitação é calcada na ideia de que esse rótulo funciona como um “guarda-chuva” acolhedor de tipos oracionais diversificados - substantivas, adjetivas e adverbiais - que, em um conjunto aparentemente harmônico, mostram suas diferenças comportamentais.

Desse modo, optamos pela proposta tipológica de Hopper & Traugott (1993) para o estabelecimento dos estágios de gramaticalização da noção de consequência. Esses autores mostram os diferentes tipos de combinações de orações dispostos em forma de *continuum* e oferecem também critérios que justificam a redistribuição dos tipos oracionais, arrolados na gramática tradicional, como pode ser observado a seguir:

3 Denominamos cláusulas consecutivas quaisquer cláusulas que manifestam uma relação de consequência.

parataxe (independência)	hipotaxe (interdependência)	subordinação (dependência)
núcleo integração mínima ligação explícita máxima	----- ----- -----	margem integração máxima ligação explícita mínima

Quadro 1: Propriedades relevantes para o *continuum* de combinação de cláusulas, segundo Hopper e Traugott (1993, p. 171)

Segundo Braga (2001, p. 29), o modelo de Hopper & Traugott (1993), conjugado ao eixo das relações lógico-semânticas de Halliday (1985) e à aceitação de que uma mesma relação semântica pode ser codificada por diferentes estratégias sintáticas – o que é feito neste trabalho – oferece um tratamento mais adequado aos processos de combinação de cláusulas.

Demonstraremos, a seguir, os processos de combinação de cláusulas em que a noção de consequência foi codificada por meio da parataxe, da hipotaxe e do encaixamento⁴.

a) Parataxe

Foram consideradas cláusulas consecutivas por parataxe as estruturas⁵ justapostas e as estruturas coordenadas.

a.1 Estruturação justaposta

A justaposição constitui o processo pelo qual o falante apresenta cláusulas lado a lado, sem o emprego de conectivos explícitos, portanto, em uma sequência formalmente desconexa em que as relações são depreendidas pelo contexto, como se observa a seguir:

4 É importante esclarecer que, para se evitar a confusão de rótulos, em função do emprego do termo *subordinação*, haverá a substituição do mesmo pelo termo *encaixamento*.

5 O rótulo *estruturação* baseia-se no trabalho de Lima-Hernandes (1998). A autora explica que esse termo é usado como sinônimo de “camada”, sendo um dos princípios de gramaticalização de Hopper (1991).

(1) é época de chuva porque sempre o rio está cheio né? cresce e tem muita força ele e então uma época até difícil do pescador pescar **nós estamos passando até crise aí difícil aí agora entendeu?** (VARPORT/Op-B-90-2m-003)

(2) fui no Nelson da Capitinga não gostei... Ari Toledo... Ari Toledo foi bom ... Ari Toledo foi bom... eles têm umas piadas inteligentes... **você tem que parar para pensar... para depois achar graça** (VARPORT/Oc-B-9C-1f-002)

a.2 Estruturação coordenada

Foram consideradas estruturações coordenadas as cláusulas introduzidas por conectivos prototípicos de outros conteúdos semânticos, mas que desencadearam uma relação consecutiva como “e” e “então”, por exemplo, que, na tradição, conectam cláusulas coordenadas aditivas e conclusivas, respectivamente. Também fazem parte desse grupo cláusulas iniciadas por “aí”. Vejamos os exemplos:

(1) É engraçado, há certas coisas na vida da gente, eu já estive marcada pra ir lá, a passeio, duas vezes e sempre aconteceu alguma coisa **e eu não pude ir.** (VARPORT/Oc-B-9R-4f-002)

(2) ... o barco fica mais bojudo na traseira e fica mais seco na frente **então o barco anda menos** (VARPORT/Op-B-90-2m-001)

(3) (...) é houve uma mudança... mas é...minhas coisas... corta eu não quero mais você fazendo isso... eu não vou ter trabalho... **aí... fui obrigado a parar**, mas eu tomava cafezinho com pão... leite... manteiga... antes de dormir. (VARPORT/Oc-B-9C-2m-001)

b) Hipotaxe

As cláusulas que indicam circunstancialmente a consequência da cláusula-núcleo foram classificadas como hipotáticas de realce. Essas cláusulas aparecem sob duas formas: cláusulas finitas e cláusulas não-finitas.

b.1 Cláusulas finitas

As cláusulas finitas equivalem às subordinadas adverbiais consecutivas encabeçadas por elos consecutivos prototípicos não correlatos, a

saber, as locuções conjuntivas “*de modo que*”, “*de forma que*” etc., conforme demonstram os exemplos a seguir:

(1) O varejista não pôde custear as suas despesas com uma tão pequena margem de lucro. E, depois, o artigo é mal pesado, nas feiras, **de modo que o comprador leva sempre de menos.**

(VARPORT/E-B-92-Je-001)

(2) não pagam contribuição segundo se consta **de maneira que nós claro temos que estar sobrecarregados com essas coisas todas...**

(VARPORT/Op-P-70-1m-006)

b.2 Cláusulas não-finitas

As cláusulas não-finitas equivalem às cláusulas reduzidas de infinitivo encetadas por locução conjuntiva “*a ponto de*” e preposições “*para*” e “*sem*”. Neste grupo, incluem-se, também, cláusulas reduzidas de gerúndio, que expressavam conteúdo consecutivo:

(1) A consciência de reforma das estruturas políticas deixou sinais profundos na vida pública nacional, **a ponto de exigir uma projeção de continuidade no Governo que, por circunstâncias já sabidas, sucedeu ao Sr. Jânio Quadros.**

(VARPORT/E-B-93-Je-003)

(2) Razões de peso devem ter influído no animo dos actuais governantes, **para tomarem uma deliberação destas,** que não pode deixar de influir notavelmente nas finanças publicas.

(VARPORT/E-P-92-Je-006)

(3) A cafeina faz augmentar assim mesmo a produção da urina, **eliminando desta sorte as substancias toxicas do organismo enfermo, principalmente nos casos de febre e gripe, etc.**

(VARPORT/E-B-91-Ja-035)

c) Encaixamento

Sendo a cláusula consecutiva correlata analisada tradicionalmente como uma oração adverbial, ela faria parte da hipotaxe. No entanto, como já demonstrado, a cláusula iniciada pela conjunção ‘que’ – no exemplo “Trabalhou tanto que ficou cansada” – não está subordinada

a nenhum sintagma verbal da oração antecedente e a nenhum sintagma nominal. Tal conjunção estabelece relação com o termo intensificador “tanto”, relação esta de interdependência. Tal interdependência se aplica tanto à semântica, como ocorre com as cláusulas paratáticas e hipotáticas, quanto à sintaxe (estrutura), diferenciando-se das cláusulas encaixadas por não apresentar dependência em relação a um SV ou a um SN, mas a um intensificador.

Assim, de acordo com Marques (2009), haveria, dentro das estruturas de encaixamento, não apenas cláusulas integradas estruturalmente em outra, mas também **cláusulas que apresentam dois termos interdependentes estruturalmente**, ou seja, as cláusulas correlatas, as quais serão chamadas neste estudo de estruturação intermediária 1.

c.1 Estruturação intermediária 1

Decat (1999, p. 6) ratifica a inclusão das cláusulas correlatas consecutivas nas estruturas de encaixamento. A autora afirma que

(...) se mesmo uma cláusula adverbial estiver em constituição com um item lexical de outra cláusula, ela não será, provavelmente, uma unidade de informação à parte, estando, pois encaixada, integrada, estruturalmente em outra.

A partir disso, ratifica-se a ideia de que as cláusulas correlatas enquadram-se, dentro dos estágios de gramaticalização da noção de consequência, nas estruturas de encaixamento, ainda que apresentando um encaixamento distinto, por exemplo, do das subordinadas substantivas:

(1) Mas havia **tanta** coisa pra se fazer no jardim **que** nós fizemos uma parte do jardim muito grande, era uma parte que era um declive...

(VARPORT/Oc-B-70-2f-002)

(2) Também, ao que se diz, progrediram as ciências bélicas em proporção. Vai matar-se o homem com **tanta** limpeza e caridade **que** se não sentirá a morte, mercê do poder destrutivo das bombas de urânio desintegrado.

(VARPORT/E-P-93-Je-001)

A partir das informações e dos exemplos apresentados, foi possível criar um quadro que explicita as estruturações contidas nos processos de combinação das cláusulas consecutivas:

PARATAXE	Estruturação Justaposta <i>Exemplos (1) e (2)</i>
	Estruturação Coordenada <i>Exemplos (3), (4) e (5)</i>
HIPOTAXE	Estruturação finita <i>Exemplos (6) e (7)</i>
	Estruturação não-finita <i>Exemplos (8), (9) e (10)</i>
ENCAIXAMENTO	Estruturação intermediária 1 (Cláusulas correlatas) <i>Exemplos (11) e (12)</i>

Quadro 2: Estruturações identificadas nos processos de combinações de cláusulas consecutivas

Do ponto de vista defendido por Hopper & Traugott (1993), essa diversidade formal de cláusulas que expressam um mesmo conteúdo semântico não é aleatória, uma vez que cada processo de combinação – parataxe, hipotaxe e encaixamento – corresponde a um grau diferente de gramaticalização. Outro ponto a ser destacado é que não constitui problema o fato de nem todas as relações semânticas disporem de codificações sintáticas correspondentes a cada ponto do *continuum*. Braga (2001) explica que o processo de gramaticalização pode ser interrompido no meio do caminho, antes que as formas alcancem os estágios mais avançados.

Considerações finais

Acreditamos que este trabalho tenha contribuído de forma significativa para a caracterização das cláusulas de consequência em língua portuguesa, uma vez que ele:

(i) não relaciona a ideia de consequência a uma estruturação única da língua (a subordinação adverbial), apresentando a relação de consequência codificadas por estruturas justapostas, coordenadas, subordinadas finitas e não-finitas e, também, por correlatas;

(ii) demonstra que mais de uma noção pode ser sobreposta em um mesmo conector e, portanto, os limites são difusos e não discretos, como ainda acreditam alguns. As relações se desvelam no discurso, no uso concreto da língua;

(iii) enquadra as correlatas em estruturas de encaixamento, à semelhança das completivas (substantivas e adjetivas restritivas);

(iv) interessa, principalmente, à produção textual, pois o que mais importa é o uso dessas estruturas para veicular a noção consecutiva, e não a sua classificação;

(v) mostra a renovação da língua e o domínio do falante sobre os recursos linguísticos a sua disposição, já que as diferentes estruturas servem às necessidades comunicativas dos usuários da língua;

(vi) evidencia que os rótulos previstos na tradição não contemplam todos os usos da língua.

Referências bibliográficas

BARRETO, Therezinha Maria Mello. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador: UFBa, 1999. Tese de Doutorado.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BRAGA, M. L. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 23-34, 2001.

CASTILHO, Ataliba de. *A língua falada no ensino do português*. São Paulo: Contexto, 2004.

DECAT, Maria Beatriz N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, Maria Beatriz N. et al. *Aspectos da gramática do português*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

_____. *Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de unidade informacional*. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v.2, n.4, p. 23-38, 1999.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia;

CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. (org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007.

HALLIDAY, M, A. K. *An introduction to functional grammar*. Great Britain: Edward Arnold, 1985.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elisabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 167-203.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2002.

LEHMANN, C. Towards a Typology of Clause Linkage. In: THOMPSON, S.; HAIMAN, J (orgs.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 151-225.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. *Gramaticalização de combinação de cláusulas: orações de tempo no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1998.

LUFT, Pedro. *Gramática Resumida*. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

MARQUES, Evelyn C. S. *Gramaticalização da noção de consequência nos processos de combinação de cláusulas*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras/UFRJ, 2009. Dissertação de Mestrado.

MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra. The structure of discourse and ‘subordination’. In: Haiman, John; THOMPSON, Sandra. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

MATEUS, Maria H. *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Caminho, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OITICICA, José. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

PAIVA, M. C. A. *A Gramaticalização de conectores no português do*

Brasil. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 35-46, 2001.

POGGIO, R. M. G. F. *Processos de gramaticalização das preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista*. Salvador: EDUFBA, 2002.

ROCHA LIMA, Carlos H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 43ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

RODRIGUES, Violeta Virginia. Correlação. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

SAID ALI, *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7ª ed., São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.

Como os livros didáticos abordam as cláusulas relativas?

Elenice Santos de Assis Costa de Souza*
(in memoriam)

Introdução

De um modo geral, os trabalhos acadêmicos que tratam das cláusulas relativas – orações subordinadas adjetivas segundo a tradição – enfocam, principalmente, senão unicamente, as diferentes estratégias de relativização usadas no português do Brasil: a padrão (*A novela de que eu gostava muito acabou ontem.*); a cortadora (*A novela \varnothing que eu gostava muito acabou ontem.*); e a copiadora (*A novela que eu gostava muito dela acabou ontem.*).

No entanto, há muitos outros aspectos igualmente relevantes no que se refere às construções relativas e ao ensino de português como língua materna, entre eles o próprio conceito de cláusula relativa e o seu funcionamento no discurso, o inventário dos pronomes relativos empregados nas chamadas orações desenvolvidas, além da subclassificação desse tipo de cláusula em restritiva e explicativa.

O objetivo deste estudo é avaliar o tratamento dispensado às cláusulas relativas nos livros didáticos destinados ao Ensino Médio, bem como as concepções de língua e de gramática que emergem dessa abordagem verificando se ela está em consonância com as diretrizes traçadas nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN). Para alcançar esse objetivo, foi analisada a abordagem do referido conteúdo em três livros didáticos:

1 * Doutora em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e docente do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

a) AMARAL, Emília; FERREIRA, Mauro; LEITE, Ricardo; ANTÔNIO, Severino. 2 ed. *Novas palavras: língua portuguesa: ensino médio*. São Paulo: FTD, 2005. 3 V.;

b) FARACO, Carlos Alberto. *Português: língua e cultura*. Curitiba: Base, 2003;

c) CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português linguagens literatura – produção de texto e gramática*. 5 ed. São Paulo: Atual, 2005. 3 V.

O primeiro livro foi escolhido no intuito de averiguar a possibilidade de novas sugestões metodológicas tendo em vista que se trata de uma obra menos conhecida, que está em sua segunda edição. O segundo foi eleito por apresentar uma organização inovadora dos conteúdos e por enfatizar bastante a prática da leitura. Já o terceiro foi selecionado em função da sua grande aceitação no meio escolar.

O suporte teórico adotado é o Funcionalismo, mais precisamente a Gramática Sistemico-Funcional (Halliday, 1977, 1994), além de outros estudos complementares, como Decat (1999), Lehmann (1986, 1988), Liberato (2001), Prince (1992), para citar alguns. Sob o enfoque sistêmico-funcional, as relativas – assim como qualquer outro fenômeno linguístico – devem ser examinadas não só no nível da cláusula, como também no âmbito do texto e dos contextos de situação e de cultura.

Oliveira e Cezario (2006, s/p) apontam o Funcionalismo como a principal linha teórica que dá suporte aos PCN visto que a orientação neles presente “assume a língua como um organismo não autônomo, mas como produto e instrumento de comunicação, de persuasão, de expressão, de simulação, enfim, das manifestações humanas”. O objetivo do ensino de língua materna seria, portanto, desenvolver no estudante as competências indispensáveis a uma interação eficiente nas diversas situações comunicativas de que ele participar, seja por meio da modalidade escrita, seja por meio da modalidade falada. Isso implica, naturalmente, o reconhecimento de que o texto, e não a sentença, deve ser a unidade privilegiada de análise e produção, o que vem ao encontro da perspectiva teórica funcional. Nesse contexto, os gêneros textuais vêm ganhando espaço e relevância em detrimento dos célebres “conteúdos

gramaticais”, tomados isoladamente, que foram redimensionados pelos PCN. Os princípios funcionalistas que se destacam nos PCN, segundo Oliveira e Cezario (2006), são: iconicidade, plano discursivo, frequência de uso e gramaticalização².

Observa-se também nos PCN a influência da Sociolinguística na medida em que, citando o próprio documento, “o respeito à diversidade é o principal eixo da proposta” (PCN, 1999, p. 9). O reconhecimento e a comprovação científica da pluralidade, bem como do seu funcionamento em termos de variações geográficas e sociais, vem sendo a tônica dos estudos sociolinguísticos no Brasil há aproximadamente trinta anos. Essa orientação também vem ao encontro dos pressupostos funcionais já que a Sociolinguística preconiza a língua como uma entidade social e dinâmica.

Travaglia (1997) defende, entre outras, a tese de que, principalmente em termos do atual Ensino Médio, deve-se instigar os alunos a terem uma postura crítica e científica diante dos usos da língua. O referido autor, com base em Halliday *et al* (1974)³, estabelece uma correlação entre objetivos do ensino de língua materna, as várias concepções de gramática e as diversas metodologias. Para ele, o ensino de língua pode ser basicamente de três tipos: prescritivo (que visa à substituição de uma norma linguística por outra, considerada ideal e superior), descritivo (que visa à descrição do funcionamento de qualquer variante de uma dada língua) e produtivo (que visa à ampliação das habilidades linguísticas do educando nas mais diversas situações de interação). Já as concepções do termo *gramática* seriam, segundo Travaglia (1997), dez: normativa, descritiva, internalizada, implícita, explícita ou teórica, reflexiva, contrastiva, geral, universal, histórica e comparada. Assim, a depender do(s) objetivo(s) pretendido(s) pelo professor e do(s) conceito(s) de gramática em que se baseia, ele poderá ministrar um dos tipos de ensino citado ou mesmo conjugar mais de um.

2 Sobre esses princípios, consultar também Cunha, Oliveira e Martelotta (2003); Neves (1997).

3 HALLIDAY, M. A. K.; McINTOSH, A.; STREVEN, P. *As ciências lingüísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis: Vozes, 1974.

As concepções de gramática consideradas mais pertinentes à investigação aqui desenvolvida são: a) prescritiva, que adota a variante considerada padrão como a única aceitável; b) descritiva, que procura investigar e registrar o funcionamento de uma dada variante da língua num dado momento da sua existência; e c) reflexiva, que parte dos usos para chegar ao entendimento de como a língua funciona.

As três obras selecionadas para análise foram aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), que promove uma avaliação prévia dos livros, realizada por especialistas, antes que eles sejam examinados pelos professores para possível adoção. Esse programa atua em conformidade com os PCN, publicados pela primeira vez em 1999, que preconizam o ensino da língua nas perspectivas descritiva e produtiva dentro de uma concepção descritiva e, prioritariamente, reflexiva da gramática. Assim, os livros didáticos selecionados para o presente estudo estariam, teoricamente, em conformidade com as diretrizes traçadas nos PCN.

A avaliação promovida pelo PNLEM tem um cunho mais geral, pois são avaliados todos os conteúdos de Língua e de Literatura(s); já a análise aqui empreendida é bem mais específica, pois se detém na abordagem das construções relativas com vistas a averiguar se há coerência entre a concepção de gramática que se depreende da abordagem dada ao conteúdo em questão e a concepção preconizada nos PCN. Desse modo, foram analisados os capítulos e/ou as seções, dos livros didáticos selecionados, que tratam das orações subordinadas adjetivas, dos pronomes relativos e, quando estão presentes, da pontuação usada nessas construções, avaliando-os de acordo com os seguintes critérios: a) método; b) conceito de oração adjetiva; c) inventário dos pronomes relativos; d) menção a sinais de pontuação; e) menção a aspectos prosódicos; f) menção a variações decorrentes da modalidade; g) menção a variações decorrentes de registros; h) tipos de atividades propostas; i) concepção de gramática.

Suporte teórico para a análise dos livros didáticos

Os livros didáticos de Língua Portuguesa destinados ao Ensino Médio, até pouco tempo, baseavam-se exclusivamente na tradição gramatical. Esta, por sua vez, pautava-se, em particular, na produção literária – mais na portuguesa que na brasileira, diga-se de passagem. Esse quadro vem sofrendo mudanças mais significativas principalmente depois da primeira publicação dos PCN, em 1999, e da implantação do PNLEM, a partir de 2004. Desde então, os livros didáticos vêm absorvendo alguns conceitos e descobertas de algumas correntes da Linguística, bem como vêm dando mais espaço às atividades envolvendo vários gêneros textuais representantes de domínios discursivos diversos.

Tal processo de mudança, no entanto, não exclui a abordagem da gramática tradicional. Segundo esta, as orações adjetivas são consideradas subordinadas e subclassificam-se em restritivas e explicativas. Na sua forma desenvolvida, podem ser introduzidas pelos seguintes pronomes relativos: *que*, *o qual* (e flexões), *quem*, *cujo* (e flexões), *onde* e *quanto* (e flexões) precedido de *tudo* ou *todo(a)(s)*.

O emprego de alguns relativos, no entanto, suscita muitas dúvidas aos usuários da língua, de um modo geral, e aos estudantes em particular. A vertente prescritiva da gramática estabeleceu que o *onde* deve retomar somente antecedentes com significação espacial (de lugar), mas sabemos que seu emprego é mais amplo tanto na produção textual de estudantes, quanto em textos acadêmicos e jornalísticos, estes, em geral, considerados modelares. A fronteira semântica entre espaço físico e espaço nocional é tênue, o que leva os usuários da língua a generalizarem as duas categorias como “espaço”, empregando o *onde* em construções não canônicas, como em (1):

(1) Com a perda dos meus pais e dos privilégios, fiquei reduzida a alguns pedaços meus e, com a nostalgia dos outros, fui fazer análise de grupo, **onde** parecia finalmente pertencer a alguma coisa.

(Souza, 2009, p. 92)

Outro pronome relativo que oferece dificuldades de emprego de acordo com a norma considerada culta é o *cujo*. Segundo Lehmann (1986),

há uma hierarquia das funções sintáticas quanto à possibilidade de relativização. Algumas funções são inerentemente mais relativizáveis (como sujeito, objeto) que outras (adjuntos, atributos possessivos, atributos preposicionados), ou seja, quanto mais encaixadas as funções sintáticas, menos elas serão relativizáveis. O *cujo*, por desempenhar funções sintáticas mais encaixadas, exige do usuário uma habilidade que ele nem sempre tem, ou, se tem, pode não empregar devido a fatores pragmáticos como registro, modalidade, relação entre interlocutores, intencionalidade etc. Essa característica morfossintática do *cujo* também o torna menos frequente mesmo em textos escritos mais formais.

No que diz respeito aos sinais de pontuação, a tradição gramatical e os diversos manuais de redação⁴ existentes recomendam que a oração subordinada adjetiva explicativa seja usada com vírgula(s). Esse sinal de pontuação corresponderia, na modalidade falada, à pausa, elemento prosódico que caracterizaria a oração explicativa. Contudo, o uso de outros sinais de pontuação, especialmente os parênteses, como em (2), e os travessões em (3), e até mesmo o ponto, como em (4), pode ser observado quando se trata das relativas não-restritivas (explicativas).

(2) Seus embaixadores em todo o mundo foram instruídos a propor aos governos locais um acordo bilateral, pelo qual os países se comprometeriam a não indiciar por crimes de guerra, perante o **recém-criado Tribunal Penal Internacional** (do qual os EUA não quiseram fazer parte), qualquer soldado americano que tenha combatido em seu território.

(GARCIA, L. A falta que faz o general. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 set. 2002.)

(3) Uma noite estranha, cheia de mistérios, pois assim são **as noites** – em que se escancaram as janelas, em busca de alguma brisa.

(FALABELLA, M. Um coração urbano. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 out. 2002.)

(4) Por exemplo: cacófato. O cacófato não existe. Cacófato é apenas mau caráter do leitor. Ou melhor, dos gramáticos. Você concluir que em “Alma minha gentil que te partiste” o poeta da lusitanidade estava falando da maminha da amada é evidente forçada de barra “deles”. Que durante muito tempo nos obrigaram até a escrever *u’a*

4 Conferir, por exemplo, Garcia (2005).

mão e não uma mão, pro cara do lado de lá da escrita não achar que a gente estava querendo *papaia*.

(FERNANDES, M. A língua, abaixo e acima da superfície. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 set. 2002.)

Na ótica funcional, as cláusulas podem ligar-se por parataxe ou por subordinação, e o processo de subordinação pode realizar-se por hipotaxe ou por encaixamento, nos termos de Lehmann (1988), estabelecendo dois níveis de subordinação. Desse modo, a cláusula relativa pode ser hipotática, quando funciona como adjunto (adjetiva explicativa) em relação ao SN antecedente, ou encaixada, quando funciona como argumento (adjetiva restritiva) do SN antecedente, com base em Decat (1999).

Quanto ao inventário dos pronomes relativos, além daqueles apontados pela maioria das gramáticas normativas e pelos livros didáticos, deveriam ser considerados os conectivos *quando* (exemplo 5) e *como* (exemplo 6), que também podem desempenhar a função de relativo se retomam sintagmas com significação temporal e modal, respectivamente.

(5) Entretanto, nossas palavras de cunho otimista começaram a ser desmascaradas **no sábado à noite**, quando passamos por uma patrulha no Leblon que estava parando um veículo “suspeito”.

(Souza, 2009, p.171)

(6) Mas é inegável que o sistema atual já está funcionando a contento, e mais do que isso: para a revista “Time”, por exemplo, **a maneira como** foram conduzidas as eleições na Flórida parece, em comparação com o processo brasileiro, “vergonhosamente antiquada”.

(Souza, 2009, p.249)

A cláusula relativa finita é entendida como a construção que se subordina, por meio de um pronome relativo, a um sintagma nominal (SN), denominado antecedente, com o qual estabelece uma relação de predicação. O SN antecedente pode ser constituído, no mínimo, por um nome (exemplo 7), por um pronome (exemplo 8) ou por uma categoria lexicalmente vazia (exemplo 9).

(7) AP: é um prazer tê-la aqui no nosso programa... e eu queria que você falasse um pouco dessas eleições que vão ocorrer nos próximos dias doze treze catorze e quinze de agosto né e particularmente do

programa da **chapa** que você encabeça o Movimento Educação...
por que ser candidata Lúcia?

(Souza, 2009, p.131)

(8) Mas, e se **alguém** em quem ele confiou para entrevistar mentiu?

(Souza, 2009, p.158)

(9) Acho normal, bicho. O ouvinte identifica *o* quem canta.
Nem todo mundo é politicamente correto de dizer *Jesus Cristo*,
de Roberto e Erasmo. Não é por mal. Essa parte aí eu desculpo.

(Souza, 2009, p. 206)

Outro aspecto polêmico é que algumas definições de orações adjetivas encontradas em algumas obras didáticas e da tradição gramatical permitem o entendimento equivocado de que o antecedente do pronome relativo está necessariamente inserido em uma oração, denominada principal. Na realidade, o vínculo sintático da cláusula relativa é estabelecido entre o antecedente e a subordinada. Caso contrário, como se classificaria a oração destacada em construções como a exemplificada a seguir, comuns na linguagem midiática?

(10) Somente ele, a um custo estimado de R\$ 20 bilhões por ano, **dinheiro** QUE terá que ser achado em escaninhos próximos, como o já existente Fundo de Combate à Pobreza.

(Souza, 2009, p.180)

No âmbito da relativização, cabe ainda discutir a similaridade das relativas com as cláusulas completivas (substantivas da tradição). À semelhança das chamadas “relativas sem antecedente” ou “livres”, termos usados por Mateus *et al* (1989) para designar as relativas introduzidas por *onde*, *quem* e *quanto* sem co-referente explícito, há outro caso de construção relativa que compartilha algumas propriedades com as completivas. São aquelas que oferecem duas possibilidades de interpretação e de análise e que são introduzidas pela sequência *o que* (exemplo 11).

(11) Ainda hoje a Jovem Guarda é vista com preconceito, sim. Mas não tanto politicamente. Isso acontece principalmente pela simplicidade das músicas e das letras, pela ingenuidade de todo mundo. Algumas pessoas acham brega e a crítica ainda é

preconceituosa. É direito das pessoas acharem o que quiserem. Mas claro que magoa um pouco.

(JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 6 maio, 2007.)

Se entendidas como relativas, seria um dos casos de restritivas prototípicas, ou seja, que delimitam o significado do antecedente, sendo este codificado pelo pronome demonstrativo *o* e, por isso, de significação bastante imprecisa. Nessa análise, adotada pela tradição gramatical, o morfema *o* manteria sua autonomia e seria determinado pela cláusula relativa. Mas se entendidas como completivas, a sequência *o que* funcionaria como um único morfema estabelecendo a conexão entre o verbo da matriz e a cláusula completiva.

Se, por um lado, encontram-se no português brasileiro contemporâneo construções híbridas (com traços de relativas e de completivas), por outro, ainda há casos em que o pronome antecedente deixa explícita sua autonomia, comprovada pela possibilidade de flexão de gênero e/ou de número (exemplo 12).

(12) O número de reclamações pode impressionar, mas é preciso levar em conta que **os que** votaram com rapidez e sem problemas não se manifestaram; e que filas e confusão não são necessariamente resultado do uso de um sistema eletrônico, mas sim de outros problemas, entre eles a falta de esclarecimento dos eleitores.

(Souza, 2009, p. 97)

Como resolver esse impasse? Qual é a análise mais apropriada? O que ensinar aos alunos? Sob o enfoque funcional, não há impasse, pois, com base no conceito de gramaticalização, pode-se explicar que as línguas são entidades dinâmicas e, no âmbito dessa dinamicidade, há categorias híbridas, sendo a ambiguidade entendida como um dos estágios da gramaticalização (cf. Heine, 2003). Esta, por sua vez, pode ser entendida tanto como o processo pelo qual um item lexical passa a ser gramatical, quanto o processo pelo qual uma forma linguística gramatical torna-se mais gramatical, em ambos os casos por pressões exercidas pelo uso.

Como se pode observar, há algumas divergências entre as perspectivas tradicional e funcional, o que gera algumas polêmicas. Uma delas é

a própria classificação das orações adjetivas em restritivas e explicativas, cuja dificuldade se dá não só em função do sentido suscitado pelo último rótulo – pois, do ponto de vista funcional, tudo o que explica é essencial, contraposto à orientação didática, em geral fornecida, de que essa oração pode ser descartada sem prejuízo para a mensagem –, mas também porque nem sempre tal distinção é evidente para o aluno, principalmente se o período em questão estiver isolado do texto a que pertence e se não houver nenhuma alusão à situação comunicativa na qual se insere.

Souza (2009), ao analisar cláusulas relativas finitas do português brasileiro contemporâneo com base em amostra constituída a partir de textos do domínio discursivo jornalístico, comprovou que a classificação das relativas em termos binários não recobre todos os usos dessas construções. Além das restritivas prototípicas e das não-restritivas prototípicas (explicativas), tal estudo demonstrou a existência de categorias intermediárias visto que, em algumas construções relativas, o papel de atribuição (típico das não-restritivas) ou de definição (típico das restritivas) em relação ao antecedente não é tão claro, e a classificação das cláusulas só é possível com base no contexto. Assim, haveria mais duas categorias de relativas: restritivas não-prototípicas, cujo antecedente pode ser definido em função do contexto, e a relativa, embora encaixada, contribui pouco para esse processo de definição (exemplo 13); e não-restritivas não-prototípicas, cujas características formais e informacionais conduziram ao emprego de uma relativa restritiva, mas outras variáveis provenientes do contexto de situação e/ou de cultura levam o falante/escritor a empregar uma relativa não-restritiva (exemplo 14).

(13) Já **no cativoiro** para onde foram levados, eles perceberam pelo menos 20 milicianos – alguns com fardas da PM, chamados de coronel e comandante – que acompanharam as sessões de tortura.
(Souza, 2009, p. 211)

(14) Acode-me de imediato a lembrança das lutas de gato e rato nos anos 80 para tentar liberar letras de músicas interdidadas, filmes cortados, peças teatrais proibidas, além **do mais sistemático** que eram os cortes nas novelas e em toda dramaturgia televisiva das grandes redes de televisão.
(Souza, 2009, p. 211)

O referido estudo, que se pautou em textos das duas modalidades (oral e escrita) correspondentes aos gêneros textuais editorial, artigo, crônica, entrevista e notícia, reitera a importância do texto e dos contextos de situação e de cultura para a análise do fenômeno em questão.

Outra polêmica decorrente das visões tradicional e funcional refere-se à relação entre sinais de pontuação e aspectos prosódicos. Souza (2009), a partir de uma análise acústica instrumental e de testes de interpretação com ouvintes, demonstrou que essa relação não é biunívoca e que a curva melódica desempenha um papel mais relevante do que a pausa. Portanto, deve-se ter muita cautela a esse respeito, pois a questão não se reduz à simples ausência ou presença de pausa como afirmam várias gramáticas e livros didáticos, pois outras variáveis podem interferir. Por exemplo, o co-texto fônico pode favorecer a ocorrência de sândi⁵ em um ponto no qual, em termos sintáticos, esperava-se uma segmentação; ou ainda, se o antecedente constitui uma construção de foco, isso pode interferir na curva melódica da relativa e, por conseguinte, na sua interpretação. (cf. Souza, 2009).

A dificuldade de classificação das relativas em restritivas e explicativas se deve, de um lado, à complexidade das relações estabelecidas na interação, relações que envolvem o antecedente, a relativa, o texto e os contextos – incluindo o conhecimento de mundo dos interlocutores –, e de outro, ao fato de não se privilegiarem análises que levem em conta um escopo mais amplo que o do período ou da sentença.

Análise de Novas palavras: língua portuguesa: ensino médio

Nessa obra, há um capítulo específico para tratar das orações adjetivas no volume três, e outro para tratar da classe dos pronomes no volume dois. Apesar de partir de frases para explicar os conceitos, classificou-se o método usado na apresentação desse conteúdo como indu-

5 De acordo com Crystal (2000, p.231), sândi é o “termo usado na SINTAXE e na MORFOLOGIA para indicar uma MODIFICAÇÃO FONOLÓGICA de FORMAS GRAMATICAS que ficaram justapostas”.

tivo porque os exemplos estão completamente descontextualizados. Os autores conceituam as orações adjetivas como aquelas que

... caracterizam-se por duas propriedades que as distinguem claramente dos demais tipos de oração. Veja:

1^a) Sempre se referem a substantivo(s) ou pronome(s) da oração principal; (grifo nosso)

2^a) Iniciam-se por um pronome relativo (*que, qual, quem, onde, cujo, quanto*).

(Amaral *et al*, 2005, p. 178)

Como se pode observar, o livro afirma que o termo ao qual a oração adjetiva está ligada faz parte de outra oração, que é a principal, embora nem sempre isso ocorra. Na própria definição, é apresentada a lista dos pronomes relativos, que são os mesmos mencionados, em geral, pelas gramáticas normativas. Em uma observação no livro do professor, os autores indicam que fica a critério do docente trabalhar ou não as orações adjetivas reduzidas, não havendo nenhuma informação a respeito desse conteúdo na obra. Quanto à pontuação, só é feita alusão à vírgula e, ainda assim, de forma equivocada: “... nas orações adjetivas, a presença ou a ausência das vírgulas determina o sentido que se pretende dar à frase” (Amaral *et al*, 2005, p.179). Na realidade, não é a pontuação que determina o sentido, mas o sentido que se quer atribuir ao enunciado é que determina o sinal de pontuação a ser empregado ou não. Em relação à fala, a vírgula é mencionada como consequência da pausa, único aspecto prosódico citado, na forma de hipertexto⁶. Não há qualquer consideração sobre variantes das construções relativas decorrentes das diferenças de modalidade e/ou de registro.

As atividades propostas, algumas partindo de textos, têm cunho prescritivo, descritivo e também produtivo e enfatizam a distinção entre adjetivas restritivas e explicativas. As concepções de gramática que se depreendem da abordagem conferida ao conteúdo em questão são a normativa e a descritiva tendo em vista que há grande ênfase nas construções canônicas, na classificação das orações e na identificação das

6 “Texto ou conjunto de textos cuja organização permite a escolha de diversos caminhos de leitura por meio de remissões que os vinculam a outros textos ou blocos de texto” (AULETE DIGITAL).

funções sintáticas desempenhadas pelos pronomes relativos. A obra não oferece manual do professor, somente o livro do professor, que apresenta o gabarito das questões e alguns poucos comentários.

Análise de Português: língua e cultura

O capítulo dezenove dessa obra trata, de forma geral, das classes de palavras, entre as quais estão os pronomes. Nele os pronomes relativos são definidos como aqueles que “funcionam como elementos de conexão entre um elemento substantivo (o chamado antecedente) e uma oração (O livro que eu comprei ontem é muito interessante)” (Faraco, 2003, p. 290). Com essa definição, o autor elimina a descrição equivocada de que o antecedente está sempre inserido em uma oração. Antecedendo essa definição, há uma pequena lista de pronomes relativos, na qual só estão incluídos *que*, *o qual* e *cujo*.

O capítulo vinte e um trata dos dois processos existentes para formar “sentenças complexas” – a coordenação e a subordinação – mostrando uma visão menos compartimentada do assunto. As orações adjetivas estão inseridas nesta última categoria e são assim definidas: “As sentenças adjetivas são aquelas que se ‘grudam’ a um substantivo, funcionando como seu modificador. Elas são introduzidas na estrutura por um conectivo bastante especial: o pronome relativo” (Faraco, 2003, p. 319). O autor aborda, ainda que resumidamente, as adjetivas reduzidas apresentando construções com as três formas nominais (infinitivo, gerúndio e particípio). Esse capítulo não oferece lista de pronomes relativos, mas, a partir dos exemplos dados, depreende-se também a inclusão da forma *quem* além daquelas citadas no capítulo dezenove. Ainda no capítulo vinte e um, no que tange à pontuação, embora só faça menção à vírgula, o comentário é apropriado, mesmo sem se referir a aspectos prosódicos nessa parte do livro: “Na escrita, assinalamos a diferença entre restritivas e explicativas colocando estas entre vírgulas” (Faraco, 2003, p. 321).

Não há menção a variações decorrentes de diferenças de modalidade e/ou de registro. Apesar de a vertente normativa não ser a tônica do livro, ela está presente na abordagem das orações adjetivas quando o autor propõe duas atividades de reescritura nas quais o comando conduz

o aluno a usar o relativo *cuj*o, ressaltando que não se deve empregá-lo seguido de artigo nem da forma *dele(a)(s)*.

No apêndice do livro, há ainda uma seção que trata especificamente do emprego de sinais de pontuação de forma bastante pertinente, correlacionando fala e escrita com propriedade: “**Na fala**, dispomos de inúmeros recursos para deixar nossos enunciados claros. O principal deles é a entoação (a linha melódica com que dizemos nossos enunciados)” (Faraco, 2003, p. 563) [grifo do autor]. Em seguida, apresenta e exemplifica algumas funções da entoação – que podem ser identificadas como modal, sintática ou demarcativa e expressiva (cf. Prieto, 2003 e Moraes [s/d]) – enfatizando que a pausa funciona em conjunto com a entoação. O autor também explica que nem sempre as convenções da modalidade escrita, codificadas pelos sinais de pontuação, são fiéis às realizações da fala, como no caso da interrogação, na qual um único sinal gráfico não recobre todas as possibilidades expressivas, e no caso de sujeitos codificados por sintagmas longos, depois dos quais geralmente se faz pausa, mas não se deve inserir vírgula.

Embora, no capítulo vinte e um, só seja feita alusão ao emprego da vírgula com as orações adjetivas explicativas, na seção destinada à pontuação, de uma maneira geral, o autor afirma que os parênteses e os travessões têm, entre outras funções, a de indicar a intercalação de um elemento. Considerando-se a adjetiva explicativa um elemento parentético, depreende-se que essa construção também pode ser usada com tais sinais de pontuação. Devido à sua semelhança com o aposto, as adjetivas explicativas são, inclusive, denominadas por alguns estudiosos apositivas.

Apesar de a obra demonstrar grande preocupação com a gramática reflexiva, considerou-se o método usado na abordagem do conteúdo dedutivo visto que se apresenta primeiramente a teoria para depois se chegar aos usos. As atividades propostas visam à prescrição, à reflexão e, principalmente, à produção, uma vez que a grande maioria dos exercícios envolve a re-escritura das sentenças explorando a flexibilidade da língua. As atividades imediatamente posteriores à explanação dos conceitos não envolvem textos. Estes são trabalhados no final do capítulo por meio de questões selecionadas de vestibulares, do SAEB e do ENEM. Nessas questões, são explorados não só aspectos semânti-

cos, como também diversas possibilidades de construção das sentenças complexas, envolvendo tanto as coordenadas quanto as subordinadas (substantivas, adjetivas e adverbiais).

As concepções de gramática explicitadas no *Manual do Professor* são a descritiva e a reflexiva, mas, no capítulo referente às orações adjetivas, também há duas atividades voltadas para a concepção normativa.

É interessante ressaltar que o autor usa termos como “conectivos”, “sentença”, “sentença complexa”, “encaixar”, “encaixante”, “encaixada”, demonstrando uma concepção menos tradicional, ou seja, sintonizada com estudos linguísticos mais recentes, não só sobre as adjetivas, mas também sobre a própria construção do período.

Análise de Português: linguagens

Há, nessa obra, um capítulo específico para cada tipo de oração subordinada e para as coordenadas, configurando uma visão mais compartimentada da construção do período. As adjetivas são tratadas no capítulo oito, incluindo uma breve alusão às adjetivas reduzidas. O método empregado para abordar o conteúdo é o dedutivo uma vez que a obra parte do uso para chegar à teoria. A partir de uma construção relativa presente em um anúncio publicitário e de perguntas propostas sobre esse exemplar do referido gênero textual, os autores chegam ao conceito de oração subordinada adjetiva: “... aquela que tem valor de adjetivo, pois cumpre o papel de determinar um substantivo (nome ou pronome) antecedente” (Cereja e Magalhães, 2005, p.76). No inventário dos pronomes relativos apresentado, estão incluídos *que*, *o qual*, *quem*, *cujo* e *onde*. A vírgula é mencionada como o sinal de pontuação típico da oração adjetiva explicativa na escrita, e, no referido capítulo, não há nenhuma alusão a aspectos prosódicos. Também não se encontra nenhuma referência a variações decorrentes das diferenças de modalidade e/ou de registros no que concerne à relativização.

As atividades propostas envolvem a descrição e a produção linguísticas, com bastante ênfase nas funções sintáticas desempenhadas pelos pronomes relativos, além de haver uma preocupação com a prescrição mesmo que de uma forma sutil. Merece destaque o exercício

que traz um título de filme no qual o termo antecedente do pronome relativo não está inserido em uma oração (“O homem que fazia chover”), dado coerente com a definição de oração adjetiva apresentada no início do capítulo, embora a atividade não explore esse aspecto. Também merece destaque a discussão levantada a respeito da classificação da oração subordinada (se adjetiva ou substantiva) em construções como a da frase “Espero que ele saiba o que faz...” (Cereja e Magalhães, 2005, p.78) [grifo nosso], retirada de um quadrinho. Contudo, os autores optam pela análise tradicional, segundo a qual a forma *o* é um demonstrativo (equivalente a *aquilo*) que funciona como antecedente de *que*, entendido como relativo, e a oração subordinada é, por conseguinte, classificada como subordinada adjetiva. Nas atividades propostas são usadas muitas tiras, em uma evidente intenção de conquista do alunado, além de trabalhar com um poema diversificando, assim, os gêneros textuais e os domínios discursivos.

O capítulo dezenove trata especificamente do emprego dos sinais de pontuação, mas a questão das adjetivas não é aprofundada, citando-se somente o emprego da vírgula no caso das adjetivas explicativas. No âmbito geral, correlaciona pontuação e escrita, de um lado, e entoação e fala de outro, de forma simples, porém coerente: “A **pontuação** marca na escrita as diferenças de entonação, contribuindo para tornar mais preciso o sentido que se quer dar ao texto” (Cereja e Magalhães, 2005, p.189) [grifo do autor]. A obra não oferece manual do professor, e as concepções de gramática depreendidas a partir da abordagem do conteúdo estudado aqui são a normativa, a reflexiva e a descritiva, com mais ênfase nas duas últimas.

Considerações finais

Nenhum dos livros didáticos analisados levou em consideração variações decorrentes de diferenças de modalidade e/ou de registros no que tange às construções relativas. Esse fato é, no mínimo, estranho tendo em vista as dificuldades de emprego de alguns pronomes relativos aqui comentadas, além da questão das estratégias de relativização não canônicas (copiadora e cortadora), comuns na oralidade e em registros menos formais. Os livros analisados também não apresentam qualquer

discussão a respeito da adequação e da aceitabilidade dessas variantes em função de contextos de situação, do gênero textual, da relação entre interlocutores, da modalidade etc.

As atividades centradas na distinção entre restritivas e explicativas trazem enunciados descontextualizados, desconsiderando o papel fundamental do texto e dos contextos para a interpretação de tais construções. Também não se considera que diferentes conhecimentos de mundo podem levar a interpretações distintas dessas cláusulas por parte do leitor/ouvinte, pois o interlocutor procura desfazer a ambiguidade por meio de subsídios presentes no texto e nos contextos de situação e de cultura. As obras analisadas não levam em consideração o fato de os conectivos *quando* e *como* também poderem funcionar como relativos. Uma delas define a relativa inadequadamente, levando o aluno a pensar que o antecedente sempre fará parte de uma outra oração (principal), além de relacionar pontuação e pausa de forma equivocada.

Apesar de observar-se um relativo esforço para adequar-se às diretrizes traçadas nos PCN, os livros didáticos analisados ainda se encontram, em maior ou menor grau, muito presos à tradição gramatical e à concepção prescritiva de gramática. Além disso, no que diz respeito às cláusulas relativas e à pluralidade linguística, as referidas obras estão em dissonância com os PCN.

Evidentemente há, por parte das editoras, interesse em adequar-se ao PNLEM para que suas obras sejam adotadas tanto nas escolas privadas quanto nas públicas, ressaltando que para estas o Governo Federal tem adquirido os livros repassando-os aos colégios que, por sua vez, repassam-nos aos alunos. Por outro lado, pode-se observar que há um grande cuidado para que as obras sejam bem aceitas pelos docentes (que as escolherão e as inserirão em seus planejamentos), pelos alunos (que as utilizarão como instrumento de aprendizagem) e pelos pais (que pagarão por elas no caso das escolas privadas).

Sabe-se também que há, por parte dos alunos, dos pais e de boa parte dos professores, uma preocupação, muitas vezes excessiva, com o ensino da gramática normativa, principalmente em função de concursos públicos e vestibulares – preocupação que, até certo ponto,

não deixa de ser legítima em uma sociedade tão competitiva, onde as oportunidades de emprego são cada vez mais raras e onde o preconceito linguístico ainda é bastante comum.

Percebe-se que autores e editoras tentam chegar a um consenso: adequar-se ao PNLEM sem, contudo, desagradar aos professores, alunos e pais; mantendo, assim, sua competitividade no mercado editorial. Vê-se, então, que a questão do livro didático ultrapassa o âmbito pedagógico e envolve questões políticas, sociais, culturais e mercadológicas. Por conseguinte, as abordagens dos conteúdos revelam, direta ou indiretamente, opções epistemológicas, pedagógicas e políticas.

Comparando-se as três obras analisadas, a primeira conclusão a que se pode chegar é que não existe livro didático perfeito. Aprofundando um pouco essa discussão, é importante ressaltar que o livro didático não deve se constituir na diretriz do planejamento, ele deve, sim, ser mais um facilitador da aprendizagem, não o único. Trata-se de um instrumento didático que, por mais bem elaborado que seja, tem caráter universal, e os contextos de situação e de cultura nos quais os alunos estão inseridos e com os quais interagem são diversificados.

Chega-se a dois aspectos cruciais desse processo: a formação e a autonomia do professor. Este deve(ria) estar preparado para escolher bem os materiais didáticos a serem usados – ou até elaborá-los – e adequá-los à sua realidade e à de seus alunos. Nesse ponto, esbarra-se com fatores extremamente complexos. Segundo Castilho (2002), o ensino de língua portuguesa vem sofrendo não uma crise, mas três: a social, a científica e a do magistério. A primeira decorre do processo tardio (se comparado à Europa) de urbanização por que tem passado a sociedade brasileira com a progressiva vinda da população rural para o meio urbano culminando, entre outros fenômenos, com a mudança no perfil sócio-cultural do alunado dos níveis fundamental e médio. A segunda crise diz respeito às teorias linguísticas e, *grosso modo*, decorre do embate entre algumas correntes centradas no enunciado e outras centradas na enunciação, o que tem consequências diretas na formação do professorado. E assim se chega à terceira dimensão da crise – a do magistério. Além das graves falhas na formação dos professores, que os deixam

em uma encruzilhada teórica e metodológica, estes vêm sofrendo uma vertiginosa perda salarial, que resulta em desmotivação e desprestígio.

No que se refere à autonomia docente, ela só pode ser conquistada a partir da conscientização do professor em relação ao seu papel no processo educacional e na sociedade e de uma luta coletiva e organizada. Sabe-se, no entanto, que as dificuldades que permeiam esse processo são inúmeras e, muitas vezes, envolvem a própria sobrevivência do profissional diante da ameaça do desemprego.

Por tudo isso, muitas vezes, o professor não tem condições de desenvolver uma postura crítica em relação ao livro didático, de filtrar as informações, os conceitos e as atividades nele presentes; não tem autonomia para selecionar conteúdos e exercícios que estejam de acordo com a realidade dos alunos e com os PCN; não tem embasamento para detectar e corrigir possíveis falhas ou até mesmo erros de conceituação. Diante de um quadro como esse, o docente acaba tornando-se “escravo” do livro didático e, conseqüentemente, leva seus alunos a uma conduta igualmente passiva e acríica diante do material que deveria ser uma, não a única, fonte de informação na sala de aula.

Diante de um quadro tão complexo, chega-se a pensar que essa problemática é grande demais para nossa capacidade de resolução. Castilho (2002, p.13) afirma que “a tarefa da atual geração de educadores é muito pesada: reciclar-se, reagir contra o círculo de incompetência e de acriticismo que se fechou à volta do ensino brasileiro e lutar pela valorização da carreira”.

Callou (2004) observa que a crise no ensino de língua materna é mundial e, particularmente em nosso país, ela vem aflorando desde a década de 50 do século passado situando-se, evidentemente, muito além dos muros das escolas. A autora aponta também para o papel fundamental das universidades brasileiras na busca dos caminhos para solucionar a crise.

A complexidade da crise em que se insere o ensino da Língua Portuguesa no Brasil demanda soluções igualmente complexas, mas não impossíveis, desde que articuladas com o poder público, com as universidades, com os sindicatos de docentes, com os professores, com os alunos e seus pais, com as editoras, enfim, com os principais setores da sociedade envolvidos mais diretamente no processo.

Apesar de as três obras analisadas terem sido aprovadas pelo PN-LEM, observaram-se algumas falhas que podem ser supridas no dia a dia da sala de aula a partir de uma sólida formação do docente e da interação com os alunos. Um livro didático considerado ineficaz pode se tornar um ótimo instrumento didático-pedagógico. Por outro lado, um livro considerado excelente pode se tornar um estorvo nesse processo. Tudo vai depender da formação do professor, da sua autonomia, das condições de trabalho, da relação com seus alunos, das concepções de língua e de gramática que ele defende, para citar apenas algumas variáveis. Isso não significa que não se deve lutar pela excelência do livro didático, mas não se deve alimentar o mito de que o sucesso ou o fracasso escolar depende principalmente dele.

Referências bibliográficas

AMARAL, Emília et al. *Novas palavras: língua portuguesa: ensino médio*. 2 ed. São Paulo: FTD, 2005. 3 v.

CALLOU, Dinah M. I. Ensino de língua portuguesa e a norma padrão. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.) *Morfossintaxe e ensino de português: reflexões e propostas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras / UFRJ, 2004. p.11-26.

CASTILHO, A. T. de. *A língua falada no ensino de português*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português linguagens literatura – produção de texto e gramática*. 5 ed. São Paulo: Atual, 2005. 3 v.

CUNHA, M. A. Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios; MARTELOTTA, Mário (orgs.). *Linguística funcional teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2003.

CRYSTAL, D. *Dicionário de linguística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *Scripta*, Belo Horizonte, v.

2, n. 4, p. 23-38, 2º sem.,1999.

FARACO, Carlos Alberto. *Português: língua e cultura*. Curitiba: Base, 2003.

GARCIA, Luiz (org.). *Manual de redação e estilo*. 29 ed. São Paulo: Globo, 2005.

HALLIDAY, M. A. K. Text as semantic choice in social contexts. In: DIJK, Teun van; PETÖFI, János S. (eds.) *Grammars and descriptions (studies in text theory and text analysis)*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1977. p. 176-225.

_____. *An introduction to functional grammar*. 2 ed. London: Edward Arnold, 1994.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (eds.). *A handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackweel, 2003. p. 575-601.

LEHMANN, C. On the typology of relative clauses. *Linguistics: an interdisciplinary journal of the language sciences*. Amsterdam, v. 24, n. 4, p. 663-680, 1986.

_____. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988. p.181-225.

LIBERATO, Yara G. A estrutura interna do SN em português. In: DECAT, M. B. do N. et al. *Aspectos da gramática do português – uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado das Letras, 2001. p. 41-102.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 4 ed. Coimbra: Caminho, 1989.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa*. Ensino Médio. 1999.

MORAES, João Antônio de. As funções da entoação. Texto inédito. [s/d]

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, Mariângela Rios; CEZARIO, Maria Maura. Funcionalismo e PCN: abordagens e interfaces. Curso de Extensão “Oficina: Teoria Funcionalista e Parâmetros Curriculares Nacionais – Abordagens e Interfaces”, Setor Cultural da Diretoria Adjunta de Cultura e Extensão, Faculdade de Letras da UFRJ, 1º semestre de 2006.

PRIETO, Pilar (coord.). *Teorías de la entonación*. Barcelona: Ariel, 2003.

PRINCE, E. The ZPG letter: subjects, definiteness, and information-status. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. *Discourse description*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1992. p. 295-325.

SOUZA, Elenice Santos de Assis Costa de. *A interpretação das cláusulas relativas no português do Brasil: um estudo funcional*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1997.

Sobre os autores

Anderson Godinho Silva possui Graduação e Licenciatura em Letras (Português-Inglês), Mestrado e Doutorado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa – pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor de Língua Portuguesa na ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR AMÉRICO DOS SANTOS e de Língua Estrangeira (Inglês) no COLÉGIO ESTADUAL COMPOSITOR LUIZ CARLOS DA VILA.

Elenice Santos de Assis Costa de Souza (*in memoriam*) fez Graduação e Licenciatura em Letras (Português-Literaturas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Especialização em Supervisão Escolar pela Faculdade de Educação da UFRJ, Mestrado e Doutorado em Letras Vernáculas pela Faculdade de Letras da UFRJ. Atuou no Ensino Médio lecionando no Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Evelyn Marques possui Graduação e Licenciatura em Letras (Português-Inglês) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestrado em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela mesma instituição. Atualmente, é professora de Língua Portuguesa, na rede pública municipal do Rio de Janeiro e de Língua Inglesa, na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa.

Ivo da Costa do Rosário possui graduação em Letras (Português, Inglês e respectivas literaturas) pela Faculdade de Formação de Pro-

fessores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ), especialização em Docência do Ensino Fundamental e Médio (FEITA-Itaboraí), especialização em Língua Portuguesa (FFP-UERJ) e especialização em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância (LANTE-UFF). É mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutor em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Já atuou como professor substituto no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFF e no Departamento de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é professor adjunto de língua portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFF. É vice-líder do grupo D & G (Discurso e Gramática), na UFF, que tem por finalidade promover discussões e produzir trabalhos na área de Linguística Funcional. Atua principalmente nas seguintes áreas: funcionalismo, gramaticalização, morfossintaxe, articulação de cláusulas.

Maria de Lourdes S. Dias é graduada e licenciada em Letras pela Universidade Castelo Branco (UCB), com especialização em interpretação e produção textual pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Vanessa Pernas Ferreira possui Graduação e Licenciatura em Letras (Português-Literaturas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Mestre e Doutora em Língua Portuguesa também pela UFRJ. Atualmente é Professor I de Língua Portuguesa do Quadro Permanente de Pessoal do Município do Rio de Janeiro no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e trabalha em regime de 40h na Escola Municipal Bahia.

Violeta Virginia Rodrigues possui graduação em Português-Literaturas (1990), especialização em Literatura Infanto-Juvenil (1991), mes-

trado em Letras Vernáculas (1994) e doutorado em Letras Vernáculas (2001) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez estágio Pós-Doutoral (de 01 de agosto 2012 a 10 de abril de 2013) sob supervisão da Professora Doutora Maria Beatriz Nascimento Decat (FALE / POS-LIN / UFMG). Atualmente é professor associado III da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), integrando o quadro de docentes permanentes do Departamento de Letras Vernáculas - Setor de Língua Portuguesa, atuando nos cursos de graduação e no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da mesma universidade. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras, atuando principalmente nos seguintes temas: Língua Portuguesa, Sintaxe (Processos sintáticos: Subordinação, Coordenação, Correlação, Justaposição); Funcionalismo (Gramaticalização de conjunções; “Desgarramento” de cláusulas hipotáticas) e Ensino (Redação - correção e avaliação). De 2008 a 2013, desenvolveu o Projeto *Uso(s) de conjunções e combinação hipotática de cláusulas*; de 2013 a 2016, o Projeto *Cláusulas hipotáticas: uso(s) de articuladores* e, em continuação deste último, atualmente desenvolve o Projeto CLÁUSULAS HIPOTÁTICAS: INTERFACE SINTAXE & PROSÓDIA.

Livro composto em
fonte Liberation Serif